

MAIO • JUNHO • JULHO Nº53 R\$ 8,00

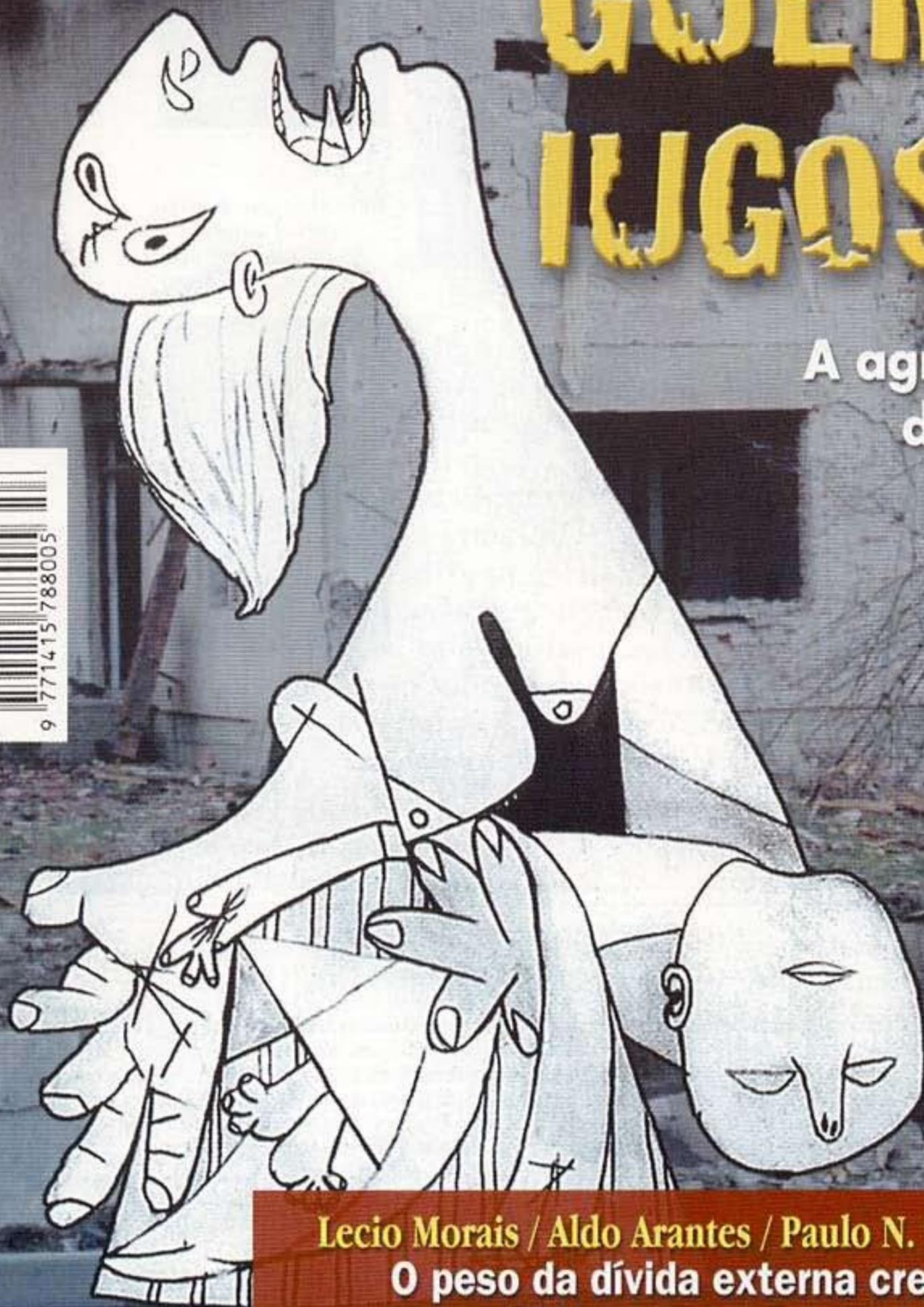
Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

EXCLUSIVO
Entrevista
com Dias Gomes

GUERRA na IUGOSLÁVIA

A agressão imperialista
dos EUA e da OTAN
ameaça os povos



Lecio Moraes / Aldo Arantes / Paulo N. Batista Jr.

**O peso da dívida externa cresce
e o FMI assume o comando**

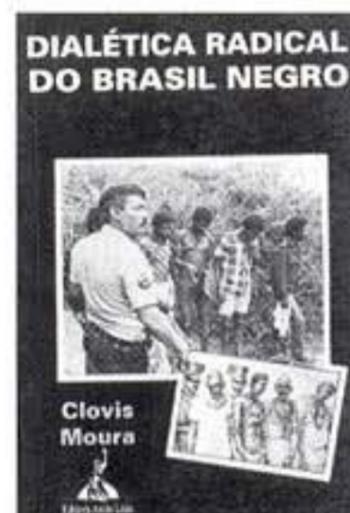
ADQUIRA JÁ ALGUNS DOS TÍTULOS MAIS VENDIDOS DA EDITORA ANITA GARIBALDI!

Os Desafios do
Socialismo no século XXI
João Amazonas
R\$ 22,00 - 252 pp.
Formato: 17 x 24cm



Comuna de Paris -
O proletariado toma
o céu de assalto
Silvio Costa
R\$ 18,00 - 191 pp.
Formato: 16 x 23cm

Dialética Radical
do Brasil Negro
Clóvis Moura
R\$ 20,00 - 248 pp.
Formato: 14 x 21cm



Guerrilha do Araguaia
Documentos, fotos e biografias
Vários autores
R\$ 12,00 - 102 pp.
Formato: 21 x 28cm



Sociedade dos
Socialistas Vivos
Luiz Marcos Gomes
R\$ 12,00 - 132 pp.
Formato: 14 x 21cm

Um Olhar que Persiste
Vários autores
R\$ 20,00 - 288 pp.
Formato: 14 x 21cm



Formas de pagamento:

Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda;
Depósito Banco Itaú Agência 0251 c/c 48.678-3;
Cartão Credicard ou VISA, neste caso, informe número e validade.

* Nas compras acima de **R\$ 60,00** você tem
10% de desconto para pagamento à vista ou,
se preferir, dívida em 2 parcelas - 30/60 dias
(promoção válida até 31/12/99)

30 anos de confronto ideológico (coletânea de textos), 300 pp	17,00	Lênin - Biografia ilustrada, <i>Bolsanello</i> , 128 pp	11,00
A II Internacional - Pelos seus congressos, <i>Edgard Carone</i> , 132 pp	11,00	Luta armada no Brasil dos anos 60-70, <i>Jaime Sautchuk</i> , 100 pp	11,00
A mãe, <i>Máximo Gorki</i> , 320 pp.	15,00	Manifesto do Partido Comunista, <i>Marx e Engels</i> , 72 pp	6,00
Acho tudo muito estranho, <i>Fortuna</i> , 126 pp	10,00	Marx e os sindicatos, <i>D. Losovski</i> , 216 pp	17,00
AIDS na rota da cocaína, <i>Fábio Mesquita</i> , 72 pp	6,00	Nas barricadas do fim do século, <i>Juliano Siqueira</i> , 184 pp	15,00
Amazônia-Carajás - Na trilha do saque, <i>Marcos Kowarick</i> , 336 pp	20,00	Racismo à brasileira - raízes históricas, <i>Martiniano J. Silva</i> , 276 pp	18,00
Araguaia - Relato de um guerrilheiro, <i>Glênio Sá</i> , 52 pp	6,00	Reportagem sob a força, <i>Julius Fucik</i> , 120 pp	9,00
Às portas de Moscou, <i>Alexandr Bek</i> , 300 pp	17,00	Rio Maria - A terra da morte anunciada, <i>Moacyr de O. Filho</i> , 128 pp	10,00
Bancos, bancários e movimento sindical, <i>Euclides F. Neves</i> , 424 pp	30,00	Socialismo vive, O (documento do 8º Congresso do PCdoB), 110 pp	6,00
Collor - A raposa do Planalto, <i>Sitônio Pinto</i> , 112 pp	9,00	Tendências e Centrais Sindicais (1978-1994), <i>Silvio Costa</i> , 290 pp	18,00
Construindo o futuro do Brasil (Programa Socialista), 128 pp	10,00	Terra - Ponto de Partida..., <i>Maria Stela Borges</i> , 216 pp	20,00
Em defesa do socialismo científico, <i>Stálin</i> , 172 pp	13,00	União do Povo - contra o neoliberalismo, 224 pp	18,00
Estratégia e tática, <i>Lênin, Stálin, Dimitrov, J. Amazonas</i> , 172 pp	13,00	URSS - Ascensão e queda, <i>Luís Fernandes</i> , 2ª ed., 272 pp	20,00
Grande Salto Atrás, O. <i>Henri Alleg</i> , 237 pp (Edições Avante)	35,00		

A nau dos insensatos

O POVO CHINÊS tem uma longa e dolorosa experiência de agressões imperialistas, que retalharam seu território, impuseram-lhe pesados sacrifícios, e só foram contidas após a vitória da revolução, em 1949.

Seu repúdio contra o bombardeamento de sua embaixada, em Belgrado, a morte de três compatriotas e o ferimento de outros 20, revela essa lição histórica. Ele foi imediato e preciso, voltando-se contra a embaixada dos EUA em Pequim, reeditando cenas ancestrais de revolta e rebelião contra agressores estrangeiros.

A desculpa da OTAN e dos EUA, de que aquele foi um erro trágico, é difícil de se aceitar ante sua sofisticada máquina de guerra e espionagem. Mais plausível é a acusação das autoridades chinesas de que a ação foi proposital, uma demonstração de força do imperialismo.

Teria sido a sinalização de uma virada histórica, reiterando que, agora, desde o fim da URSS, só há uma superpotência mundial, os EUA, secundada pela Alemanha e pelo Japão, cujo domínio não aceita contestações ou caminhos alternativos. E que tem, na guerra, um poderoso mercado para suas economias e indústrias.

É uma virada histórica para o passado; como no período anterior à Revolução Russa de 1917 e à formação de um bloco de poder alternativo no mundo, o imperialismo retorna – modernizando-a – à política das canhoneiras que arrasou cidades e nações insubmissas, numa arrogante, irresponsável e perigosa visita da OTAN e dos EUA às fronteiras de uma nova guerra mundial.

Enquanto o governo e o povo chinês resistem ao imperialismo e os iugoslavos são agredidos, FHC vai aos EUA, ao encontro do líder da nação agressora, o presidente Bill Clinton.

Lá, anuncia que o pior já passou. Pior para quem? Para os banqueiros internacionais, ou para o povo brasileiro? Ele vem repetindo esse refrão: a confiança externa voltou e, agora, o governo vai voltar-se ao desenvolvimento e à criação de empregos. O otimismo voltou, anuncia-se. O real foi salvo, a catástrofe não ocorreu, e o país estaria ingressando – para usar uma imagem poética criada por Goethe – num “mar calmo” e numa “viagem próspera”.

Mas o mundo real é menos poético, e mais mercenário. A face verdadeira do otimismo de fachada dos marqueteiros do governo e de FHC é escamoteada para a opinião pública, revela-se nos excelentes negócios que os novos arranjos financeiros do governo oferece ao grande capital.

A queda do valor do real foi uma verdadeira bênção para os bancos. A grande burguesia industrial e a agricultura de exportação também tiveram ganhos enormes, antes mesmo do anúncio pelo BNDES, no final de abril, do refinanciamento da dívida externa em dólares de empresas estatais e privadas brasileiras. Isto é, o governo, que é um anti-estatista radical nas questões que dizem respeito à vida do povo, à economia nacional e à soberania do país, vai estatizar as dívidas externas das empresas, assumindo o risco externo que elas aceitaram ao contratar empréstimos estrangeiros que lhes deram enormes lucros, e que agora são verdadeiros espectros que ameaçam suas contabilidades.

O otimismo do governo está baseado na mesma receita que, aplicada desde 1994, criou os males atuais. Para os trabalhadores, os setores nacionalistas e progressistas, esse parece o otimismo dos navegantes da nau dos insensatos. Os desempregados contam-se aos milhões, os trabalhadores rurais marcham pelo país e intensificam as ocupações de terras, as pequenas e médias empresas são sufocadas pela falta de crédito e retração do consumo, as universidades públicas são sucateadas, os soldados do exército não têm nem mesmo munição de festim para seus treinamentos – o país está sendo desmantelado. Tudo isso para seguir a imposição do FMI, adotada pelo governo como cartilha talmúdica, que privilegia o pagamento de uma dívida externa que foi feita sem consulta aos brasileiros, para atender aos interesses dos grandes banqueiros e capitalistas internos e estrangeiros.

Comissão Editorial

Brasil

6 Por um movimento amplo em defesa do Brasil

É necessário que a unidade das oposições se amplie, e se construa um amplo movimento em defesa do Brasil.

Renato Rabelo

10 De onde vem o otimismo de FHC?

As manobras para proteger o capital que estão por trás das 'boas notícias' que o governo anuncia, escondem o caráter real da crise e prolongam sua duração.

Lecio Moraes



Ato do 1º de Maio em São Paulo

16 FMI: governo paralelo

Os itens incluídos no acordo do Brasil com o FMI demonstram que estamos com o comando do governo situado cada vez mais fora do país.

Aldo Arantes

23 O eterno retorno do mesmo

O papel da dívida externa e suas condicionantes na política econômica brasileira.

Paulo Nogueira Batista Jr.

32 Tribunal da Dívida Externa/ Veredicto

A sentença do Tribunal, que reuniu entidades para analisar a dívida externa.

Entidades nacionais



Cena da guerra à Iugoslávia

Internacional

36 Agressão dos EUA-OTAN à Iugoslávia é ameaça aos povos

O ataque imperialista à Iugoslávia fere todos os princípios de direito internacional e colocam em risco a paz mundial.

José Reinaldo Carvalho

Frases

"A dívida externa é um roubo"

Noam Chomsky, em depoimento gravado apresentado à sessão de abertura do Tribunal da Dívida Externa, Rio de Janeiro (27 de abril de 1999)

"Em cada dólar que você ganha há o sangue de alguém"

Robert Nakasome, dirigente da empresa de brinquedos Toys "R" Us (outubro de 1998)

"Produziram 6 milhões de desempregados e meia dúzia de milionários"

Elio Gaspari, jornalista, sobre a equipe econômica de FHC (27 de abril de 1999)

"O FMI impôs uma rota curta e masoquista ao Brasil"

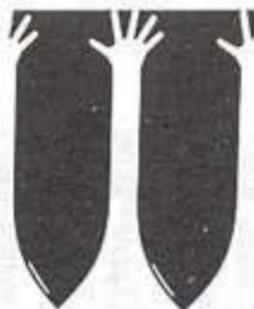
Martin Wolf, colunista do diário inglês *Financial Times*, porta-voz dos banqueiros de Londres, sobre o acordo Brasil-FMI (10 de março de 1999)

"A monarquia acabou no Brasil e ele não é o imperador"

Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a intenção do senador Antônio Carlos Magalhães de acabar com a Justiça do Trabalho (17 de março de 1999)

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288, USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8937; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação, Rua Manoel Gaia, 442 - Vila Mazzei (em frente a Madeirense). BELO HORIZONTE: Banca Pça. Sete - R. Rio de Janeiro c/Alfonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Alfonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226. FLORIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro. RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R. Gastão Penalba, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181. GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçadão - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311. RECIFE: Livro Magazine - Av. Conde de Boa Vista, 688, fone: 231-0036. Livro Sode Ler - R. Pe. Carapuceiro, 777-Loja 59 - fone: 326-9364. Livraria Modelo Shopping Center Recife - fone: 465-5919. Livraria Quinta do Livro - R. José de Alencar, 595. Livraria Síntese - R. do Riachuel, 202 - Fone 221-4044. Livro 7 - R. Sete de Setembro, 329. Cortez Editora e Livraria - Av. Conde de Boa Vista, 1413. Portugal: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo Antonio dos Capuchos, 6-b, 1100 - Lisboa/Portugal.



44 Bombas sobre a Europa: o assalto à razão no ataque do império

O criminoso bombardeio à Iugoslávia insere-se numa crise de civilização, a mais complexa e grave desde a desintegração do Império Romano do Ocidente.

Miguel Urbano Rodrigues

48 As estatais e o caminho socialista da China

Análise dos processos de privatização em sintonia com o processo de transição ao socialismo na China.

Haroldo Lima

56 A polémica sobre o Tibete – A quem interessa dividir a China e atizar conflitos entre suas nacionalidades?

As relações do Tibete com a China se perdem na longa história dos dois países, marcada pelo caráter multinacional da formação chinesa, única com 4 mil anos de história contínua e integrada por 56 nacionalidades.

Duarte Pereira

História

62 Para os conservadores, o problema é o povo (Visões da história - 2)

A interpretação conservadora da história do Brasil degenera em apologia e defende as ditaduras

José Carlos Ruy

Entrevista

69 Polícia e política no Brasil

Entrevista com MARTHA HUGGINS

por José Carlos Ruy

Ciência

73 Aspectos da história da ciência no Brasil

Breve histórico do desenvolvimento científico no Brasil, com atenção especial à história da matemática.

José Leite Lopes



Resenhas

78 Século XXI: barbárie ou solidariedade?; por Edvar Bonotto

Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto; por Madalena Guasco

Triste Pampa – resistência e punição de escravos em fontes judiciais do RS; por Clóvis Moura

82 Cartas

Capa: Edição Gráfica de Flávio Nigro sobre foto da guerra na Iugoslávia e elementos do quadro Guernica de Pablo Picasso

Por um movimento amplo em defesa do Brasil

Foto: Maurício Morais



50 mil pessoas no 1º de Maio no Vale do Anhangabaú em São Paulo - Protesto contra o governo FHC e FMI

RENATO RABELO

O agravamento da crise envolve a erosão da base de apoio do governo e o crescente descontentamento popular, e abre a possibilidade de formação de uma ampla frente de oposição para dar um novo rumo ao Brasil. Para isso, é preciso que a unidade entre os partidos progressistas e de esquerda avance e seja construído um amplo movimento pela soberania nacional, pela democracia e pelo emprego

A frente de esquerda *União do Povo – Muda Brasil* reuniu pela primeira vez todos os partidos de esquerda na eleição presidencial de 1998, isso representou um passo político importante para a oposição. O desempenho alcançado pela chapa Lula-Brizola no pleito de 98 foi melhor que o da oposição em 1994 – em termos de crescimento absoluto e relativo, conforme dados já divulgados.

A esquerda se uniu para apresentar uma plataforma comum de desenvolvimento independente e sustentado para o país. Um projeto comum com base em um programa que estabelecia objetivos para aquele processo eleitoral e chegou-se até a expor um programa de emergência para o Brasil. A frente colocou no centro do debate de campanha, explicitamente, a gravidade da crise que o país atravessava (e que adquiriu desdobramentos ainda mais graves) e denunciou a responsabilidade do governo federal de Fernando Henrique por tudo isso. O próprio governo, candidato, não pode fugir totalmente das polêmicas publicamente estabelecidas pela frente de esquerda.

Com a participação no processo eleitoral de 1998, conseguimos dar um passo importante, alcançando certo êxito. Isso demonstrou que a junção de toda esquerda joga um papel importante para a vida política nacional e que pode cumprir objetivos políticos de relevância estratégica no Brasil.

A ampliação da frente de oposição

Nas condições atuais, pós-eleição, a frente de esquerda não é e nem pode ser a mesma do período eleitoral. Diante de uma nova conjuntura política em agravamento é preciso considerar, agora, a dimensão de um movimento oposicionista mais amplo que vai se conformando. É necessário se compreender que as tarefas que se apresentam atualmente se articulam com as do momento político anterior, mas têm seu caráter diferenciado. Assim, é preciso articular, ao mesmo tempo, uma dupla iniciativa: a reestruturação da frente de esquerda e a cons-

trução de uma Frente Política oposicionista mais ampla – este é desafio atual. Poderíamos ainda acrescentar que nossa experiência de construção de frente política fora dos pleitos é bastante reduzida.

Essa reestruturação e construção ocorre em meio a um quadro de crise multilateral, que se estende para todos os terrenos da vida do país. É uma crise econômica, social e política – com intensificação do autoritarismo em curso. E tem, também, traços de uma crise inédita pela sua profundidade. Não é uma crise que se pode dizer igual à crise da década de 1980. A crise atual, apesar de ser parte do desenvolvimento que configura uma continuação dos anos 80, tem suas características próprias.

A crise atual é resultante de um largo contencioso provocado pelo modelo de capitalismo dependente que persiste em nosso país. Não podemos desconhecer que o centro da crise econômica é a geração de extraordinário volume de dívidas, tanto interna quanto externa, do país e, hoje, a submissão do Brasil à lógica de um 'rentismo' do sistema financeiro internacional, cujo centro está nos Estados Unidos. É um estágio diferente da crise dos anos 80 em que não estávamos tão presos a essa lógica do sistema financeiro e em que havia um controle maior da circulação de capitais e até uma certa centralização de capitais. Hoje o Brasil está refém da 'livre' circulação desses capitais, em grande medida de cunho especulativo.

Do ponto de vista político, a crise é revelada pelo aprofundamento, sobretudo, da dependência. O governo atual vai progressivamente 'compartilhando' o governo do país com o sistema financeiro

internacional. Estamos sob o *diktat* do FMI e desse sistema financeiro 'globalizado'. Celso Furtado escreve que "a estratégia do FMI parece ser prolongar a recessão até que o paciente aceite a adoção de um sistema de *currency board*, ou seja, a dolarização progressiva, à semelhança do ocorrido na Argentina. Isto implica em que o Brasil, superendividado, deve compartilhar com o sistema financeiro internacional o governo do país." (1) Não devemos subestimar que podemos caminhar – mesmo que pesem todas as dificuldades devidas ao quadro estrutural brasileiro – para uma dolarização completa da economia. Celso Furtado afirma ainda que "(...) não percamos de vista que a economia internacional se está amoldando a uma simplificação dos padrões monetários. Essa simplificação assume no hemisfério ocidental a forma de dolarização, sob a égide do governo norte-americano. Os países latino-americanos seriam privados do instrumento da política monetária, o que significa instalar-se em um permanente estado de semi-recessão. Tratando-se de economias estruturalmente heterogêneas como a brasileira, o resultado será subutilizar o potencial de crescimento e auto-condenar-se ao estado de subdesenvolvimento." (2)

No âmbito social há uma degradação rápida e extensa do 'tecido social' brasileiro. Vivemos um grande retrocesso do ponto de vista social que atinge o nível de uma "involução do processo civilizatório" – explicitada pela perda de conquistas humanas e sociais importantes.

Para tornar realidade seu projeto antinacional e antipopular o governo vem revogando, sucessivamente, em sua linha geral, a *Constituição de 1988*, como diz o jurista Celso Antônio Bandeira de Melo. (3) Toda Constituição tem, implícita ou explicitamente, uma linha geral. Na opinião de Bandeira de Melo, esse projeto neoliberal que foi adotado no Brasil é uma antítese dessa linha que constitui a espinha dorsal de nossa Constituição. Além disso, FHC governa através de medidas provisórias. Tais medidas provisórias são anticonstitucionais na opinião de boa parte dos juristas. Na realidade o governo de Fernando Henrique vai edificando,

progressivamente, o que vem sendo denominado por inúmeros juristas independentes de um regime ditatorial 'constitucional'. As emendas constitucionais de FHC também são anti-constitucionais por ferirem o âmago da concepção de Estado subjacente à nossa *Constituição de 1988*.

Com o aprofundamento da crise em todos os terrenos, Fernando Henrique inicia seu 'novo' governo já envelhecido. Numa situação de descrédito crescente diante da população e começo de 'erosão' em sua base de sustentação política. Não somente a crise desse modelo governista precipita as divergências entre os componentes de sua base, como também os objetivos próprios, de cada setor que apóia o governo, por conquista de melhores posições e espaços políticos hoje, visando melhores condições de disputa nas eleições de 2002. Assim, o agravamento continuado da crise, a disputa no seio das forças situacionistas e o crescente descontentamento popular conformam um quadro de instabilidade continuada, em que um incidente político mais grave pode

O movimento de oposição vai além da esquerda e une os que são contrários ao neoliberalismo

precipitar até mesmo a eclosão de uma crise institucional com desdobramentos de diferentes contornos. Mesmo os setores situacionistas não deixam de antever em seus cálculos essas possibilidades de agravamento da crise que pode levar à situação de crise de governo.

Portanto, é diante deste quadro conjunto que podemos e devemos situar a evolução e as possibilidades da oposição na conjuntura atual.

Devemos extrair da análise mais ampla da realidade presente as conclusões para a construção da oposição no atual quadro. Uma conclusão importante é que esta situação leva ao florescimento de múltiplos pólos de oposição política e social ao governo. Objetivamente vai se

desenvolvendo amplo movimento oposicionista ao governo FHC, naturalmente constituído de variadas posições e nuances. Vai se delineando essa ampla manifestação oposicionista tanto no terreno político quanto no social, em que diversos setores se mobilizam para apresentar, de variadas formas, seu descontentamento com o atual modelo implantado no país.

Uma segunda lição a se extrair desse processo é que, tendo como referência as diversas posições políticas em curso e considerando o espectro político em seu conjunto, pode se afirmar que as forças políticas de 'centro' assumem uma posição oposicionista mais nítida e se ampliam – surgem mais forças que poderíamos chamar de 'centro' – e, ao mesmo tempo, as forças de esquerda tendem a assumir uma posição oposicionista mais decidida e contestatória. Essas tendências de maior definição oposicionistas – tanto ao 'centro' quanto à esquerda – podem lastrear a formação de um amplo movimento de resistência ao governo FHC.

Por último é importante considerar a situação, que, aos poucos, vai se modificando, e que envolve a mobilização das massas populares e setores representativos da sociedade civil. Que vai adquirindo maior fôlego mobilizador e maior impulso contra o entreguismo e as posições antidemocráticas e anti-sociais do governo de Fernando Henrique. Pouco a pouco começa ser percebido esse 'degelo' e a ampliação da possibilidade de mobilizações de massa. Para exemplificar, foi montado, ainda com relativo sucesso, o Fórum Nacional de Lutas, que congrega mais de 80 entidades nacionais e tem uma agenda mobilizadora estabelecida unitariamente, que já começa dar sinais em todo o Brasil.

Em resumo podemos dizer que o movimento oposicionista se estende, ganha maior dimensão e conformação. Entretanto, ainda não atingiu a fase de um amplo movimento político unificado em função de divergências políticas ainda existentes, em torno de uma plataforma comum, e, por conseguinte, de uma ação conjunta mais coordenada.



Manifestação Popular no dia de Tiradentes, Ouro Preto - MG, 21/04/99

Foto: Maurício Moura

A solução para a crise é política

O caminho a ser percorrido pela oposição passa, hoje, antes de tudo, por uma solução política – ampla e conseqüente para o enfrentamento ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido pode se dizer que ganha força e amplitude a idéia de que é preciso um novo rumo, um novo modelo, distinto do atualmente aplicado pelo governo FHC. Por isso, o desafio oposicionista neste momento é o de construir – com base no conjunto das forças oposicionistas, nos movimentos cívicos e sociais e setores empresariais contrários à atual política econômica governamental – uma maioria política e social unificada, ou seja, uma ampla Frente oposicionista, contrária ao rumo desastroso que o governo FHC impôs ao Brasil. Essa idéia é importante para se compreender que o movimento oposicionista hoje não é só um movimento de esquerda, e sim, um movimento muito mais amplo, constituído de vários pólos contrários à política neoliberal em curso.

Para isso opinamos que é possível a construção de um extenso movimento em defesa do Brasil; um movimento com característica de salvação nacional. Esta é a questão central e mais premente diante da ameaça de subordinação neocolonial por que passamos. No bojo desse movimento, com participação de diversas forças oposicionistas é possível se apresentar ao povo um Projeto Nacional de retomada do caminho de desenvolvimento soberano e auto-sustentado para o país.

Nesse caminho a ser percorrido é relevante persistir no esforço para aglutinar os partidos de esquerda, porque dessa maneira se pode imprimir maior conseqüência à constituição da Frente oposicionista. A frente de esquerda funcionaria como núcleo que daria maior consistência ao movimento oposicionista de maior amplitude.

É preciso enfrentar decididamente o governo FHC e as forças que o sustentam

Na construção desse novo caminho para o Brasil, deve se enfrentar o governo FHC e as forças que o sustentam, assumindo uma posição oposicionista deci-

O movimento em defesa do Brasil envolve a unidade em torno de três grandes bandeiras: soberania nacional, democracia e emprego

da e conseqüente. Não subestimando a possibilidade de agravamento da situação política e, até mesmo, a possibilidade de eclosão de uma crise institucional ou de crise de governo. Mais precisamente essa questão se refere ao modo de como se analisa a realidade e qual a natureza do governo FHC, pois, aqui, podem existir, no seio da esquerda, diferenças de compreensão do momento atual. Por isso existem divergências políticas acerca do caminho a seguir. Alguns setores podem não considerar que o agravamento do quadro político possa chegar a uma crise institucional e não se preparar para isso ou subestimar essa possibilidade. Outros setores podem correr o risco de querer precipitar etapas, não conseguindo reunir forças políticas e sociais capazes de derrotar o governo de FHC.

A posição mais justa deve considerar que o governo de Fernando Henrique tomou um rumo sem retorno. A política atual aprofunda o modelo neoliberal. A recessão imposta só vai agravar a crise social em curso, com o problema do desemprego, diminuição dos salários, aumento significativo da pobreza, falências de empresas... É preciso alertar a maioria do povo sobre a responsabilidade do governo federal por ter levado o Brasil à situação atual de retrocesso e de depressão econômico-social. Para se ter um exemplo, a média *per capita* do PIB, voltou a ser a do início da década de 1980. Se olharmos para a chamada década perdida (a dos anos 80) veremos que estamos perdendo a de 90 em uma proporção maior – porque o desenvolvimento médio dos anos 80, segundo Paulo Nogueira Batista Jr., foi de 1,8; agora é de 1,6; ou seja, menor que o da década anterior.

Por tudo isso, é preciso afirmar amplamente que *Basta de FHC!* e de sua política – antiBrasil e antipovo; e de submissão às orientações do FMI e do

capital financeiro internacional. Para nós, a mensagem *Basta de FHC!* tem sentido conscientizador, acumulador. Nela está implícita a idéia de que é preciso se alcançar o fim deste governo. Por isso, é necessário, também, dizer francamente ao povo que só um novo governo constituído de novas forças políticas e sociais – democráticas, patrióticas e progressistas – será capaz de imprimir um novo rumo ao país e implementar um novo modelo de desenvolvimento.

Um amplo movimento em defesa do Brasil envolve a unidade em torno de três grandes bandeiras. A luta que unifica toda a oposição é pela soberania, pela democracia e pelo emprego. A defesa da soberania está na centralidade da abordagem da realidade atual. Os direitos do povo, a retomada das conquistas dos trabalhadores têm amplo poder mobilizador. A luta pela democracia faz parte do embate para desnudar o verdadeiro caráter autoritário do governo e ampliar o espaço para a participação popular. Pode se avançar na organização desse movimento com a constituição de comitês de base em defesa do Brasil, em todo lugar do país. A construção de uma iniciativa desse porte, tendo como núcleo condutor as forças de esquerda, é a garantia para se alcançar uma alternativa de oposição, vitoriosa, distinta de uma transição dirigida por forças conservadoras. 

Renato Rabelo é vice-presidente nacional do PCdoB.

Notas

(1) Conforme texto de Celso Furtado apresentado na reunião do Conselho Político da Frente *União do Povo – Muda Brasil*, de 07/04/99 em São Paulo.

(2) *Idem*.

(3) Celso Antônio Bandeira de Melo. Intervenção na reunião do Conselho Político da Frente, já citada.

De onde vem o otimismo de FHC?

LECIO MORAIS

Para enfrentar a crise, o governo protegeu o grande capital, propiciou enormes lucros às grandes empresas e consideráveis prejuízos para o Estado brasileiro



Desempregada, em protesto em São Bernardo do Campo. O marido é desempregado da Ford...

Passada a primeira turbulência da queda do Real e do seu regime cambial ancorado em uma taxa de dólar administrada e garantida pelo Banco Central, o Governo e os interesses financistas tentam passar uma nova onda de otimismo em relação ao futuro de curto prazo da economia brasileira. Essas boas notícias têm como fatos a revalorização do real frente ao dólar em março/abril, a queda da inflação, a alta das Bolsas de Valores e a volta dos capitais de curto prazo. A idéia de que o pior da crise já passou – tema recorrente das declarações de FHC em seu último périplo europeu e norte-americano, tem por objetivo político imediato buscar a sanção da sociedade brasileira para a continuidade da política econômica adotada para enfrentar a crise cambial.

Pretendo neste texto conjuntural abordar de forma resumida as bases de tal otimismo oficial, os mecanismos que estão por trás das 'boas notícias'; o real caráter da crise, que determina sua duração por um longo prazo; bem como as implicações políticas advindas da nova situação cambial e o novo arranjo político pós-desvalorização.

A desvalorização cambial e a proteção do capital: a volta do Estado previdenciário

Uma característica distingue a desvalorização do real das desvalorizações de moedas de outros países ocorridas recentemente. Aqui ela foi preanunciada e os grandes capitais, ao contrário dos outros países, nada perderam, alguns até ganharam e muito.

A política do Plano Real de pretender financiar o crescimento brasileiro com base principal no capital externo meteu o país, a partir da mudança da conjuntura internacional de 1994, em uma terrível armadilha. A continuação

dessa estratégia, com juros caros e capitais ariscos, terminou por nos condenar à estagnação, a um brutal endividamento público interno e a uma violenta desnacionalização de nossa economia. A sobrevalorização de nossa moeda era um dos componentes dessa armadilha montada pelos monetaristas do Banco Central. Abandonar o regime da âncora cambial do dólar era necessário, mas as condições peculiares articuladas pelo Estado brasileiro no mercado de câmbio, de proteção ao capital dos grandes credores e investidores, já causavam preocupação quanto aos custos a serem arcados pelo setor público por ocasião de uma desvalorização. (1)

Com vistas a postergar a queda do real durante o período eleitoral e a criar um seguro contra a desvalorização, o Governo passou a por em prática duas operações de *hedge* (proteção) para os capitais financeiros. A partir de maio de 1998, o Tesouro e o Banco Central, à medida em que subiam as taxas de

juros, passaram a acelerar a substituição de seus títulos pré-fixados (com juros fixos) por títulos com juros diários ou com correção cambial. Esses títulos, que representavam R\$ 39 bilhões (16% da dívida mobiliária federal) em dezembro de 1997, já eram mais de R\$ 67 bilhões (21% da dívida) em dezembro de 1998, véspera da desvalorização. A segunda operação consistia em vender dólares em data futura com valores pré-fixados na Bolsa de Mercadorias e Futuros. Estima-se que essas operações no 'futuro' representavam algo em torno de 15 a 20 bilhões de dólares. Os grandes capitais, que tiveram acesso a esses títulos ou estavam 'comprados' no 'mercado futuro', ficaram protegidos da brutal desvalorização do real durante os dois primeiros meses de 1999. Muitos deles – em especial as instituições financeiras, grandes intermediárias – tiveram fabulosos ganhos: lucraram, apenas em janeiro, quase o dobro do que auferiram em todo o ano de 1998.

Por isso, perguntado porque, diferentemente das crises em outros países, a queda da moeda brasileira tinha afetado tão pouco o mercado financeiro internacional, o megapespeculador George Soros afirmou que no Brasil, a desvalorização era anunciada e sabida e que, aqui, se contara com mecanismos de proteção, inexistentes em outras crises. Ou seja, mesmo quem não ganhou também não perdeu. É a volta do Estado previdenciário... mas do capital!

A contrapartida desses ganhos foi o prejuízo para o Estado brasileiro. Segundo os números oficiais, a desvalorização custou ao governo federal, apenas em janeiro, um aumento de 62,5 bilhões de reais na dívida pública (2), e mais de 7 bilhões em perdas para o Banco Central no mercado futuro do dólar (estes já desembolsados).

A volta do capital de curto prazo: a especulação 'a favor'

Os ganhos proporcionados por essa 'proteção' levaram rapidamente os investidores (externos e internos) a montarem junto com o Banco Central, agora sob o comando de Armínio Fraga, um financista com experiência internacional, e a partir da megadesvalorização do mês de fevereiro, uma nova manobra especulativa, desta vez 'contra' o dólar. Na virada para o mês de março, com o dólar a dois reais e uma taxa de juros de 45% ao ano, os investidores e bancos, que tinham alguns bilhões de dólares estocados, começaram a voltar para o real, aplicando-o imediatamente em títulos públicos e na Bolsa. Com o próprio movimento de conversão em reais garantindo a desvalorização da moeda e com a garantia da entrada da segunda parcela do Acordo com o FMI (o novo

adotada garantiu ganhos extraordinários para todo o sistema financeiro e seus grandes clientes.

Mas além de criar tão excelente oportunidade de ganhos, o Governo ainda diminuiu prazos internos de aplicação do capital estrangeiro, voltando a isentar seus ganhos de qualquer tributo. Assim, não é de estranhar que durante o mês de março tenham entrado (na verdade voltado) liquidamente ao Brasil US\$ 750 milhões para as Bolsas e mais US\$ 1,9 bilhão em aplicações em títulos de renda fixa. (3)

Enquanto os investidores ganhavam muito, o Governo de FHC pôde celebrar a volta da 'confiança no Brasil', com o registro de nova entrada líquida de divisas na conta de Capital. Esse trunfo foi usado politicamente como prova da seriedade e da justeza de sua política no enfrentamento da crise; empurrou-

Além disso, com o ganho da desvalorização do dólar, o Banco Central pôde – no decorrer de abril (4) – baixar a taxa de juros básica, já que o ganho em dólar (o cupom) estará garantido. Embora essa diminuição na taxa de juros básica tenha efeito pouco significativo para a economia produtiva (uma taxa de 30% é tão nociva à produção quanto uma taxa de 45%, e o crédito privado continua fechado), ela pode ser exibida como mais uma conquista do Governo.

Essa manobra especulativa tem dois resultados financeiros: de imediato, aumenta em mais alguns bilhões de reais a dívida pública federal e, em futuro próximo, como cada dólar que entrou pode querer sair acrescido pelos ganhos em real, haverá mais pressão sobre nossas combalidas reservas.

Inflação versus recessão: o povo entre a cruz e a caldeirinha

A expectativa da volta da inflação após a desvalorização do real era um pesadelo para o Governo, para os capitais monetários e também – por motivo diverso – para os trabalhadores. Em especial para o Governo, a volta da inflação significava uma perda política apreciável, já que grande parte de seu capital político advém da estabilidade da moeda e do poder de compra das rendas fixas, como o salário. A oposição tentava disso tirar proveito, caracterizando o retorno inflacionário como 'estelionato eleitoral' e mobilizando-se em torno da bandeira da reposição salarial.

Muitos faziam cálculos de que o repasse do aumento dos preços em reais dos bens importados, especialmente dos intermediários, e também dos exportados consumidos internamente, fazia com que se estimasse a inflação para 1999 entre os 16,9%, previstos na revisão do acordo com o FMI, até 24% ou mesmo 70%, dos

O governo de FHC garante ganhos extraordinários ao capital ao adotar juros diários, correção cambial e dólares pré-fixados

acordo foi assinado dia 3 de março, mas já se o sabia assegurado dez dias antes) na primeira semana de abril, assegurando uma disponibilidade de mais 4 bilhões de dólares na reserva, o ganho na moeda americana era alto e seguro. Com efeito, quem trocou um dólar por dois reais na primeira semana de março, aplicando-o a juros, terá ganho na primeira semana de abril (com o câmbio a 1,71), em dólar e líquido (o chamado 'cupom cambial'), não menos do que 20% em apenas trinta dias. Independente de ter havido qualquer vazamento de informação antecipada para beneficiar uma ou outra instituição, a própria política

se assim o colapso cambial para a frente, ganhando tempo até o segundo semestre, quando se espera que o pior da recessão tenha passado. É a especulação 'a favor'! Em uma manobra como essa, feita em conluio com nossa própria autoridade monetária, é que se pode avaliar mais corretamente o significado da nomeação de Armínio Fraga para o Banco Central. Não se trata de fornecer informações privilegiadas a um ou a outro 'investidor', mas de operar em conformidade com o 'mercado', subordinando o interesse soberano às suas regras, numa 'parceria de iguais', onde o interesse público e o privado tendem a ficar indistintos.

analistas do Deutsche Bank. Mas um processo inflacionário, no fundamental, é um problema político de correlação de forças entre o capital e o trabalho, principalmente, e entre as diversas espécies e grupos de capitalistas, secundariamente, em torno de uma redefinição quanto à apropriação das rendas sob a forma moeda.

Na crise de 1982, a desvalorização da moeda e a recessão encontraram o movimento popular, e em especial o sindical, em ascensão, as classes dominantes crescentemente divididas em torno da solução para a crise, e o regime militar em declínio. Esse cenário fez com que os trabalhadores defendessem ativamente seu poder de compra ante o repasse dos custos da dívida externa para os salários. A reação do capital a essa defesa foi um dos componentes básicos para a formação da espiral inflacionária que dominou toda aquela década.

Vivemos hoje um momento diferente. A forte recessão, pedra basilar do Programa do FMI para enfrentar a crise, a debilidade política e organizativa do movimento popular e a relativa (ainda) coesão das classes dominantes em torno dessa política, são componentes determinantes de que não haverá (pelo menos a curto prazo) uma significativa escalada competitiva de preços entre o capital e os salários.

Mas a inesperada queda dos índices em março último surpreendeu até o Governo. Essa queda brusca deve-se a uma também acentuada retração na produção interna, determinada, entre outras coisas, pelo pífio desempenho das exportações que, no primeiro trimestre, foram inferiores às do igual período no ano passado, como também a uma política monetária e creditícia draconiana. A exportação sofreu no trimestre três fatores adversos: o câmbio instável provocou algum adiamento de embarques, a queda desde

Ao nomear Armínio Fraga para o Banco Central, FHC optou por operar em 'parceria' com o mercado, subordinando o interesse soberano do país às suas regras

o ano passado dos preços dos produtos primários (*commodities*) no mercado internacional e a barganha de nossos importadores que estão ganhando descontos sobre nossas mercadorias, pagando menos dólares, por conta da maior renda interna em reais dos exportadores. (5) Sem esse aumento das exportações para contrabalançar a queda na produção para consumo interno, a recessão, nesse trimestre, mostrou-se mais violenta do que se planejava. Vai se confirmando a tendência de que todo o superávit comercial advirá da recessão e da queda das importações.

Essa é a receita básica do Governo para deter a inflação, antepondo a ela uma transferência imediata relativamente pequena das rendas dos salários e provocando uma forte recessão com grande quebradeira das empresas mais fracas e um maior desemprego. Desprovido de poder de barganha pelo desemprego e precarização crescente do trabalho e com um sindicalismo desarmado ideologicamente, restará aos trabalhadores trocar uma baixa inflação por menos emprego: a cruz ou a caldeirinha.

A crise de financiamento externo e o rearranjo político pós-desvalorização

O programa do FMI, impondo a primazia do pagamento dos compromissos externos e a manutenção do valor dos capitais financeiros através da dívida pública, lança um forte ônus sobre o Estado e a parcelas consideráveis do capital produtivo,

especialmente do médio e pequeno. A forma de conduzir a política cambial e fiscal mostra que longe de qualquer estabilização o país ainda terá um longo período de instabilidade pela frente.

Embora o Governo tenha afastado a ameaça de um colapso cambial (entendido aqui como a falta absoluta de divisas para honrar compromissos financeiros imediatos bem como a importação de bens essenciais), a crise cambial de financiamento externo à economia permanece e tudo leva a crer que perdurará por um grande período, talvez dois anos ou mais.

Não podendo mais sustentar, no momento, o crescimento com base no financiamento externo, e tendo provocado um forte endividamento e desnacionalização da economia, o Governo, executando o Programa do FMI, tenta agora manter o financiamento externo para continuar honrando os compromissos externos com o serviço da dívida e com o pagamento das chamadas rendas do capital, remessas de lucros, de dividendos e de royalties. Nossas elites, histórica e psicologicamente dependentes, parecem não conceber uma existência própria sem que os mecanismos de sujeição que ligam o capital brasileiro ao circuito mundial do capitalismo estejam funcionando em plenitude. É o que Conceição Tavares denomina de 'caráter heteronômico' de nossas elites. (6)

A necessidade de financiar esses compromissos financeiros, que no ano de 1999 deve atingir cerca de 60

bilhões de dólares (7) (não se inclui aqui a importação de quaisquer bens e serviços), impedirá a manutenção do volume de importação necessário para realizar, nos próximos anos, qualquer crescimento sobre a base de produção alcançada até 1998. (8) Para financiar tal quantia, além de um superávit na balança comercial e dos recursos do FMI, ainda dependeremos de investimento direto e de empréstimos voluntários da banca privada da ordem de US\$ 31 bilhões. (9) Com o mercado financeiro

momento de insegurança, interessa aos bancos estrangeiros (e aos donos de bônus brasileiros no exterior), que terão assegurados a liquidez em dólar de seus empréstimos e encargos, sem ter de renovar seus créditos, mantendo ou aumentando sua exposição de risco no país.

Mesmo que, em uma hipótese otimista, entre divisas suficientes para financiar um aumento de importações, a prioridade do Programa do FMI de garantir os compromissos externos e a sua liquidez, endereçará esse excesso

vez maior de diversos setores econômicos ao Programa, destacando-se nisso a grande burguesia industrial paulista, representada pela nova diretoria da FIESP. A desvalorização da moeda, abrindo oportunidades imediatas de exportação e de substituição de importações, aliada à proteção concedida pelo Estado aos grandes devedores, provocou um novo arranjo nas forças políticas. Especialmente beneficiada, a indústria paulista passou rapidamente da crítica ao apoio quase explícito. A agricultura de exportação comemorou junto com todo o complexo industrial a ela ligada (máquinas e implementos agrícolas, adubos e defensivos). Alguns setores industriais – químicos, têxteis, calçados, minerais metálicos e não-metálicos, celulose – juntamente com a cultura de trigo e algodão poderão crescer pela substituição de importações. Entretanto, esses setores estarão limitados na sua expansão pela diminuição da demanda e pela falta de crédito internos. Nos demais setores para a maioria das empresas – sem *hedge* para seus eventuais débitos em dólar e com a demanda em queda – a situação piorou bastante. Mas, sem o poder de fogo e de mídia da Avenida Paulista, a presença dos empresários em oposição ao Governo foi reduzida significativamente.

Porém, caso continue a haver uma frustração no crescimento das exportações, a posição dos setores agora beneficiados poderá se inverter novamente, diminuindo de forma significativa a base social de sustentação do Governo. Essa frustração é possível pela tendência baixista nas *commodities* e pelas condições adversas do mercado mundial: baixo crescimento do Primeiro Mundo e o forte esforço exportador asiático.

A desestabilização do Mercosul significou um considerável custo

Um processo inflacionário é, no fundamental, um problema político de correlação de forças entre o capital e o trabalho

internacional contraído em relação aos emergentes, não tenho dúvida de que não haverá financiamento para o crescimento. Todo o esforço de conseguir 'dinheiro novo' da banca privada (esforço que resultará provavelmente no aumento do endividamento estatal em substituição ao privado), estará virtualmente circunscrito à viabilização dos pagamentos dos rendimentos do capital. Por isso é tão importante no Programa do FMI a realização da privatização do sistema Eletro (o último setor estatal relevante restante no Programa Nacional de Desestatização) o mais rápido possível e a reserva para a venda, caso o financiamento externo não seja suficiente, da Petrobrás e dos bancos estatais ainda no próximo biênio. A privatização é uma forma de assegurar a entrada de recursos significativos de investimento externo direto, diminuindo a necessidade de endividamento, o que, nesse

para o aumento das reservas e não para expandir nossas importações de bens e serviços (como já acontecia, de forma menos dramática, desde a crise do México). **Esta é a característica fundamental da crise que vivemos, juntamente com os demais países da periferia do sistema capitalista: a imposição exógena de uma prioridade financeira que resulta em uma 'restrição externa', de longo prazo, sobre o nosso crescimento.**

Não é possível afirmar, do ponto de vista econômico, que essa estratégia adotada pelo Governo para ultrapassar a crise, não dará certo. Os limites e a viabilidade desse programa dependem mais da política e menos da economia.

Os custos internos para garantir o Programa do FMI – taxas de juros elevadas, aumento da tributação e queda na demanda – combinados com a sobrevalorização da moeda, estavam gerando uma grave ameaça tanto à indústria quanto à agricultura. Isso vinha provocando uma oposição cada

externo da mudança do regime cambial. A desvalorização do real retirou dos demais membros do mercado comum, em especial da Argentina, a vantagem de exportadora de bens primários e agroindustriais, desequilibrando, quiçá de forma fatal, os termos de troca. A aliança básica que orientou a criação e a consolidação do Mercosul, a indústria paulista e o setor agroexportador argentino, foi rompido. As conseqüências desse rompimento são particularmente graves a longo prazo: abrem a possibilidade de dissolução do Mercosul e viabilizam a Área de Livre Comércio das Américas – Alca, defendida pelos EUA. O Brasil tem usado o seu mercado importador para manter unido o Mercosul, obstruindo, com manobras protelatórias, a negociação da Alca, agora não disporá mais desse trunfo. A ameaça de criação da Alca, já fortalecida implicitamente nos Acordos com o FMI, se agrava mais com a debilitação da nossa capacidade de barganha.

Essa desestabilização do Mercosul foi, na verdade, mais conseqüência do regime de flutuação do câmbio do que da desvalorização. Tivesse-se adotado um regime de centralização do câmbio, seria possível realizar uma desvalorização menor e, o mais importante, administrar o câmbio comercial mantendo a área do Mercosul e outros parceiros prioritários com um câmbio privilegiado. Isso demonstra como a adoção do câmbio flutuante não era a opção mais adequada para os interesses estratégicos do Brasil.

Como todo sistema complexo, o desenvolvimento de uma situação econômico-social, especialmente no curto prazo, é extremamente sensível a pequenas alterações, cujos efeitos costumam se propagar de forma desproporcional, algumas vezes em direções inesperadas. Embora seja

Os limites e a viabilidade do programa neoliberal de FHC dependem mais da política e menos da economia

possível montar os cenários mais prováveis, a imprevisibilidade será ainda relevante. Mas a médio e longo prazo pode-se prever, com pouca margem de erro, que, assim como aconteceu com a crise de 1982, abre-se agora uma fase de estagnação e de grande instabilidade tanto econômica quanto política. O que acontecerá no futuro próximo ainda não tem vencedores; as possibilidades do jogo político ainda estão em aberto.

Lecio Moraes, economista, assessor técnico da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados. O texto foi concluído em 18 de abril de 1999 e o autor agradece as oportunas observações feitas por Duarte Pacheco Pereira, dispensando-o de qualquer responsabilidade quanto às opiniões aqui defendidas.

Notas

- (1) Ver, por exemplo, artigo de minha autoria “A crise brasileira, a dívida e o déficit públicos: para que superávit fiscal?”. Revista *Princípios*, n.º 51, novembro/98.
- (2) Banco Central do Brasil, nota à imprensa, Quadro IV, 13.04.99 (Internet).
- (3) Segundo Tavares, M. C., “O nosso dinheiro e o dinheiro deles”. *Folha de S. Paulo*, dia 11.04.99.
- (4) Este texto foi escrito levando em consideração os fatos ocorridos até 20 de abril de 1999.
- (5) Dados do Ministério da Indústria e Comércio relativos ao primeiro bimestre – quando

comparados com o mesmo período de 1998 – mostram que as exportações de primários e semimanufaturados foram especialmente atingidas pela queda nos preços internacionais das commodities e pela concessão de descontos extras decorrentes da desvalorização do real. Enquanto nas exportações totais a quantidade das mercadorias (o quantum) diminuiu 7,7%, o valor decresceu 11,5%; nos produtos primários e semimanufaturados o quantum subiu, respectivamente, 12% e 3,4%, enquanto seus valores diminuíram 20% e 19,4% em cada caso. Secretaria de Comércio Exterior, MICT, *Gazeta Mercantil*, 17 e 18 de abril de 1999.

(6) Ver Tavares, M. C., “Visões da crise”. *Folha de S. Paulo*, 03.01.99.

(7) O cálculo baseia-se na estimativa de US\$ 37 bilhões de amortização (do Banco Central) e US\$ 14 bilhões de encargos da dívida (com um aumento de 20% sobre 1998, decorrente do aumento da taxa de risco do Brasil), mais US\$ 9 bilhões de remessas de lucros, dividendos, royalties e de outras rendas do capital (serviços de fatores), mantendo valor semelhante ao de 1998.

(8) Isso significa que, embora possa haver crescimento do PIB nos dois anos próximos, com a queda prevista para o PIB em 1999 (4%), esse crescimento não será suficiente para ultrapassar o patamar de riqueza produzida em 1998, ano anterior a crise cambial.

(9) Essa é uma hipótese otimista: estimando um superávit comercial conforme prevê o Acordo com o FMI de US\$ 11 bilhões, mais US\$ 17,7 bilhões de desembolso previsto, para 1999, dos empréstimos totais pelo Programa do FMI (FMI, acordos bilaterais do BIS e Banco do Japão, BIRD e BID).

FMI: governo paralelo

ALDO ARANTES

O governo de Fernando Henrique conduz a política como se fosse um interventor do capital financeiro internacional atuando no Brasil

“Sou contra o FMI mandar no Brasil” – “Wall Street gosta dos juros altos para os seus especuladores, mas isto é bom para a economia brasileira? Isso cria empregos no Brasil?” Tais afirmações não são de nenhum esquerdista mas do economista norte-americano Jeffrey Sachs, da Universidade de Harvard.(1) Elas evidenciam como se generalizou a avaliação do caráter de completa submissão da política econômica brasileira aos interesses dos banqueiros, particularmente dos banqueiros internacionais.

Esta política irresponsável foi criando uma vulnerabilidade crescente em nossa economia. Face à crise do México as autoridades federais diziam que a realidade do Brasil era outra, que aqui era diferente e que nossa economia era estável.

A oposição progressista sempre criticou a vulnerabilidade do Plano Real alertando para o fato de que caminhávamos para sermos a “bola da vez” da especulação internacional.

Diante das críticas da oposição o governo sempre respondia afirmando

que a economia brasileira era sólida. Quando veio a crise da Rússia o governo disse que a crise existia, mas era internacional.

Todavia a crise repercutiu fortemente sobre o Brasil. Para tentar conter suas conseqüências o governo decidiu aumentar as taxas básicas de juros de 19 para 29%. Era o caminho para aprofundar a recessão. Por outro lado o governo estabeleceu um Pacote Fiscal com a meta mínima de redução de despesas em torno de R\$ 10,4 bilhões em 1998, sendo que R\$ 5,4 bilhões em investimentos e R\$ 5 bilhões em atividades. Porém nenhuma medida foi tomada no sentido de alterar as questões estruturais da vulnerabilidade de nossa economia.

O governo não queria reconhecer a gravidade da crise e sua responsabilidade. Durante as eleições escondeu a crise. Evitou debater o problema com

o objetivo de enganar o povo. Recentemente o diretor geral do FMI afirmou que “os brasileiros estão pagando um preço elevado por suas tergiversações econômicas durante o período eleitoral e pós eleitoral”. Até um representante dos banqueiros internacionais vem a público denunciar a manipulação eleitoral feita por Fernando Henrique. Os fatos são tão evidentes e sua subserviência tamanha que o presidente sequer se defendeu da acusação.

Após as eleições, com a crise dos países asiáticos, a repercussão sobre o País foi violenta. Novas e mais radicais medidas foram adotadas pelo governo. As taxas de juros foram elevadas para 41%. Mais do que nunca o Brasil passou a ser o paraíso da especulação financeira.

Novo Pacote Fiscal é editado com vista a uma economia de R\$ 28 bilhões, sendo que R\$ 12,2 bilhões viriam de cortes de gastos do governo e das reformas e R\$ 15,8 bilhões viriam do aumento de receita.

Neste quadro é fechado novo acordo com o FMI e este se compromete a intermediar uma ajuda de US\$ 41,5 bilhões de dólares que terão como objetivo garantir débitos internacionais em torno de US\$ 60 bilhões que o Brasil terá de saldar.

Todavia para não prejudicar os especuladores internacionais e não revelar a gravidade da crise o governo procurou manter a situação insustentável de sobrevalorização do real.

Diante da gravidade da crise e da vulnerabilidade da economia brasileira os capitais especulativos começaram a sair em debandada. Num prazo de 5 meses o País perdeu em torno de US\$ 40 bilhões de reservas.

Na tentativa de conter a evasão de divisas o Brasil adota a taxa de câmbio flutuante e o dólar dispara.

Vários bancos ganham rios de dinheiro com esta manobra.

O desmonte da chamada âncora cambial com a flutuação do dólar levou os banqueiros internacionais e o FMI a exigirem a elaboração de um novo acordo, com a adoção de condicionalidades mais rigorosas.

O acordo com o Fundo Monetário Internacional

Com o fato inédito da presença aberta de funcionários do Departamento do Tesouro Norte-Americano nas negociações, foi finalmente anunciado o novo acordo com o FMI pelo Ministro da Fazenda e por Stanley Fischer, o ‘número 2’ do FMI e representante norte-americano naquele organismo.

Trata-se do acordo mais radical imposto ao Brasil. Seu objetivo fundamental é assegurar as condições para o pagamento dos compromissos internacionais, para isto submetendo o País a uma profunda recessão, ao desemprego e à completa subordinação de sua política econômica aos interesses dos banqueiros internacionais.

O professor de economia canadense Michel Chossudovsky falando da orientação imposta pelo FMI aos países endividados afirma que “o mesmo cardápio de austeridade orçamentária, desvalorização, liberalização do comércio e privatização é aplicado simultaneamente em mais

de cem países devedores. Estes perdem a soberania econômica e o controle sobre a política monetária e fiscal; seu Banco Central e Ministério da Fazenda são reorganizados (freqüentemente com a cumplicidade das burocracias locais); suas instituições são anuladas e é instituída uma ‘tutela econômica’. Um ‘governo paralelo’ que passa por cima da sociedade civil é estabelecido pelas instituições financeiras internacionais. Os países que não aceitam as ‘metas de desempenho’ do FMI são ‘colocados na lista negra’.” O professor canadense também afirma “por que países soberanos acabaram ficando sob a tutela das instituições financeiras internacionais? Porque estavam endividados, o que deu às instituições de Bretton Woods o poder de obrigá-los por meio das chamadas ‘condicionalidades’ anexas aos acordos de empréstimo, a redirecionar ‘apropriadamente’ suas políticas macroeconômicas de acordo com os interesses dos credores oficiais e comerciais.” (2)

O acordo firmado recentemente com o FMI segue literalmente estas orientações. Está longe de ser uma decisão soberana do governo brasileiro em função de nossas necessidades. É uma imposição do FMI atendendo aos interesses dos credores internacionais.

O referido acordo intitulado *Memorando de Política Econômica* projeta para 1999 um crescimento

O FMI se transformou em um governo paralelo no Brasil. As políticas postas em prática por FHC são receitas elaboradas pelo Fundo, expressando os interesses dos banqueiros internacionais

negativo do PIB de 3,5 a 4 por cento. É a consequência natural da política de juros altos e de restrição da demanda interna para gerar excedentes exportáveis e assegurar o pagamento da dívida. Esta recessão levará ao aprofundamento do desemprego e a uma maior desorganização de nossa economia.

O fim da chamada âncora cambial com a flutuação do valor do dólar colocou a necessidade da criação de uma nova âncora para a política econômica como forma de conter o crescimento da inflação. Segundo o acordo esta nova âncora deverá ser "a política monetária, combinada com o fortalecimento do ajuste fiscal e uma firme política salarial para o setor público". (3)

A linguagem rebuscada do texto do acordo tem por objetivo tentar enganar a opinião pública sobre a gravidade das medidas impostas. Quando se fala que a nova âncora deve ser a política monetária, o fortalecimento do ajuste fiscal e uma firme política salarial do setor público, na verdade o acordo está afirmando a continuidade da política de altos juros, a necessidade de maiores cortes orçamentários e de uma política de arrocho salarial para o setor público.

O texto do acordo fala da volta de uma inflação em torno de 10% na primeira metade do ano. Porém não admite qualquer medida que vise a correção salarial. Fica evidente que os trabalhadores deverão pagar pelo "reajuste da economia" garantindo a lucratividade dos especuladores internacionais.

A meta do superávit primário do Setor Público deverá passar de 2,6% para 3,5% do PIB em 1999, representando um acréscimo de 8 bilhões de reais de cortes orçamentários. Como já foi dito anteriormente o déficit primário não inclui as despesas com juros e amortizações. O texto

prevê medidas para melhorar o superávit primário destacando-se dentre elas o aumento dos preços domésticos de energia e outras tarifas públicas, aumento do IOF sobre empréstimos, aumento da contribuição dos militares à seguridade social e redução dos gastos orçamentários federais com salários.

Nestes três primeiros meses houve um superávit primário da ordem de 5,1 bilhões de reais. Porém houve um déficit nominal (incluindo os juros e amortizações) de 64 bilhões de reais. Fica evidente mais uma vez que a questão essencial do déficit público



não são os gastos governamentais, mas sim os gastos com juros e amortizações da dívida. Ao insistir no corte das despesas públicas esta carta de intenções impõe maiores sacrifícios ao povo, agravando nossos problemas.

O objetivo do estrangulamento do setor público da economia fica evidenciado com a meta de superávit prevista no acordo para as empresas do setor público, através de cortes nos investimentos das empresas estatais.

O Memorando afirma que "os acordos de reestruturação de dívida entre o Governo Federal e os Estados determinam que estes últimos devam gerar superávites para servir a dívida reestruturada". Aqui reside um dos

problemas essenciais surgidos com os governadores dos estados, em particular com o Governador de Minas Gerais, Itamar Franco. Ocorre que o governador de Minas não aceita o corte de despesas públicas fundamentais como o pagamento de professores ou a alimentação para os detentos para assegurar o pagamento de dívidas. Tal atitude é inteiramente correta e expressa os interesses do povo mineiro.

Esta é a questão essencial que está colocada para o povo brasileiro. O governo argumenta que necessita de saldar dívidas com os credores internacionais para assegurar a confiabilidade dos banqueiros. Por acaso o governo não tem dívidas e compromissos com o nosso povo?

O Presidente Fernando Henrique Cardoso está de tal forma envolvido com o projeto neoliberal, com os interesses do grande capital, que perdeu toda a sensibilidade para o fato óbvio de que a ótica, o ponto de partida de qualquer política de governo, é o do interesse de seu povo e de seu país. Por isto o centro de qualquer projeto deve estar na geração de riquezas para o país, na melhoria de vida de seu povo e não na geração de dólares para saldar compromissos com especuladores internacionais.

A diretriz do FMI da liberalização financeira é seguida à risca na Carta de Intenções, não somente através da privatização dos bancos públicos mas também através da ampliação do capital estrangeiro em nosso sistema bancário. Assim diz o texto "o governo exercerá com determinação a sua política, já em curso, de conceder maior eficiência e reduzir, ao longo do tempo, o papel dos bancos públicos na economia".

Dentre as condicionalidades impostas pelo FMI as chamadas reformas estruturais jogam um papel decisivo.

Visam criar as condições legais para o enquadramento do País dentro dos parâmetros econômicos do Consenso de Washington e do FMI.

O texto do acordo diz que “o governo brasileiro reafirma o seu compromisso” com os termos do acordo anterior que “forneceu uma visão abrangente da agenda de reformas estruturais do Governo no curto e médio prazos”, prestando assim contas, ao FMI, do que já foi feito.

As reformas iniciais colocadas em prática pelo governo se relacionaram com a Ordem Econômica. Em seguida vieram as reformas previdenciária e administrativa.

O texto do acordo fala da importância da reforma tributária e da introdução de um novo IVA – Imposto de Valor Agregado, um imposto indireto sobre o consumo. A reforma tributária de fato é importante, porém para combater a evasão fiscal, para reduzir os impostos sobre o povo e os pequenos produtores e aumentar os impostos sobre os grandes grupos econômicos e a especulação financeira. Todavia a reforma tributária defendida pelos neoliberais e adotada pelo governo visa exatamente o inverso: a redução da carga de impostos sobre o capital e sua ampliação sobre o trabalho. Daí a redução dos impostos diretos e a ampliação dos impostos indiretos através do imposto sobre o consumo, que atinge a todos indistintamente.

Uma reforma política para restringir a democracia é uma consequência necessária do projeto neoliberal. Só é possível aplicar esta orientação com a restrição da liberdade política. Com a limitação da liberdade de organização partidária. Por isso o próprio presidente procura colocar esta reforma na pauta do Congresso.

Outra questão chave presente na Carta de Intenções é a disposição do

Quanto ao argumento de que o país não tem recursos, os fatos demonstram o contrário: somente de juros o Brasil vai pagar 130 bilhões de reais este ano

governo de “acelerar e ampliar o escopo do programa de privatização”. O texto fala do desejo do governo de completar a privatização das companhias federais geradoras de energia e iniciar no próximo ano a privatização das redes de transmissão de energia. Fala da venda de ações de empresas já privatizadas como a Light, a CRVD, além da venda de ações da Petrobrás.

O texto fala, também, de “estudos” sobre o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, BNB e Basa. Na verdade o objetivo é a privatização de todas estas instituições. Aliás dirigentes do FMI e banqueiros reclamam a imediata privatização da Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Michel Camdessus, diretor-gerente do FMI, anunciou, lá fora, que o Brasil vai privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, indicando a existência de “acordos secretos” do governo com o FMI, pois o Presidente Fernando Henrique havia negado tal propósito. (4)

Quanto à Petrobrás os órgãos de divulgação informam sobre a decisão do governo em vender partes da empresa. O objetivo imediato é a venda das refinarias da Petrobrás, abrindo caminho para a privatização de toda empresa.

A experiência recente tem demonstrado o resultado das privatizações. Além das vendas das empresas retirarem valiosos instrumentos de política econômica das mãos do

Estado, representam um grave prejuízo pois estão sendo vendidas a preço vil. Por outro lado as consequências sociais desta política irresponsável estão ficando cada vez mais visíveis como no caso da Light do Rio de Janeiro e da Telefonica de São Paulo. Como o objetivo principal das empresas privatizadas é o lucro, a redução de gastos para atingir este objetivo termina por debilitar o nível dos serviços prestados.

FMI e banqueiros X interesse nacional

A Carta de Intenções assinada com o FMI faz concessões extremamente danosas ao nosso futuro enquanto Nação. O texto diz que a eliminação de mercados cambiais distintos “abre caminho para uma próxima aceitação pelo Brasil das obrigações contidas no artigo VIII, seções 2,3 e 4 da Carta constitutiva do FMI”.

Tais dispositivos implicam na “não imposição – sem a aprovação do Fundo – de restrições aos pagamentos e às remessas relacionadas com exportação e importação de bens e serviços, juros, lucros e dividendos e royalties”. A proibição de tais restrições agrava as desvantagens do produtor nacional sujeito a juros altos e prazos curtos. Implica, também, em não manter “regimes monetários discriminatórios” ou “práticas monetárias múltiplas” exceto com a concordância do FMI. Segundo o economista Lecio Moraes da

Liderança do PCdoB “dentro dessa proibição poderá caber a centralização do câmbio, adoção de regimes especiais de câmbio com determinados países como os do Mercosul e a existência de câmbios separados com taxas diferenciadas para o comercial, financeiro e de turismo”. Na verdade significa o país abdicar de uma política monetária e cambial própria, submetendo sua política econômica aos interesses dos banqueiros internacionais.

Tais compromissos asseguram o “livre fluxo de capitais”, ou seja o Brasil se vê impedido de tomar medidas em defesa de sua economia impedindo, por exemplo, a evasão de divisas através da centralização do câmbio.

O livre fluxo de mercadorias é assegurado no texto quando se afirma que “o Governo mantém seu compromisso com a política de liberalização comercial”. O resultado desta política é a abertura indiscriminada para a importação de produtos estrangeiros com graves prejuízos para a economia nacional. Enquanto os países desen-

volvidos tomam medidas de proteção de suas economias levantando barreiras para as importações de produtos estrangeiros, o Brasil abre de forma indiscriminada suas fronteiras econômicas.

Mas o FMI quer mais do que isto. Quer um Banco Central sob seu comando. Por isto o texto fala de um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional “com vistas a fortalecer a independência operacional do Banco Central”. Esta independência em relação ao governo significará a dependência total em relação às regras e determinações do sistema financeiro internacional, através do FMI.

Ao analisar a questão dos Bancos Centrais Michel Chossudovsky afirma “a chamada ‘independência do Banco Central em relação ao poder político’ é exigida por ele ‘como remédio contra a propensão inflacionária dos governos’. Na prática isso significa que o FMI e não o governo controla a emissão de moeda”. Ou seja, nestas condições o FMI, em nome dos credores, “fica na posição de virtualmente paralisar o financiamento

do desenvolvimento econômico real”.

Outro dispositivo absurdo e atentatório à nossa soberania era o de que as reservas brasileiras ficariam sob o controle do Banco Central norte-americano quando atingissem 20 bilhões de dólares. É importante lembrarmos que o acordo do FMI com o México impôs a este país que o controle da conta de petróleo passasse a ser feita pelo Banco Central dos Estados Unidos.

A formulação explícita sobre o controle de nossas divisas terminou por não ser colocada pelas possíveis repercussões políticas. Porém no dizer da economista Tânia Bacelar “permanece implícita no montante disponível para a intervenção no mercado e na trajetória projetada para as reservas líquidas em julho que continua sendo de 20 bilhões de dólares”.

O professor José Luiz Fiori, analisando o acordo com o FMI afirma que “como garantia pelo empréstimo internacional que lhe concederam, o governo ofereceu uma transferência de ‘capacidade de decisão’, o que transforma o Brasil na primeira cobaia internacional de um experimento que combina, num ‘mercado emergente’, a aceitação contratual e compulsiva das regras e prescrições do Acordo Multilateral de Investimentos (o AMI que ainda não foi assinado pelos países desenvolvidos) com as regras já aceitas pelo Brasil da Organização Mundial do Comércio e mais uma fórmula nova e não constitucionalizada de dolarização da economia. Com isto o governo proíbe-se, automaticamente, o uso de qualquer tipo de controle do movimento dos capitais, investimentos e remessas de lucros e dividendos e, obviamente, de qualquer tipo de política industrial e comercial. Compromete-se, além disso, com a automática elevação da taxa interna de juros em caso de



perda de reservas, delegando ao FMI o controle 'informal' e mensal de sua política monetária e trimestral de sua política fiscal". (5)

Mais um passo para a completa submissão de nossa política econômica está sendo arquitetado através da adoção do chamado *currency board*. Trata-se de um sistema colonial adotado pelos ingleses em seus domínios, no século passado, e atualmente é praticado nas praças financeiras internacionais como Cingapura, Hong Kong e adotado pela Argentina desde 1991. Segundo Celso Furtado este sistema é o da dolarização da economia, ou seja da livre conversão da moeda local em dólar e isto implica que se "deve compartilhar com o sistema financeiro internacional o governo do país".

A Carta do IBRE (Instituto Brasileiro de Economia) afirma que com o *currency board* o Banco Central "perde o poder de emissão discricionária de moeda" afirmando ainda que "sua sustentação depende de estreita harmonização entre as políticas econômicas nacionais e as externas (particularmente, as do país detentor da moeda – âncora)". A "estreita har-

O FMI quer um escritório permanente no Banco Central para melhor monitorar nossa economia

monização" é, na realidade, a total dependência de nossa economia à economia norte-americana. A adoção deste sistema representa a completa abdicação da formulação de uma política econômica própria.

Para não deixar dúvidas sobre sua pretensão de controlar a economia do país o FMI colocou como exigência o funcionamento de um escritório permanente desta instituição dentro do próprio Banco Central.

Por tudo isto vai ficando cada vez mais claro que o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso é um governo de traição nacional. E por isso a luta em defesa da soberania nacional ganha corpo.

A globalização financeira e a soberania nacional

O aspecto mais importante da chamada globalização é a globalização financeira. Ela decorreu, no dizer do professor Luiz Fernandes, menos do desenvolvimento tecnológico e mais de uma decisão política de "estados-chaves do sistema internacional – com destaque absoluto para os Estados Unidos – em forçar a liberalização e desregulação do sistema financeiro internacional". (6)

E o centro desta questão se relaciona com o livre fluxo de capitais. Atualmente regras para a livre circulação dos capitais e das mercadorias são criadas e impostas a quase todos os países do mundo. Criam-se normas internacionais, evidentemente correspondendo aos interesses dos países mais desenvolvidos, que obrigam os demais a elas se submeterem.

O Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que ainda não foi aprovado pelos países desenvolvidos, pretende impor regras sobre a circulação de capitais e a garantia dos investimentos estrangeiros no exterior. E o FMI e o Banco Mundial são os instrumentos desta política do capital financeiro.

Irresponsabilidade Monetária

A mais nova e maior mentira oficial que está sendo divulgada para a sociedade brasileira atende pelo nome de Lei de Responsabilidade Fiscal. A grande imprensa tem-se encarregado de repercutir os releases governamentais, consolidando as versões dos ministros da Fazenda, Pedro Malan e do Orçamento e Gestão, Pedro Parente. Nada mais que uma edição completa e atualizada da lei de ajuste fiscal, justamente nos termos do memorando técnico com o Fundo Monetário Internacional.

O projeto prevê ainda a criminalização dos gestores públicos. O projeto determina que o aumento de despesas em seguridade social tem que ser compensado pelo corte em outros programas ou pela instituição de novos impostos. Se o prefeito ou o governador não corta projetos para fazer essas compensações está incurso nos crimes previstos por essa lei. Em contrapartida, a ampliação das despesas com a dívida mobiliária não precisa ser compensada. O alvo do projeto é o controle sobre as despesas não financeiras para assegurar a geração de

superávits primários, garantia de ganhos para o mercado financeiro. A lógica é conceder ao Poder Executivo a autorização legal para justificar cortes e mais cortes em todas as áreas sociais para o pagamento de dívidas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal segue à risca a cartilha do FMI e promove uma absurda violência contra a soberania nacional proibindo sumariamente que a União promova renegociações dos acordos das dívidas dos estados e municípios.

Sérgio Miranda, deputado federal PCdoB/MG

O FMI se transformou em um governo paralelo no Brasil. As políticas colocadas em prática pelo governo federal de há muito não são políticas que expressam os interesses de nosso povo. São receitas elaboradas pelo FMI expressando os interesses dos banqueiros internacionais.

Dizer, como faz Fernando Henrique, que este é o caminho único, é falso. Ao se render a tais imposições o Brasil retorna à condição de semi-colônia e passa a se orientar por interesses que não são os nossos. O caminho que interessa ao povo brasileiro exige uma decisão política que Fernando Henrique não tem condições de adotar. Por isto a maioria das forças políticas já concluiu que *Basta de FMI, Basta de FHC*.

O país necessita de um novo modelo de desenvolvimento. Necessita romper com o FMI e submeter o pagamento das dívidas externa e interna ao objetivo central da retomada do desenvolvimento. Por isto o país precisa definir qual o montante de recursos que necessita para investir para, em função disto, estabelecer quanto e quando tem condições de pagar da dívida. É inaceitável continuarmos convivendo com uma situação em que o povo brasileiro trabalha para pagar juros aos banqueiros.

As diversas forças políticas em conjunto com o povo brasileiro necessitam construir uma alternativa política para o país que coloque o centro de gravidade na retomada do desenvolvimento, com a redução drástica das taxas de juros. Que formule uma política de estímulo à retomada do desenvolvimento industrial e agrícola com uma política creditícia orientada neste sentido. Uma política de geração de empregos e de aumento do poder aquisitivo da população com o objetivo de melhorar o padrão de vida do nosso

povo e estimular o mercado interno. Defina uma política de reforma agrária ampla e massiva que dê terra e condições de produção ao trabalhador sem-terra e aos pequenos produtores rurais. Política de desenvolvimento científico e tecnológico nacional com o fortalecimento das universidades públicas. Fortalecimento do Sistema Único da Saúde. Ampliação do processo de democratização do país com a democratização dos meios de comunicação e o acesso das entidades da sociedade civil aos órgãos de comunicação de massa. Democratização do processo eleitoral com o financiamento público de campanha e a mais ampla liberdade de organização e funcionamento partidários.

Os defensores do 'caminho único' afirmam: esta alternativa não é possível. Isto irá nos isolar do sistema econômico mundial, o país não tem recursos para financiar tal alternativa; e outros argumentos de quem está submetido à lógica do capital financeiro internacional.

Quanto ao argumento de que o país não tem recursos, os fatos demonstram o contrário. Somente de juros teremos de pagar este ano 130 bilhões de reais. O problema é que os recursos que temos estão sendo destinados ao pagamento de uma dívida impagável, com juros usurários. O país deve decidir soberanamente que o pagamento da dívida está condicionado ao objetivo número um do país: a retomada do desenvolvimento.

Quanto ao argumento de que nos isolaremos a vida demonstra que o capital flui para onde as riquezas estão sendo geradas. Tanto assim que, através de um caminho totalmente diferente do que estão nos impondo, a China hoje é um dos países para onde fluem os maiores volumes de investimentos de capital estrangeiro.

Só que se trata de capital produtivo e não do capital especulativo que é o que tem vindo para o Brasil.

Denunciar a falsidade do caminho único e mostrar a alternativa democrática e popular para o país é a tarefa do momento. Isto tem que ser feito nas universidades, sindicatos, entidades de classe e sobretudo através da mobilização do povo nas ruas.

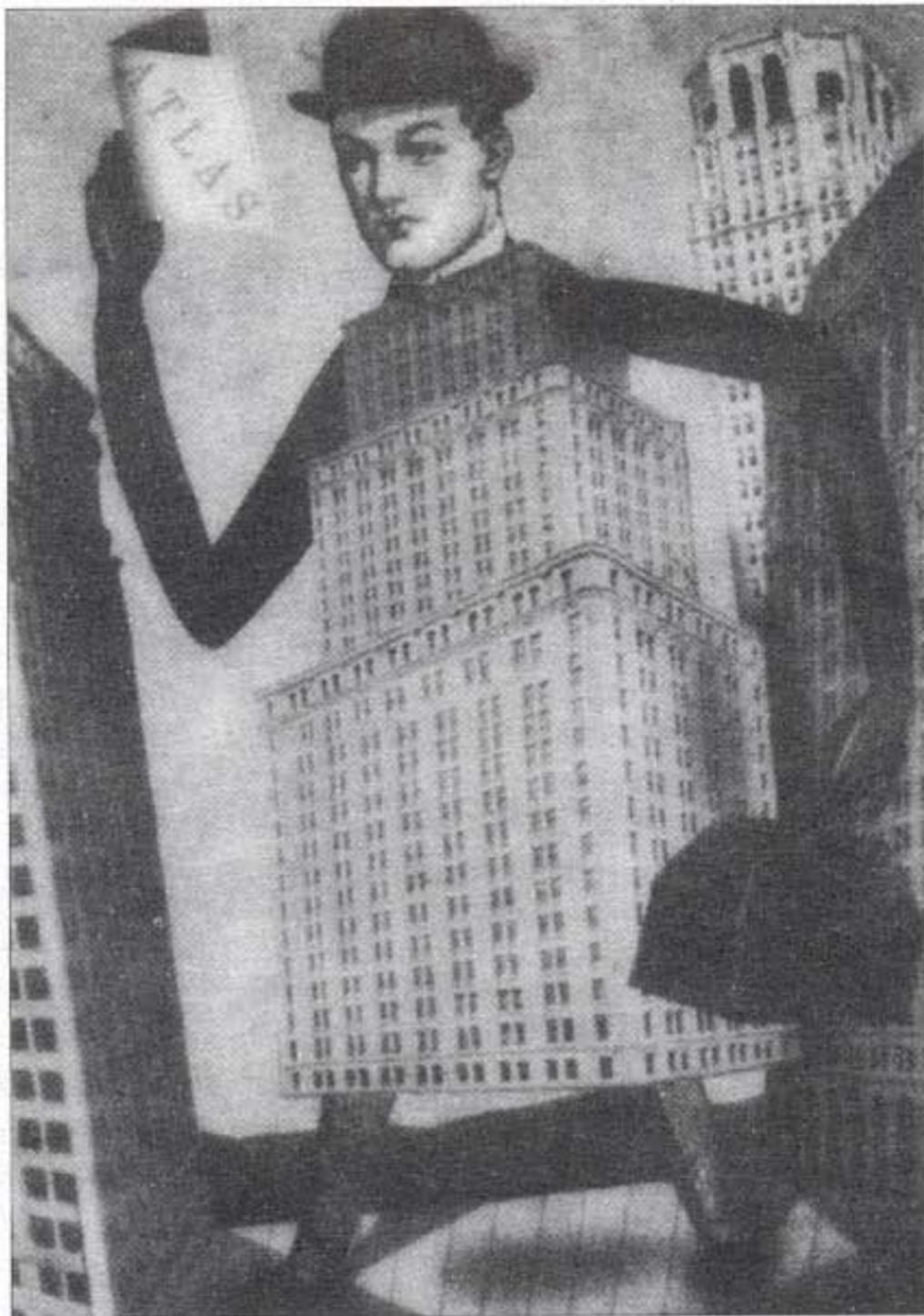
As mais amplas forças sociais, econômicas e políticas se unem na crítica à política econômica do governo e exigem a alteração do modelo de desenvolvimento do País. Esta tem sido a posição de inúmeros partidos políticos entre os quais o PCdoB, PT, PDT e PSB. É a posição assumida pela OAB, CNBB, CUT, UNE, CONTAG, MST e muitas outras entidades. A própria FIESP levantou a bandeira do crescimento econômico e da geração de empregos.

O País necessita da união de todos os brasileiros nesta luta. O instrumento desta mobilização é o Movimento em Defesa do Brasil e a forma de luta é o povo nas ruas exigindo a alteração dos rumos do Brasil. 

Aldo Arantes é advogado e membro da Comissão Política da Direção Nacional do PCdoB.

Notas:

- 1) *Folha de S. Paulo*, 7/3/99.
- 2) Chossudovsky, Michel, *A Globalização da Pobreza*, Ed. Moderna, 1999.
- 3) *Memorando de Política Econômica* – Carta de Intenções do governo brasileiro com o FMI, março de 1999.
- 4) *Folha de S. Paulo*, artigo de Aloysio Biondy, 20/3/99.
- 5) Fiori, José Luiz, "A Ilusão do Desenvolvimento", artigo especial para *Folha de S. Paulo*.
- 6) Fernandes, Luiz, *A crise do novo endividamento e a velha dependência*, Revista *Princípios*, dezembro de 1998.



Desenho de Bob Edinger

O eterno retorno do mesmo*

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

*Mudaram as formas, as aparências,
mas o padrão geral da dívida externa brasileira
tem se repetido*

* Palestra proferida em 10 de setembro de 1998. Degravação e pré-edição revistas pelo expositor.

"Gostaria inicialmente de agradecer à Fundação Konrad Adenauer e à Fundação Getúlio Vargas pelo convite para falar aqui sobre a questão da dívida externa. Antes de entrar no tema, quero dizer que, para mim, voltar à Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, onde trabalhei durante dez anos, e voltar para falar sobre dívida externa, é uma espécie de viagem nostálgica, porque durante o período em que atuei aqui, como pesquisador, dediquei grande parte do tempo a essa questão. Quem me trouxe para cá foi, aliás, Julian Chacel, aqui presente, com quem tive a honra e a satisfação de trabalhar durante esses anos todos." (PNBJr.)

A minha experiência na área da dívida externa é relativamente longa. Quando era mais jovem, gostava muito de uma frase de La Rochefoucauld: “a experiência é uma lanterna que se carrega ao ombro; só ilumina o caminho percorrido”. Agora, que tenho mais de 40 anos, a frase já não me agrada tanto. Não sei se por efeito subjetivo da idade, ou porque estou percebendo que os processos históricos são muito mais repetitivos do que se imagina. No culto da novidade, das mudanças, não percebemos o quanto certas situações básicas se repetem. Mudam as formas, as aparências, mas o padrão geral se repete bastante. E no campo da dívida externa isso me parece muito claro.

Como pesquisador de economia, que trabalha com questões internacionais há quase vinte anos, acompanhei o final de um ciclo de expansão de endividamento externo na América Latina, que foi o dos anos 70, e o colapso desse ciclo, a longa crise da dívida externa dos anos 80. Na década de 90, tivemos um novo ciclo de endividamento externo e, a

julgar pelos acontecimentos recentes, a reversão desse ciclo e um período de retração da oferta de capitais externos a partir de 1997-98.

É evidente que há diferenças significativas entre o processo de endividamento dos anos 70 e o dos anos 90. Por exemplo, nos anos 70 predominavam os empréstimos bancários. Atualmente, é maior a

variedade de credores e de fontes de capital. Aumentou muito o peso relativo dos bônus, dos investimentos de portfólio e dos investimentos diretos. Mas, é impressionante, também, como o mundo dá voltas, e os problemas reaparecem.

A dinâmica dos mercados financeiros internacionais

Quando eu trabalhava aqui na FGV, no início dos anos 80, Pedro Malan era pesquisador do IPEA no Rio de Janeiro. Trabalhamos juntos nessa questão da dívida externa. Na época, Malan era um dos líderes intelectuais da crítica ao processo de endividamento externo brasileiro dos anos 70 e início dos anos 80, administrado por Delfim Netto e outros. Passaram-se 15 anos, Delfim Netto é um dos principais críticos da política econômica e Pedro Malan, agora ministro da Fazenda, um dos patrocinadores da nova fase de endividamento externo. As pessoas mudaram de lugar, mas é possível mostrar que os problemas são até certo ponto semelhantes.

Parte da semelhança decorre da dinâmica dos mercados financeiros, em particular da dinâmica dos mercados financeiros internacionais, que domina em grande medida o comportamento das contas externas e da política econômica de países periféricos. É uma dinâmica conhecida, marcada pela alternância de fases de expansão e contração da disponibilidade de fundos. Os ciclos têm início com uma fase de *build up*, de descoberta de novas oportunidades de investimento e especulação. O otimismo se acumula. Começam a prevalecer inclinações, modas, manias. Compra-se porque os preços estão subindo. As novas

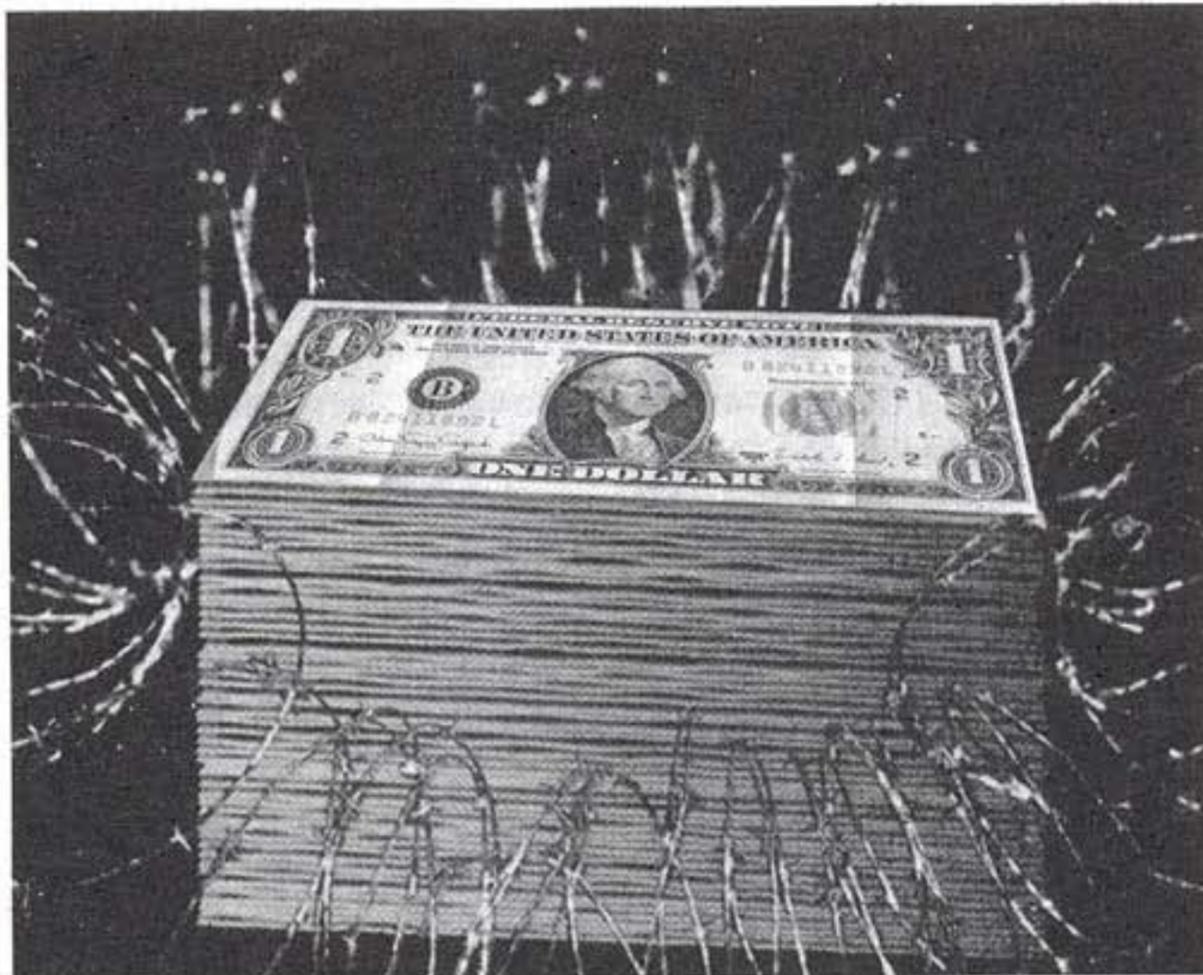
Nos anos 90 o governo vendeu a idéia de que estava produzindo grande inovação em matéria de política econômica e inserção internacional. Na verdade, estava repetindo erros antigos e surrados, cometidos em vários ciclos anteriores de endividamento externo

compras reforçam as altas de preços e novos participantes entram no mercado, num movimento que chega não raro à euforia. Euforia que pode dizer respeito às coisas mais variadas: ações, tulipas, papéis de mercados emergentes.

Essa euforia costuma trazer em si mesma as sementes de uma reversão, de um colapso dos mercados, que também tem caráter cumulativo. Algum choque provoca uma mudança de expectativas e os preços passam a ser vistos como altos demais. Começam as vendas e os preços caem. Em seguida, vende-se porque os preços estão caindo, e os preços caem mais ainda com as novas vendas, e vai por aí, até que ocorre o *crash*.

É curioso como os governos reagem a esses movimentos. Na fase ascendente do ciclo financeiro internacional sobram elogios para os mercados. Os mercados são considerados eficientes, ágeis, maravilhosos. Quem não se lembra, por exemplo, do que diziam as nossas sumidades econômicas e financeiras aqui no Brasil, nos anos 70, sobre a eficiência deslumbrante com que os bancos privados internacionais faziam a reciclagem dos petrodólares? Da mesma forma, não faltaram sumidades para decantar as maravilhas da "globalização" financeira nos anos 90 e as oportunidades extraordinárias que abria para países como o Brasil e outros "mercados emergentes", tidos como fronteiras de expansão dos mercados internacionais de capital.

Quando ocorre a reversão do ciclo financeiro, os governantes começam a se queixar da irracionalidade dos mercados, do pânico, dos fatores emocionais que desestabilizam países



que estavam indo tão bem. Não fazem questão de lembrar que na fase anterior o movimento de manada era idêntico na sua essência, só que com o sinal trocado, com a direção trocada. Como produzia efeitos agradáveis, era visto como racional.

Não há dúvida que há elementos de pânico e irracionalidade nessas situações de crise financeira. Mas é evidente, também, que há mais do que isso. Em geral, a vulnerabilidade às flutuações financeiras internacionais é produto de políticas adotadas em âmbito nacional, de políticas orientadas ou influenciadas por coligações de interesses financeiros internos e externos. Esses interesses induzem governantes imediatistas e míopes a se engajarem em políticas de absorção exagerada de capitais externos. No curto prazo, essas políticas produzem efeitos favoráveis e podem até ser benéficas para a população como um todo, mas depois o preço que se paga é muito alto. Muito alto

porque os requisitos mínimos para que a absorção de capitais externos possa ser de fato benéfica para o desenvolvimento do país, no longo prazo, não costumam ser respeitados.

Para nós, países da periferia subdesenvolvida, que temos problemas crônicos de vários tipos, até mesmo de reputação e credibilidade, as reversões cíclicas dos mercados internacionais de capital têm efeitos particularmente dolorosos, como mostra abundantemente a nossa história. Não só a história recente, essa que eu pude acompanhar diretamente desde o final da década de 70. É uma história muito mais antiga, que remonta pelo menos aos anos 20 do século XIX.

Mas a memória da opinião pública e dos governantes é curta. Nos anos 90, conseguiram vender a boa parte da população a idéia de que se estava produzindo grande inovação em matéria de política econômica e inserção internacional. Na verdade, o governo brasileiro estava repetindo erros antigos e surrados,

cometidos em vários ciclos anteriores de endividamento externo. E que nos custaram caríssimo.

Não era preciso voltar muito longe no tempo. Bastava recordar a crise da dívida dos anos 80, que paralisou o desenvolvimento do país por uma década. No meu caso, a lembrança era especialmente viva. Não apenas por causa do trabalho como pesquisador, mas também porque participei do governo brasileiro de 1985 a 1987, em plena crise da dívida externa. E, nesse período, não tivemos a felicidade, como tiveram os nossos antecessores dos anos 70, de lidar com o departamento de empréstimos dos bancos. Lidávamos com o departamento de cobrança.

Na época, o Brasil inteiro acompanhou o drama da dívida. A experiência era tão recente, que nada

da dívida externa. Decretou uma moratória em 1987, depois de passar anos sendo cerceado nas suas possibilidades de desenvolvimento e submetido a esquemas altamente danosos de ajustamento e de renegociação da dívida.

É importante recuperar a memória desses processos, porque estamos diante do risco, neste final de século XX, de entrar, mais uma vez, em uma fase de dificuldades financeiras e cambiais, que podem desembocar numa crise econômica prolongada.

Requisitos para a absorção de capitais externos

Vou recapitular brevemente alguns dos requisitos gerais que um país deve observar para absorver com proveito capitais do exterior. A nossa experiência nesse terreno tem sido tão

lugar, que se controle o ritmo de absorção de capitais externos e de crescimento das obrigações com o exterior. Em outras palavras, o déficit do balanço de pagamentos em conta corrente não pode ser muito alto. Caso contrário, o passivo externo líquido do país cresce num ritmo perigoso.

Esse é o primeiro requisito. O segundo é o controle da estrutura temporal das obrigações internacionais acumuladas pelo país. É fundamental que os passivos de curto prazo ou voláteis (dívidas de curto prazo, aplicações em bolsas de valores e outros investimentos de portfólio) não representem uma proporção muito alta do total. Cabe, também, evitar a concentração de vencimentos das dívidas de médio e longo prazos. É o que se chamava, nos anos 70, de administração do perfil da dívida externa.

Terceiro requisito: os recursos carreados do exterior devem financiar a formação de capital e não o consumo. A menos que os recursos tenham caráter de doação, algo que raramente acontece em larga escala, e nunca para países como o Brasil, a absorção de capitais estrangeiros implica gerar um fluxo de pagamentos futuros sob a forma de juros, lucros, dividendos e outros serviços fatores. O pagamento desses compromissos futuros requer, evidentemente, a ampliação da capacidade produtiva do país.

Quarto, é preciso que os investimentos sejam de boa qualidade, produzam rentabilidade superior à taxa de juro contratada e contribuam para o desenvolvimento da economia. Quinto, é necessário que a ampliação da capacidade produtiva ocorra, em grande medida, nos setores exportadores ou capazes de substituir

O Brasil está se endividando em ritmo

acelerado e não está controlando

adequadamente a estrutura temporal

das obrigações que está assumindo.

O endividamento externo foi acompanhado

de um declínio da taxa de poupança interna

justifica o que aconteceu nos anos 90. Deveríamos saber muito bem o que representa uma crise de endividamento externo para um país, o que isso pode significar em termos de recessão, de desemprego, de inflação, em termos de desequilíbrios fiscais e financeiros, de erosão da autonomia nacional. O Brasil chegou ao ponto de suspender unilateralmente pagamentos de juros

tumultuada, que corremos o risco de perder de vista um ponto elementar: é possível, em tese, que países de nível de desenvolvimento relativamente mais baixo, como é o caso dos latino-americanos, tirem proveito da inserção nos mercados internacionais de capital.

Para que isso possa ser feito com segurança, e com benefícios para a coletividade, é preciso, em primeiro

importações, uma vez que a acumulação de obrigações em moeda estrangeira pressupõe, no longo prazo, a capacidade de gerar excedentes na balança comercial e nas contas de serviços não fatores.

Quando há sobrevalorização significativa e duradoura da taxa de câmbio, esse quinto ponto pode ser decisivo. A sobrevalorização cambial contribui, por um lado, para gerar desequilíbrios exagerados no balanço de pagamentos em conta corrente e conduz, portanto, a um crescimento excessivo das obrigações internacionais do país. Por outro lado, ao deprimir a rentabilidade dos setores produtores de *tradables*, isto é, daqueles que exportam e concorrem com importações, a sobrevalorização desestimula justamente aqueles investimentos que seriam capazes de gerar as divisas necessárias para saldar os compromissos internacionais acumulados. Com a sobrevalorização, os investimentos tendem a se concentrar demais em setores que não produzem divisas, nos setores produtores de *nontradables*, isto é, de bens e serviços não comercializáveis internacionalmente. Mesmo que a taxa de investimento agregado esteja crescendo, surge uma inconsistência dinâmica que pode terminar em crise de endividamento.

Finalmente, o Banco Central e os demais órgãos responsáveis pela regulação do sistema financeiro devem evitar que as empresas do país, especialmente as instituições financeiras, acumulem um descasamento perigoso entre suas obrigações e seus ativos em moeda estrangeira. A razão é óbvia: se há um desequilíbrio excessivo nessa

área, a eventual necessidade de uma desvalorização cambial mais acentuada pode provocar grave instabilidade financeira com repercussões macroeconômicas, como aconteceu, por exemplo, em alguns países do Leste da Ásia em 1997-98.

Como se vê, não são poucos os requisitos que devem ser respeitados para recorrer a capitais externos com segurança e proveito. A lista de condições acima apresentada, embora não exaustiva, dá uma idéia de como é difícil viabilizar um processo ordenado de endividamento. Na América Latina, raramente os governos têm demonstrado suficiente rigor na absorção de capitais estrangeiros. O mais comum é que vários desses requisitos sejam desrespeitados. E quando o desrespeito é grande, acaba acontecendo um colapso cambial e uma interrupção dolorosa do desenvolvimento econômico. É o que costuma ocorrer quando um país engajado em um processo de endividamento mal planejado sofre choques externos de natureza comercial ou financeira.

O endividamento externo do Brasil nos anos 90

À luz dessa enumeração de requisitos, como poderíamos avaliar

a experiência de endividamento externo do Brasil nos anos 90, especialmente depois do Plano Real? Eu diria que muito mal. O Brasil incorreu em vários erros clássicos no novo ciclo de endividamento. Não é por outra razão que a economia brasileira se mostrou tão vulnerável aos choques financeiros decorrentes das crises no Leste da Ásia e na Rússia.

Primeiro, não houve controle adequado do crescimento do déficit em transações correntes. Até 1994, inexistiam déficits importantes nas transações correntes. Com o Plano Real, apareceram desequilíbrios expressivos, que nunca foram realmente enfrentados. Entre 1995 e 1998, o déficit acumulado em conta corrente deve superar os US\$ 100 bilhões. Isso significa que teremos um aumento dessa ordem de magnitude no passivo externo líquido do país.

A dimensão do problema não fica inteiramente clara nos números referentes à dívida externa. Aqui há uma diferença significativa, já mencionada, entre o ciclo de absorção de capitais externos dos anos 70 e o dos anos 90. Na década de 70, o grosso do capital que entrava no Brasil correspondia a empréstimos e financiamentos. Eram concedidos

A experiência de endividamento externo do Brasil nos anos 90, especialmente depois do Plano Real, não leva em conta os requisitos que devem ser respeitados para recorrer a capitais externos com segurança e proveito

BRASIL: PASSIVO EXTERNO LÍQUIDO, 1992-98

Saldos em fim de período

(Em US\$ bilhões)

Discriminação	1992	1993	1994	1995	1996	1997	Mar-98 ¹
1. Passivo externo bruto	172,9	193,6	213,4	227,9	275,5	327,1	347,2
Dívida externa de médio e longo prazos	110,8	114,3	119,7	128,7	142,1	163,3	174,2
Dívida externa de curto prazo	25,1	31,5	28,6	30,5	37,8	36,7	38,3
Investimento estrangeiro direto	37,0	37,5	39,9	44,5	54,4	71,5	74,1
Investimento de portfólio ²	0,0	10,4	25,2	24,2	41,2	55,6	60,6
2. Ativo externo	39,5	50,4	63,9	70,8	83,6	74,5	91,0
Reservas internacionais ³	23,3	31,7	38,5	51,5	60,1	51,7	68,1
Investimento brasileiro no exterior	3,7	3,8	4,1	4,3	4,2	5,8	6,0
Créditos brasileiros ao exterior	6,7	6,4	6,3	6,1	7,6	7,3	7,3
Haveres externos nos bancos comerciais	5,8	8,4	15,0	8,9	11,7	9,6	9,6
3. Passivo externo líquido (PEL)=(1)-(2)	133,4	143,3	149,5	157,1	191,9	252,6	256,1
4. PEL/Exportações de bens	3,7	3,7	3,4	3,4	4,0	4,8	4,7

1 / Dados preliminares.

2 / Inclui Anexos I a IV (Bolsas), Anexo V (ADR), Fundos de Renda Fixa - Capital Estrangeiro e Fundos de Privatização.

3 / No conceito de balanço de pagamentos.

Fonte: Banco Central do Brasil

sobretudo por bancos privados internacionais e lançados como dívida externa nas estatísticas oficiais.

Nos anos 90, uma parte muito maior do déficit em conta corrente tem sido coberta por investimentos diretos e investimentos de portfólio, que não aparecem no estoque da dívida. Afirma-se, às vezes, que a dívida externa do Brasil não é um problema grave, porque não tem crescido tanto. Trata-se de uma falácia elementar. O que interessa não é propriamente a dívida externa *stricto sensu*, mas a dimensão do passivo externo líquido, definido como a diferença entre o passivo externo bruto do país (dívida externa mais estoque de investimentos estrangeiros) e os seus ativos externos (reservas internacionais depositadas no Banco Central, haveres externos dos bancos comerciais, investimentos no exterior e créditos contra outros países).

Os dados sobre dívida externa e reservas são de acesso mais fácil, mas também é possível obter números sobre os demais com-

ponentes do passivo e do ativo externos. As estatísticas mais recentes do Banco Central referem-se a março de 1998. É verdade que, em tempos de turbulência, dados oficiais adquirem uma certa propensão a se distanciar da realidade. Em todo caso, mesmo esses dados revelam uma situação precária.

O passivo externo bruto do Brasil, considerando dívidas de longo prazo, dívidas de curto prazo, investimentos diretos e investimentos de portfólio, alcançava US\$ 347 bilhões (ver tabela). Note-se que a dívida *stricto sensu* respondia por menos de 2/3 do total, incluindo US\$ 174 bilhões de dívidas de médio e longo prazos, com prazo de contratação original superior a um ano, e US\$ 38 bilhões de dívidas de curto prazo. O estoque de investimento direto era de US\$ 74 bilhões e o estoque de investimento de portfólio, incluindo aplicações em bolsas e em fundos de renda fixa, era de US\$ 61 bilhões.

Do lado do ativo, tínhamos um total de US\$ 91 bilhões em março de 1998, incluindo US\$ 68 bilhões de reservas

no Banco Central, US\$ 6 bilhões de investimentos no exterior, US\$ 7 bilhões de créditos ao exterior e US\$ 10 bilhões de haveres de bancos comerciais. O passivo externo líquido do Brasil chegava, portanto, a US\$ 256 bilhões (ver tabela).

O quadro mostra, também, que o crescimento do passivo externo líquido foi muito rápido nos últimos anos. No início do Plano Real, em dezembro de 1994, o passivo líquido era de US\$ 150 bilhões. Houve, portanto, um aumento de 71% em pouco mais de três anos. Em comparação com as exportações, o crescimento também foi expressivo. Entre dezembro de 1994 e março de 1998, o passivo externo líquido passou de 3,4 a 4,7 vezes o valor das exportações.

Outro problema é a composição do passivo. Em março de 1998, alguns meses antes do choque provocado pela moratória da Rússia, a soma da dívida de curto prazo com o investimento de portfólio chegava a nada menos que US\$ 99 bilhões. O estoque de

capital estrangeiro volátil ou de curto prazo correspondia, assim, a 145% das reservas no Banco Central.

Note-se que essa comparação não leva em conta o fato de que uma parte importante da dívida externa de médio e longo prazos vence no curto prazo. Segundo o cronograma de vencimentos publicado pelo Banco Central, as amortizações da dívida de médio e longo prazos, previstas para 1998, serão da ordem de US\$ 30 bilhões.

Vejam o risco que estávamos correndo. O equilíbrio cambial do Brasil dependia, em primeiro lugar, da possibilidade de continuar financiando um déficit em conta corrente inflado por compromissos crescentes relacionados a juros, lucros e dividendos. Era necessário, em segundo lugar, refinanciar as amortizações da dívida de médio e longo prazos. E, em terceiro, garantir a rolagem da dívida de curto prazo e a permanência no país dos investimentos de portfólio.

Infelizmente, não basta comparar as reservas com o déficit do balanço de pagamentos em conta corrente e os compromissos de curto prazo em moeda estrangeira. Quando há conversibilidade da moeda nacional, ainda que parcial, é preciso também comparar a massa monetária interna, isto é, os ativos financeiros internos passíveis de rápida transformação em moeda, com o estoque de reservas do Banco Central. Esse estoque interno de liquidez é o montante de recursos em moeda nacional que pode se mover contra as reservas do Banco Central.

No Brasil, a base monetária ampliada, isto é, o estoque de passivos federais de curto prazo, equivalia a US\$ 273 bilhões em

março de 1998. Trata-se, evidentemente, de obrigações em reais, convertidos em dólares à taxa de câmbio da época. Essa base ampliada inclui a base monetária restrita, os depósitos compulsórios em espécie e os títulos do Tesouro Nacional e do Banco Central.

Pois bem. Nessa data, a base ampliada correspondia a quatro vezes o valor das reservas internacionais no Banco Central. É verdade que a base ampliada constitui, em grande parte, o capital de giro da economia e não está toda disponível para um ataque contra as reservas. Também é verdade que ainda existem obstáculos à remessa de recursos de capital para o exterior. Mas bastaria que 25% dessa base ampliada se transformassem em demanda por moeda estrangeira para que as reservas do Banco Central desaparecessem.

Por aí se vê como era falaciosa aquela conversa de que reservas de US\$ 70 bilhões constituíam motivo de grande tranquilidade. Reservas dessa magnitude ajudam a suportar uma pressão cambial expressiva, mas não são suficientes para proporcionar uma garantia total, como estamos com-

provando desde o choque provocado pela moratória russa.

Há um outro agravante: as estatísticas tradicionais sobre o perfil do endividamento de médio e longo prazos podem ser enganosas. Em países nos quais houve liberalização da conta de capitais, como é o caso do Brasil e, sobretudo, da Argentina, pode haver pré-pagamento de dívidas externas por decisão dos devedores finais. Empresas e bancos que têm títulos emitidos no exterior podem remeter recursos para fora com o intuito de recomprar as próprias dívidas em condições favoráveis, quando há grande ampliação dos deságios praticados nos mercados secundários. Foi o que aconteceu no caso brasileiro nos últimos meses. Assim, as amortizações acabam ficando acima do que estava previsto no cronograma de vencimentos da dívida externa de médio e longo prazos. O mesmo acontece quando os credores acionam as cláusulas de pré-pagamento previstas em muitos contratos financeiros nos anos recentes. Quando permite que esse tipo de cláusula se generalize, o

Se não for revertida, essa trajetória vai gerar problemas. Estamos acumulando passivos com o resto do mundo, o que nos obriga a remeter um montante crescente de juros, lucros, dividendos. Mas a capacidade de produção cresce a taxas modestas, dado que o grosso dos recursos absorvidos vem financiando a ampliação do consumo

Banco Central perde a possibilidade de controlar a distribuição temporal dos vencimentos e aumenta desnecessariamente a vulnerabilidade externa do país.

Em suma, o Brasil está se endividando em ritmo acelerado. E não está controlando adequadamente a estrutura temporal das obrigações que está assumindo. Desrespeitou, portanto, os dois primeiros requisitos acima mencionados.

No que se refere aos demais requisitos, o desempenho recente também não é favorável. Os recursos reais absorvidos do exterior estão sendo destinados primordialmente à ampliação do consumo público e privado. Entre 1990-94 e 1995-97, a formação bruta de capital fixo aumentou, mas não muito: de 19,4% para 19,7% do PIB, em média, segundo dados do IBGE. O que cresceu mais foi o consumo, que passou de 78,4% do PIB em 1990-94 para 80,7% do PIB em 1995-97. O consumo das famílias aumentou nesse período de 60,4% para 61,8% do PIB e o consumo da administração pública, de 18% para 19% do PIB. Em outras palavras, o endividamento externo foi acompanhado de um declínio da taxa de poupança interna.

Se não for revertida, essa trajetória vai gerar problemas. Estamos acumulando passivos com o resto do mundo, o que nos obriga a remeter um montante crescente de juros, lucros, dividendos. Mas a capacidade de produção cresce a taxas modestas, dado que o grosso dos recursos absorvidos vem financiando a ampliação do consumo.

Não há dados precisos sobre a qualidade dos investimentos recentes, nem sobre a sua distribuição entre *tradables* e *nontradables*. Mas

há indicações parciais de que houve uma certa concentração de investimentos em *nontradables*. É o que se deveria esperar, dada a grande e persistente sobrevalorização cambial que tivemos desde o segundo semestre de 1994. Investimentos expressivos nos setores de *tradables* só parecem ter ocorrido em indústrias beneficiadas por esquemas especiais de proteção, como as montadoras de automóveis.

Também há poucos dados sobre os passivos em moeda estrangeira dos bancos e das empresas brasileiras. Como se sabe, as pequenas e médias empresas têm acesso muito limitado a empréstimos em moedas estrangeiras, e ficam sujeitas às intempéries do crédito em reais. Quem acumulou dívidas externas nos anos recentes foram principalmente as empresas maiores e as instituições financeiras. Não sei até que ponto o Banco Central está monitorando esse endividamento. A julgar pelo seu desempenho recente em matéria de supervisão bancária, pelas falhas que vieram à tona nos casos do Banco Nacional e de outros grandes bancos, é bem possível que esse monitoramento não seja adequado.

A existência de importantes passivos externos no setor privado nacional, não "hedgeados" ou só parcialmente "hedgeados", cria um risco apreciável de instabilidade financeira, na hipótese de uma ruptura do regime cambial. O risco é tanto maior quanto maior for o valor das dívidas externas de curto prazo de intermediários financeiros e empresas produtoras de *nontradables*. Essa é uma das razões que contribuem para que o governo tanto relute em alterar o regime cambial e utilizar a taxa de câmbio mais agressivamente

para ajustar o balanço de pagamentos em conta corrente.

Alguns dilemas da política cambial

Um comentário final sobre a política cambial. Já se comparou a sobrevalorização da taxa de câmbio a uma goteira no telhado. Quando está chovendo, incomoda muito, mas não se pode subir para consertar, porque é perigoso; quando pára de chover, não precisa mais consertar, porque não incomoda. No momento, não é aconselhável subir no telhado para tentar consertar essa goteira, dada a turbulência internacional desencadeada pela Rússia. Mas quando o tempo melhorar, se melhorar, será preciso pensar seriamente em tomar providências.

Mesmo em um período de calmaria internacional, haveria riscos na decisão de desvalorizar de forma mais acentuada. Seriam menores, evidentemente, mas ainda haveria riscos ponderáveis, dados os problemas que o governo brasileiro deixou que se acumulassem desde 1994. Nessas condições, uma desvalorização limitada pode ser desestabilizadora e resultar em uma desvalorização descontrolada.

Mas, ao contrário do que às vezes se afirma, há experiências bem-sucedidas de desvalorização ou depreciação controlada, e não só em economias desenvolvidas. Há exemplos disso no passado recente: a República Tcheca, em 1997, poucos meses antes do início da crise na Tailândia; a China, em 1994; e Taiwan, agora em 1997-98, para citar apenas alguns episódios.

Diga-se de passagem que Taiwan é um caso muito interessante. Se fossem verdadeiras certas teses

sobre a irracionalidade dos mercados financeiros e o enorme poder de contágio entre os chamados mercados emergentes, não seria Taiwan um candidato naturalíssimo a sofrer uma pressão brutal e a estar hoje atravessando grave crise? Afinal, além de “mercado emergente”, Taiwan sempre foi um dos “tigres asiáticos” e está geograficamente muito próximo do epicentro do terremoto financeiro internacional. No entanto, por ter adotado nos últimos anos uma política econômica muito mais prudente do que a dos seus vizinhos, Taiwan sofreu até agora relativamente pouco com a crise que eclodiu no Leste da Ásia em meados de 1997. Menos do que o Brasil, que está do outro lado do planeta! Nos doze meses que se seguiram ao início da crise na Tailândia, o dólar de Taiwan acusou depreciação de 24% em relação ao dólar dos EUA. No mesmo período, a taxa anual de inflação dos preços ao consumidor foi inferior a 1% e o PIB cresceu quase 5%.

O impacto da desvalorização depende muito do momento em que ocorre e da situação do país. Se o país acumulou muitas distorções – por exemplo: endividamento descasado no seu sistema financeiro e empresarial ou forte dependência em relação a fluxos de capital voláteis ou de curto prazo –, os riscos de uma desvalorização podem ser elevados. Investidores de portfólio ou aplicadores de curto prazo podem reagir punitivamente a uma perda de capital imposta por uma mudança na política cambial, sobretudo se a desvalorização se caracterizar como uma quebra de compromissos, como foi o caso da desvalorização mexicana em

dezembro de 1994. E se a desvalorização for uma medida isolada, como foi a mexicana de 1994, as chances de um desenlace tumultuado também aumentam.

Mas se a decisão de mudar a política cambial estiver inserida em um esforço de ajustamento mais amplo, que inclua disciplina fiscal, medidas de comércio exterior que contribuam para acelerar a diminuição do desequilíbrio externo, controle monetário e, quando possível, disposição de usar a taxa de juros de forma agressiva, uma desvalorização controlada torna-se perfeitamente factível. Se isso for impossível, então o Brasil está no pior dos mundos. Arca com os ônus de um regime cambial flexível, sem ter a possibilidade de usar essa flexibilidade de forma mais efetiva.

Pode-se concluir que não é nada pequeno o legado de problemas deixado pelo endividamento externo dos anos recentes. A minha avaliação é, certamente, polêmica. Haverá outros pontos de vista sobre essas questões, e não só no governo. Mas parece evidente que, embora existam elementos de pânico e de irracionalidade nas reações recentes dos investidores e credores externos do Brasil, há também elementos objetivos na situação brasileira que justificam a preocupação, não só dos mercados financeiros, mas sobretudo dos cidadãos brasileiros. Afinal, quem vai pagar o grosso dessa conta não são os mercados internacionais, mas, provavelmente, a sociedade brasileira, especialmente os setores mais pobres. E a menos que ainda seja possível chegar a uma solução ordenada para os problemas criados por esse processo de endividamento, a conta será bastante pesada. 

Paulo Nogueira Batista Jr. é economista e professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Foi Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento em 1985-86 e Assessor para Assuntos da Dívida Externa do Ministro da Fazenda em 1986-87. De 1979 a 1985, foi pesquisador do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Chefiou esse mesmo Centro entre 1986 e 1989.

Bibliografia

BATISTA JR., Paulo Nogueira. “O Brasil depois do Plano Real”, In: Winfried Jung (org.). *A Projeção do Brasil Face ao Século XXI: Anais do IV Simpósio Brasil-Alemanha*, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Série Debates, n.º 16, 1998.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. *Da Crise Internacional à Moratória Brasileira*, São Paulo, Paz e Terra, 1988.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo & GRIFFITH-JONES, Stephany (orgs.). *Os Fluxos Financeiros na América Latina: Um desafio ao progresso*, São Paulo, Paz e Terra, 1997.

GALBRAITH, John Kenneth. *A Short History of Financial Euphoria: Financial Genius is Before the Fall*, Whittle Direct Books, 1990.

GALBRAITH, John Kenneth. *Money: Whence It Came, Where It Went*. Boston, Houghton Mifflin Company, 1975.

KINDLEBERGER, Charles P. *Manias, Panics and Crashes: A History of Financial Crises*. New York, Basic Books, 1978.

KRUGMAN, Paul. “Dutch Tulips and Emerging Markets”, *Foreign Affairs*, July/August 1995.

MALAN, Pedro. “A Questão Externa”, In: João Manuel Cardoso de Mello & Luiz Gonzaga Belluzzo (orgs.), *FMI x Brasil: A Armadilha da Recessão*, São Paulo, Fórum Gazeta Mercantil, 1983.

Tribunal da Dívida Externa

A “dependência no banco dos réus”- essa foi a tônica do Tribunal da Dívida Externa, realizado no Rio de Janeiro nos dias 26, 27 e 28 de abril deste ano. Princípios publica seu veredicto final

O Tribunal da Dívida Externa reuniu-se nos dias 26 a 28 de abril de 1999, no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, Brasil, no local onde foi enforcado Tiradentes, herói e mártir da independência, na presença e com a participação de mil e duzentas pessoas de diversas partes do Brasil e diversos países do mundo. Promovido pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Cáritas, CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços, CMP – Central de Movimentos Populares e MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, e o IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros, com o apoio do CORECON/RJ, SENGE/RJ, SINDECON/RJ, IERJ e PACS, o Tribunal teve como objetivos julgar o caso brasileiro da dívida externa e reforçar a Campanha do Jubileu 2000 em favor do cancelamento da dívida dos países de baixa renda e mais endividados.

Por ser o Brasil um dos países com economia de renda média e considerado emergente, e por ser um dos países que tem um dos piores perfis de

distribuição de renda do mundo, com um quarto de sua população – 40 milhões de pessoas – situadas abaixo da linha de pobreza, foi objetivo do Tribunal identificar a relação entre a dívida externa e esta situação de injustiça e miséria. Além de identificar os fatores que originam, constituem e agigantam a dívida externa, bem como os seus responsáveis, o Tribunal visou definir políticas alternativas e estratégias para superar, de forma sustentável, a crise do endividamento externo e suas conseqüências sociais e ambientais.

Após conhecer amplo e múltiplo material documentado, ouvindo depoimentos e testemunhos de brasileiros e de especialistas de outros países, em quatro sessões – sobre o sistema financeiro internacional; sobre o endividamento brasileiro; sobre casos exemplares de endividamento de outros países; e sobre perspectivas de ação para enfrentar e superar a crise do endividamento brasileiro – o Tribunal Popular, constituído por representantes de diversos setores da sociedade brasileira, chegou ao seguinte veredicto:

CONSIDERANDO

1. QUE segundo os estudos e dados apresentados no Tribunal, a dívida dos países mais pobres e mais endividados já foi paga e, na forma contábil atual, é impagável;
2. QUE a dívida brasileira, a partir da última renegociação há cinco anos, aumentou de US\$ 148 bilhões em fim de 1994 para US\$ 235 bilhões em novembro de 1998, e que no período foram pagos cerca de US\$ 126 bilhões aos credores externos, indicando uma velocidade insustentável de endividamento, ao ponto de quase todos os novos contratos estarem destinados ao serviço da própria dívida, configurando um círculo vicioso de endividamento;
3. QUE a decisão unilateral dos EUA no fim dos anos 70 de aumentarem a taxa de juros do nível histórico de 4 a 6 por cento para mais de 20 por cento em poucos meses, significou uma traição da boa fé dos contratos e, além de ter forçado os países devedores a tomar empréstimos para pagar os juros, acarretou um pagamento extra que correspondeu à perda de US\$ 106 bilhões para a América Latina;
4. QUE o fato dos credores imporem aos devedores uma taxa de risco para prevenir-se de uma possível incapacidade de pagamento dá a estes o direito de declarar-se insolventes sem ônus;
5. QUE governos identificados com grandes empresas e bancos endividados com o exterior têm praticado a estatização da dívida externa privada, socializando custos e comprometendo ainda mais os fundos públicos com o serviço da dívida externa;
6. QUE empresas públicas estratégicas foram utilizadas como instrumento de sobre-endividamento, comprometendo sua saúde financeira e capacidade de investimento, servindo isto de pretexto para sua posterior privatização;
7. QUE existe um vínculo explícito entre a dívida externa, o excessivo endividamento público interno, e a busca de capital externo de curto prazo, submetendo o país a uma política de altíssimas taxas de juros;
8. QUE o governo, por conceber o sistema financeiro como um absoluto e como um fim, sacrificou a parte do orçamento dedicada a despesas com políticas sociais e de dinamização da economia interna para manter em dia o pagamento das dívidas financeiras, tendo como resultado o abandono da saúde, da educação, das políticas de emprego, de moradia popular, de demarcação e garantia das terras indígenas e das suas condições de sobrevivência enquanto povos, de valorização dos idosos e das crianças, de realização da reforma agrária, de conservação e recuperação do meio ambiente;
9. QUE as políticas econômicas e de ajuste do FMI têm se provado desastrosas para os países que a elas se submetem, e servem para aumentar ainda mais a dívida e os outros passivos externos desses países, constituindo uma moratória sem fim das dívidas sociais e ambientais, das quais os credores são as crianças, as mulheres e homens trabalhadores do campo e da cidade, os negros, os povos indígenas e a natureza;
10. QUE os Estados Unidos manipulam a ONU, a OMC, o FMI, o Banco Mundial e a OTAN em função de suas estratégias de hegemonia e controle dos povos da terra;
11. QUE o endividamento público brasileiro sempre favoreceu os interesses e privilégios das elites dominantes;
12. QUE o excessivo endividamento brasileiro foi gerado sobretudo nas últimas três décadas, marcadas pelos 21 anos de ditadura, e por uma transição para governos civis que completaram a rendição conivente da política econômica ao capital financeiro;
13. QUE este endividamento foi constituído por governos ditatoriais, e portanto ilegítimos e antipopulares, e que os credores desses governos, além de terem sido seus cúmplices, tinham consciência dos riscos que implicavam estes empréstimos,
14. QUE a expansão da dívida está relacionada com as elites brasileiras que, em toda a história e atualmente, têm sido coniventes com as instituições financeiras do exterior, tanto privadas e oficiais quanto multilaterais;
15. QUE a dívida externa constitui violação continuada do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fixado pela ONU em 16/12/66, que exige o reconhecimento do direito de cada nação à autodeterminação, ao desenvolvimento econômico bem como à livre disposição de suas riquezas e recursos naturais, e ainda que, em caso algum poderá um povo ser privado dos seus próprios meios de subsistência;



OS INTEGRANTES DO TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA DECIDEM, POR UNANIMIDADE:

A dívida externa brasileira, por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais e internacionais, e sem consulta à sociedade, por ter favorecido quase exclusivamente as elites em detrimento da maioria da população, e por ferir a soberania nacional, é injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente. Em termos substantivos ela já foi paga e persiste apenas como um mecanismo de submissão e escravização da sociedade ao poder financeiro da usura e da globalização do capital, e de transferência de riquezas para os credores. Por isso, este Tribunal condena o processo do endividamento brasileiro, que implica na subordinação aos interesses do capital financeiro internacional e dos países ricos, apoiados pelos organismos multilaterais, como iníquo e ilegítimo. Responsabiliza as elites dominantes pelo endividamento excessivo e por abdicarem de um projeto próprio de desenvolvimento para o Brasil. Responsabiliza os governos e políticos que apoiam e promovem o projeto de inserção subordinada do Brasil à economia globalizada. Responsabiliza os economistas, juristas, artistas e intelectuais que lhes dão embasamento técnico e ideológico.

Responsabiliza a ditadura dos grandes meios de comunicação, que tentam legitimar a dívida e bloqueiam o debate sobre alternativas.

Decide ainda comunicar às autoridades legislativas, executivas e judiciárias, da União, Estados e Municípios, esta decisão, para que a respeitem pela legitimidade da estrutura e função social deste Tribunal.

Assumindo a esperança presente nas lutas populares por alternativas de vida, de relações sociais e de organização da economia e da sociedade, o Tribunal propõe a todos os brasileiros e brasileiras os seguintes compromissos e estratégias de ação:

Pela união de todos os povos em favor do cancelamento geral e irrestrito das dívidas externas dos países de baixa renda mais endividados, e devolução das riquezas que lhes foram pilhadas, sem imposição de outras condições senão a da aplicação dos recursos poupados no resgate das dívidas sociais sob o controle da própria sociedade e do pleno respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos. Pela auditoria da dívida pública externa e de todo o processo de endividamento brasileiro, com a participação ativa da sociedade civil, a fim de verificar contábil e juridicamente se ainda existe dívida a pagar, de

quem ela deve ser cobrada, e de estabelecer normas democráticas de controle sobre o endividamento. Por uma moratória soberana, pelo rompimento do Acordo com o FMI e pela redefinição das dívidas com base nos resultados da auditoria, e na afirmação da soberania nacional. Por uma política de desenvolvimento centrada nos direitos da pessoa e da sociedade, e apoiada principalmente nos recursos materiais e humanos do país, superando a lógica e a prática do endividamento irresponsável que vigora atualmente. Pelo firme controle do câmbio, que instrumente o governo para frear a especulação e reestimar o investimento produtivo, incluindo mecanismos efetivos de controle, fiscalização de toda forma de entrada e saída ilegal de moedas (nacional e estrangeiras) e de mercadorias em geral. Pela renacionalização e democratização de empresas estratégicas. Pela renegociação das dívidas dos estados e municípios, vinculando os recursos poupados ao resgate das dívidas sociais e ambientais, e refundando o pacto federativo numa perspectiva democrática e participativa. Pelo reforço das mobilizações e campanhas como o ATTAC, que exigem o estabelecimento de mecanismos de regulação e de taxação da circulação do capital especulativo internacional, visando a criação de um fundo destinado ao resgate de vida digna dos mais empobrecidos. Pela participação da Campanha Jubileu 2000, do Conselho Mundial de Igrejas e de outras instituições nacionais e internacionais, numa mobilização que leve Estados democráticos a propor à Assembléia Geral da ONU uma ação junto ao Tribunal Internacional de Haia para julgar os processos que originaram e hipertrofiaram a dívida externa dos países empobrecidos e altamente endividados e os seus responsáveis.

O presente Tribunal é o marco simbólico de uma longa caminhada. Conclama por isso os brasileiros e brasileiras a participarem com esperança e destemor das iniciativas que dele irão brotar, e continuarem de pé, nas ruas e praças, até conseguirmos que o Brasil seja de verdade uma pátria para todos, e que todos tenham condições de vida digna e de plena realização da cidadania.

É a nossa decisão. Publique-se e divulgue-se. É autorizada a subscrição somente por todas as mulheres e homens de bem.

Rio de Janeiro, Patíbulo de Tiradentes, 28 de abril de 1999

Assine a revista que defende o Brasil

Boa notícia!

A *Princípios* tem endereço eletrônico:

< principios@anitagaribaldi.com.br >

Envie seu recado, carta ou opinião!

No caso de envio de artigo, verifique as premissas no expediente da revista.

Caro Leitor,

Aproveite porque agora ficou mais fácil fazer sua assinatura; numa promoção especialíssima - que vigora até o dia 30.06.99 -, você desfruta de um desconto.

Uma curiosidade: você sabia que o preço da assinatura é o mesmo há 4 anos? Aproveite e faça já a sua!

1. Desconto de 10% na assinatura nova:

Anual: R\$ 27,00 - Bianual: R\$ 54,00

2. No pedido de livros associado à assinatura, você terá um desconto de 30% sobre qualquer título da Editora Anita Garibaldi. Há alguns deles em anúncio desta edição.

3. Em caso de assinatura + livros, numa soma igual ou superior a R\$ 40,00 o pagamento poderá ser feito em 2 vezes, com cheques (30 e 60 dias) ou parcelado no cartão de crédito.

É ou não é uma boa oportunidade?

Faça seu pedido por carta, fax, e-mail ou telefone.

Abraços da equipe de Princípios!



Você quer ajudar na divulgação da revista? Envie-nos uma lista com nome e endereço de amigos e nós fazemos o resto.

CUPOM DE ASSINATURA

da revista que defende o socialismo com a cara do Brasil!

- Revista Princípios - anual - 4 edições = R\$ 30,00 até 30 de julho: R\$ 27,00
 Revista Princípios - bianual - 8 edições = R\$ 60,00 até 30 de julho: R\$ 54,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: (_____) _____ Profissão: _____

E-mail: _____

Edições anteriores disponíveis: 17, 18, 22 a 30, 35 a 46, 49 a 52.

Forma de pagamento:

- Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor = R\$ _____
 Depósito em conta - Banco Itaú, Agência 0251 c/c 48.678-3 (neste caso, favor enviar comprovante)
 Cartão Credicard ou VISA nº _____ Validade ____/____

Data e Assinatura do cliente: ____/____/____



Agressão dos EUA-OTAN à Jugoslávia é ameaça aos povos

JOSÉ REINALDO CARVALHO

O problema central que envolve os bombardeios à Jugoslávia é político e sua saída será, também, política. A resistência do povo iugoslavo interessa às forças da democracia



Soldados iugoslavos buscam vítimas depois de bombardeio



Desde 24 de março, a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – aliança militar de caráter agressivo comandada pelo imperialismo norte-americano e integrada, além dos EUA, por 17 países europeus e pelo Canadá – está realizando diuturnamente sistemáticos bombardeios aéreos sobre o território da Iugoslávia. A colossal força militar mobilizada, que inclui os mais modernos meios de aviação e as mais sofisticadas armas de destruição, atacou a capital iugoslava, Belgrado, além de Pristina, principal cidade da Província de Kosovo e outras cidades. Os ataques já provocaram danos irreparáveis: milhares de vidas humanas, milhares de pessoas feridas e mutiladas e a devastação da infraestrutura básica do país. Com a ferocidade própria do antigo Império Romano e o espírito belicoso e expansionista do Reich alemão, o atual império agressor, nova espécie de fascismo, anuncia a *delenda Cartago* de nossa época: “a Iugoslávia tem de ser destruída”!

Importantes obras, como centrais elétricas, centrais de aquecimento, refinarias de petróleo e complexos industriais em Belgrado e outros importantes centros foram destruídos, assim como foi totalmente aniquilada a indústria petroquímica. Os bombardeios da OTAN destruíram as principais rodovias, aeroportos, ferrovias e pontes do país. Também foram atingidos hospitais, escolas, creches, monumentos, sítios arqueológicos, mosteiros, igrejas e cemitérios. Mais de dez estações de rádio e televisão, mais de vinte

repetidoras de TV foram atacadas, além da TV estatal sérvia que os trabalhadores conseguiram recolocar no ar em poucas horas, numa singela demonstração da capacidade de resistência do povo. No inventário dos crimes cometidos pelos agressores euro-atlânticos, é necessário contabilizar ainda a tentativa de assassinar o presidente iugoslavo Slobodan Milosevic, revelando uma vez mais um traço de covardia e terrorismo dos imperialistas norte-americanos. Em agressões anteriores a países soberanos, atentaram contra

as vidas dos presidentes do Iraque e da Líbia e em Granada assassinaram o chefe do governo.

Os bombardeios da OTAN contra a Iugoslávia, diferentemente do que propagam os comunicados oficiais do comando das operações e das chancelarias norte-americanas e européias, pressurosamente reproduzidos pelos meios de comunicação, constituem uma flagrante agressão a um país soberano, reconhecido internacionalmente, com plenas relações diplomáticas, econômicas, comerciais e culturais em todo o mundo, membro da Organização das Nações Unidas desde a sua fundação, dotado de governo próprio, parlamento, corte de justiça, constituição. Um país organizado em luta pelo progresso econômico e social, por sua unidade, pela convivência entre as diversas nacionalidades que o compõem, muito embora as limitações de seu sistema político, a gravidade dos problemas interétnicos acumulados ao longo da história, as dificuldades da atual situação internacional e os erros do seu governo. Deve-se perguntar que ato internacional, lesivo à soberania de algum país, cometeu a Iugoslávia? Que grave perturbação à ordem mundial foi provocada por algum ato do governo do presidente Milosevic? Alguma ameaça à paz? Alguma violação de princípios da Carta das Nações Unidas ou dos acordos de Helsinque patrocinados pela Organização para a Cooperação e a Segurança Européia? A resposta negativa a essas indagações dá a medida exata da ilegalidade de que o ato agressivo se reveste.

A paz mundial, o equilíbrio diplomático, a ordem institucional, todo o sistema das Nações Unidas

constituído após a II Grande Guerra foram violados. O século XX termina como a época da subordinação de todas as nações do Planeta ao ditame unilateral e aos interesses estratégicos do imperialismo norte-americano, o que configura com traços de dramaticidade o retrocesso civilizacional em curso desde a destruição das conquistas do socialismo em vastas regiões do Planeta. Os organismos multilaterais não foram consultados. Na prática, a guerra dos EUA e da OTAN, contra a Iugoslávia decreta o fim desses organismos multilaterais, assim como a inutilidade da diplomacia como meio para a solução dos problemas internacionais. A própria ordem institucional de países europeus é posta em cheque, porquanto vários países membros da OTAN estipulam em suas constituições restrições ao envolvimento em ações bélicas desse tipo.

Rambouillet foi o último cenário de uma comédia surrealista, ou, por outra, uma ópera-bufo, cuja contraface é a tragédia dantesca da devastação da Iugoslávia e do êxodo em massa de albaneses-kossovares, resultado imediato e inevitável dos bombardeios iniciados em 24 de março. As chamadas negociações de Rambouillet tinham um só objetivo: mostrar a “intransigência” da parte iugoslava que se recusou a aceitar a presença de tropas da OTAN em seu território para “resolver” uma **questão interna** – o conflito sérvio-kossovar – problema antes de tudo de natureza **política**, cuja solução residiria em meios políticos e diplomáticos e não militares. Na verdade, a imolação da Iugoslávia no altar da “nova ordem” foi claramente premeditado. Trata-se de uma guerra de agressão anunciada há dez anos, desde que se iniciou o processo, também premeditado e engendrado de fora, de desintegração da República Federativa Socialista da

Os EUA-OTAN configuram um império agressor, uma nova espécie de fascismo dos nossos dias

Iugoslávia, na seqüência da contra-revolução que varreu do mapa europeu o sistema socialista. Tragédia que se apresenta hoje, sob uma densa cortina de desinformação e mentiras, com hipócritas declarações de defesa dos direitos humanos e de intervenção humanitária para supostamente fazer cessar a limpeza étnica. É uma tragédia que acomete também o povo albanês-kossovar, como os albaneses da Macedônia, como a própria população da Albânia – tristemente convertida em base de operações dos EUA e da OTAN nos Balcãs. Tragédia que golpeia no coração e no fundo da alma a moral de um povo heróico que lado a lado com os sérvios lutou na II Grande Guerra contra as hordas nazifascistas, hoje transformado em carne de canhão de uma empreitada expansionista e belicista do maior inimigo da humanidade em nossa época – o imperialismo norte-americano.

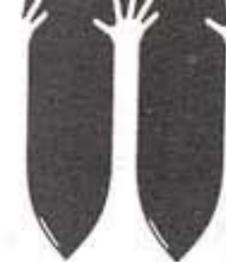
Só se pode compreender o significado da ação dos EUA e da OTAN na Iugoslávia à luz do exame da estratégia global do imperialismo norte-americano. O próprio “negociador” estadunidense nas conversações de Rambouillet proclamou a obsolescência da ONU, por expressar relações de força ultrapassadas, enquanto a secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, deixou claro

o sentido da presença norte-americana nas negociações ao manifestar a intenção de que a OTAN irá gerir as questões de Estado em Kosovo exatamente como faz na Bósnia.

No conflito sérvio-kossovar e na recusa do governo iugoslavo aos termos dos “acordos” de Rambouillet, o imperialismo norte-americano encontrou o pretexto para dar um passo adiante na execução de sua estratégia de dominação mundial, colocando agora no centro e no alvo de sua ofensiva a Europa e particularmente a Rússia que, com a expansão da OTAN para o Leste – ultimamente somaram-se à OTAN três países que integravam o bloco soviético do ex-Pacto de Varsóvia, a Polônia, a Hungria e a República Tcheca – fica virtualmente cercada e, com a ocupação de posições do imperialismo norte-americano nos Balcãs, fica privada do acesso ao mar



Vítima de ataques da OTAN



Mediterrâneo. Nesse contexto, torna-se vital para os Estados Unidos a criação nos Bálcãs, principal ponto estratégico para dominar o Mediterrâneo, de um “protetorado” ou “enclave territorial”. Ou, como diz o analista militar iugoslavo, Miroslav Lazanki, um polígono militar: “Para a OTAN, o território de Kosovo e Metohija representa um polígono militar ideal – por sua situação geográfica, pelo relevo do terreno e infra-estrutura (...) o primeiro passo já foi dado há quatro anos. As tropas da Aliança entraram na Bósnia em conformidade com o acordo de paz de Dayton e levam lá uma boa vida. Não pagam pela eletricidade e pela utilização de estradas. Os seus aviões podem voar livremente em altitudes inferiores a 3 km, o que, por motivos ecológicos, é rigorosamente proibido em todos os países da Europa Ocidental e América. Por que, então, a região de Kosovo não poderia tornar-se igualmente um polígono gratuito, afastado relativamente da próspera e ecologicamente limpa Europa?” (*Gazeta Mercantil*, 23/04/99)

O imperialismo norte-americano atua hoje no cenário internacional com base em noções estratégicas que versam sobre a formação de um mundo sob a hegemonia norte-americana. As ações políticas e militares dos EUA têm em vista assumir sem disfarces nem rodeios o papel de única superpotência internacional, num ambiente em que são nítidos os sinais de crise sistêmica do capitalismo mundial, quando apesar das aparências e da propaganda sobre a prosperidade norte-americana, evidenciam-se cada vez mais os desequilíbrios estruturais da economia estadunidense e em que as diversas potências imperialistas – EUA, Alemanha e Japão –, embora unidas na defesa do sistema, preparam-se para uma disputa que pode percorrer toda

uma era, pela hegemonia do mundo. A guerra contra a Iugoslávia insere-se também no quadro da disputa interimperialista com a Europa. Apesar das aparências, o “Velho Continente” e os EUA não defendem neste conflito os mesmos interesses.

No ano passado, a Casa Branca publicou o documento intitulado *A estratégia de Segurança Nacional para o Novo Século* que define a OTAN como “garantidora da segurança europeia”, atribui aos Estados Unidos a responsabilidade de manter 100 mil soldados no continente europeu, como “contribuição” a essa segurança e proclama a “sustentação de nosso legado transatlântico vital e da preservação da liderança dos

fundação. Os 19 países membros da Aliança aprovaram ao término de uma reunião de cúpula realizada na ocasião um documento que define o novo conceito estratégico da Aliança Atlântica. A pedra de toque da adaptação do caráter da OTAN aos tempos atuais, tirando a máscara em torno do caráter defensivo e assumindo explicitamente o caráter ofensivo, é a definição do conceito de *ingerência humanitária* e o direito que a OTAN se atribui de cuidar de problemas de segurança de maior amplitude, como “atos de terrorismo, sabotagem e crime organizado e os problemas no abastecimento de recursos vitais”. Finalmente, surge a polícia do mundo...

Os bombardeios da OTAN contra a Iugoslávia são uma flagrante agressão a um país soberano, membro da ONU desde a sua fundação, dotado de governo próprio, parlamento, corte de justiça e constituição

Estados Unidos na Aliança Atlântica”. Mais claro não poderia ser. A “segurança” da Europa a cargo da OTAN e a OTAN comandada pelos Estados Unidos. É este o verdadeiro escopo de doutrinas como a do “direito de intervenção” ou, como quer o boneco de ventríloquo de Clinton, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, a “Doutrina da Comunidade Internacional”, em oposição ao “arcaico” conceito de soberania nacional. Cinco semanas depois do início dos bombardeios, a OTAN comemorou o 50º aniversário de sua

A tentativa de destruição da Iugoslávia pelas potências euro-atlânticas envolve ainda interesses econômicos – o controle das minas de Trepca, localizadas em Kosovo, onde existem as mais ricas jazidas de chumbo, cádmio, zinco, ouro e prata da Europa, além de grandes reservas de lignita (linhita). Segundo o jornal comunista independente italiano *Il Manifesto*, a agressão à Iugoslávia envolve ainda “a disputa em torno do chamado ‘corredor 8’, planejado há muito tempo, que em perspectiva deveria conduzir matéria-prima

Um pouco de história

Iugoslávia significa "país dos eslavos do sul". Atualmente, depois das "independências" da Eslovênia, Croácia, Macedônia e Bósnia, a partir de 1991, seu território é menos da metade do que foi desde a Segunda Guerra Mundial. Em 1945, a Iugoslávia foi organizada como República Federativa Socialista, formada por seis Repúblicas: Sérvia, Croácia, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Macedônia. Dentro do território da Sérvia foram criadas duas Províncias Autônomas – a de Voivodina, habitada por sérvios, húngaros e outras etnias, e a de Kossovo, com uma população de quase 2 milhões de habitantes formada por uma ampla maioria de albaneses (cerca de 80%), sérvios (13%), montenegrinos (1,5%) e outras minorias étnicas. Assim, a Iugoslávia é um cadinho de nacionalidades e etnias. Da população sérvia, por exemplo, de 8 milhões de habitantes, cerca de 6 milhões viviam, antes da desintegração da Iugoslávia, na Sérvia, e os restantes 2 milhões na Croácia, na Bósnia etc.

O conflito sérvio-kossovar é antigo, resultado da evolução histórica e de diversas intervenções imperialistas na região balcânica, que já fez parte de vários impérios: o Império Romano, o Império Bizantino, o Império Otomano e o Império Austro-Húngaro. A região foi palco das Guerras Balcânicas, em finais do século passado e princípios deste, que estiveram na raiz da Primeira Guerra Mundial.

Mais de cinco séculos antes, os sérvios, um dos povos eslavos que ocuparam a região nos séculos VII e VIII de nossa era, e os albaneses, cuja etnogênese remonta aos reinados dos Ilírios e Dardânios, na Antiguidade, na esfera do Império Romano, já habitavam a região de Kossovo. No período entre os séculos XI e XIV formam-se os Estados feudais sérvios, e no século XV, sob Skanderbeu, cria-se o Estado feudal albanês. Os

sérvios se justificam como "donos" de Kossovo porque ali, em 1389, ocorreu uma batalha em que o Império Otomano ocupa e anexa o reino Sérvio. Os albaneses, também sob ocupação otomana desde o século XV, vão se tornando ao longo dos séculos a etnia majoritária em Kossovo. A ocupação otomana dura cinco séculos em toda a Península balcânica. Em 1878, com a conquista da independência, a Sérvia consolida seu poder em Kossovo. Mais tarde, em 1912, numa sucessão de ações heróicas, os patriotas albaneses proclamam sua independência na cidade de Vlora, na costa do Adriático. A Conferência de Londres, sob a égide das grandes potências, define as fronteiras da Albânia, deixando de fora do país metade dos albaneses. Kossovo permaneceu ligado à Sérvia. Ao final da I Guerra Mundial é formado o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, que em 1929 passa a se chamar Iugoslávia. O novo país reúne sérvios, croatas, eslovenos, montenegrinos, macedônios, bósnios, minorias húngaras e outras. Fruto da desagregação dos dois impérios (o Império Otomano e o Império Austro-Húngaro), o novo país é caracterizado pela heterogeneidade, que se exprime na existência de três grandes religiões (católica ortodoxa, católica romana e muçulmana) e dois alfabetos (latino e cirílico).

Em 1939, a Albânia é ocupada pela Itália fascista e em 1941 a Alemanha nazista invade a Iugoslávia. Em 1943, também a Albânia é ocupada pelos nazistas. Num e noutro país organiza-se a resistência guerrilheira. Sob a direção dos respectivos partidos comunistas, na Albânia, liderado por Enver Hoxha e na Iugoslávia por Josip Broz Tito, surgem os exércitos de libertação nacional, que enfrentam as hordas nazifascistas. A Albânia e a Iugoslávia foram os únicos países que se libertaram do nazifascismo com as próprias forças, sem a ajuda do Exército Vermelho soviético.

Durante a Guerra de Libertação Nacional, guerrilheiros comunistas albaneses e iugoslavos combateram lado a lado no território de Kossovo, momento ímpar na história dos dois povos, quando assomou uma perspectiva de solução do velho conflito. Supunha-se que com a libertação nacional e o triunfo da revolução popular em ambos os países, como no restante da Iugoslávia, criar-se-iam as condições para a justa solução do problema nacional. Tito e Dimitrov chegaram a propor a criação de uma Federação Socialista Balcânica, mas a eclosão do primeiro cisma no movimento comunista colocando a URSS e a Iugoslávia em campos opostos, aborta a idéia. Os albaneses tinham a expectativa de que Kossovo se tornaria independente da Sérvia. Em 1944, por iniciativa do Comitê Regional do Partido Comunista Iugoslavo em Kossovo, realizou-se a Conferência do Conselho de Libertação Nacional de Kossovo e da planície de Dukagjini. A Conferência aprovou a resolução de promover a unidade entre sérvios e albaneses na luta contra o inimigo nazista e expressou a aspiração de assegurar, depois da libertação da Albânia e da Iugoslávia, a solução do problema nacional, através da aplicação do princípio da autodeterminação.

Tal não ocorreu, mas sob a direção de Tito, Kossovo foi conquistando paulatinamente direitos legais, a partir de 1968, culminando com a outorga, pela Constituição de 1974, do status de Província Autônoma de Kossovo. Em 1970 fora criada a Universidade de Pristina (com cursos ministrados em idioma albanês), em 1978, fundada a Academia de Ciências de Kossovo. Segundo a Constituição iugoslava a Província Socialista Autônoma de Kossovo era um ente constitutivo da Federação Iugoslava e parte integrante da República Socialista da Sérvia. O Órgão supremo do poder na Província era a Assembléia, constituída por uma Câmara de Atividades Comuns,



Foto: France Press

Sérvia chora ao lado de residência destruída em bombardeio

com 90 delegados, a Câmara das Comunas, com 50 delegados, e a Câmara de Assuntos Políticos e Sociais, com 50 delegados, sendo a direção dos trabalhos da Assembléia exercida por uma Presidência eleita, formada pelo presidente e nove membros. A atividade de órgão executivo correspondia ao Conselho Executivo. A Província tinha ainda sua Corte de Justiça, elegia um membro para a Presidência da República Socialista Federativa da Iugoslávia e uma delegação para a Câmara das Repúblicas e Províncias na Assembléia da República Socialista Federativa da Iugoslávia.

Os albaneses-kossovares não se contentavam com direitos legais formais que consideravam uma "autonomia relativa". Lutavam contra discriminações e pelo status de República, nos marcos da Federação Iugoslava. Em 1969, uma onda de protestos estudantis é reprimida com violência. Em abril/maio de 1981, num episódio que se tornou conhecido como "primavera sangrenta", o governo central Iugoslavo jogou tanques contra a população kossovar. Na época, a mídia não deu uma só linha nem mostrou sequer uma imagem sobre o episódio. O quadro político mundial era outro. Em 1989, o governo de Milosevic comete o erro tático e estratégico de retirar de Kosovo o status de Província Autônoma. Atirou gasolina no fogo e abriu flanco para que o patriotismo albanês fosse utilizado pelo separatismo armado do ELK. (JRC)

energética das regiões ex-soviéticas até o mar Adriático, passando pela Bulgária, Macedônia e Albânia". O jornal italiano prossegue afirmando que "em torno do controle dessas riquezas e da infra-estrutura de seu transporte e escoamento está em curso uma guerra suja contra a Rússia – envolvendo uma região que vai do Cáucaso à Ásia ex-soviética até o Curdistão – com a Turquia sendo chamada a desempenhar o papel de instrumento regional dos interesses estratégicos norte-americanos". O andamento do projeto, que deveria ser financiado pelo capital privado é, porém, condicionado à construção de um quadro político e jurídico 'estável'. O jornal conclui: "Esta guerra é, também, uma advertência à Rússia, mas, sobretudo – enquanto estratégia permanente dos Estados Unidos – o problema envolve profundamente a Europa, ou melhor, a submissão de toda a Europa Unida aos interesses norte-americanos". A Europa vinha de um processo de unificação parcial, chegando a criar uma moeda única – o EURO. O episódio belicista representa um passo adiante no posicionamento estratégico estadunidense na região dos Bálcãs, de imediato, com repercussão permanente sobre a tutela da estabilidade européia. A flexão tática

destaque no desempenho geopolítico dos Estados Unidos, portanto, na deflagração de conflitos similares. É um tipo de campo de operação cada vez mais necessário para o teste regular de tecnologia militar, como é o caso das atuais armas subatômicas.

Estes são em seu conjunto os verdadeiros motivos e objetivos da agressão dos EUA-OTAN à Iugoslávia. De acordo com os despachos das agências noticiosas e a análise dos comentaristas internacionais dos grandes meios de

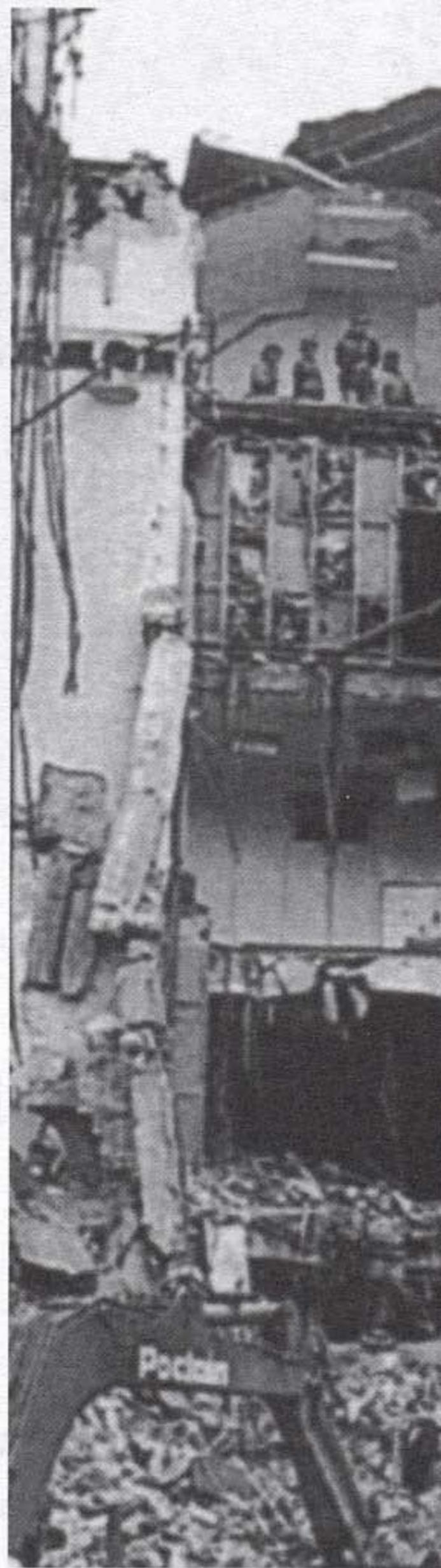
*A guerra à
Iugoslávia, com
todo o seu cortejo
de horrores, traz
insegurança a
todos os demais
povos balcânicos
e europeus e
ameaça a paz
mundial*

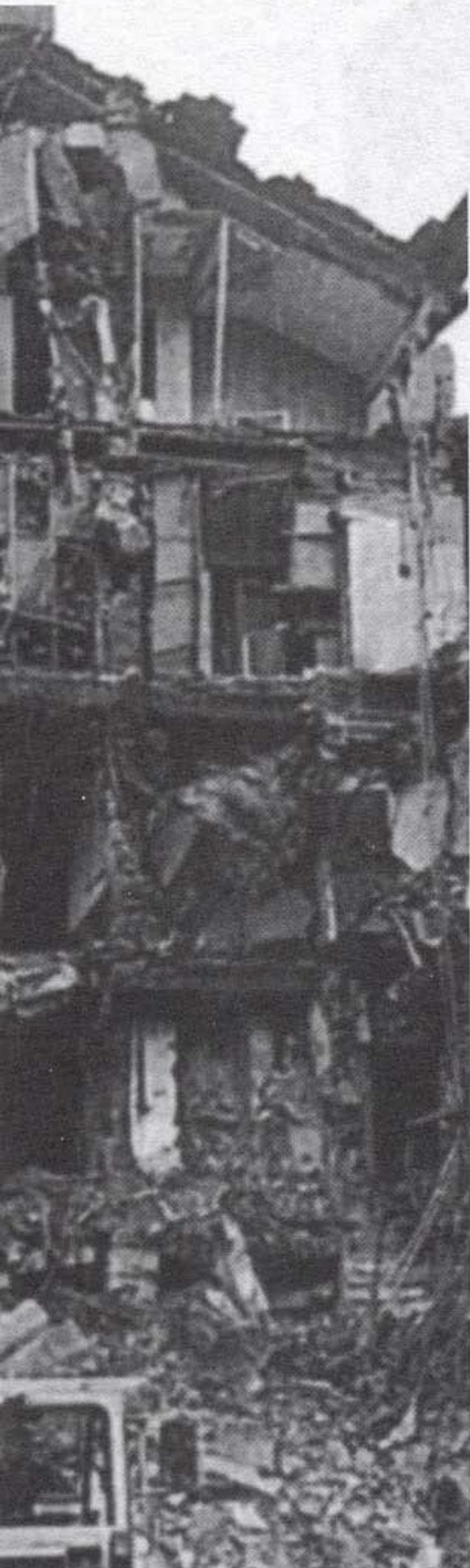
comunicação, trata-se de uma “guerra humanitária”, para salvar o povo albanês-kossovar da “limpeza étnica” promovida pelo governo central da Iugoslávia, argumento utilizado também durante a guerra da Bósnia. A deformação da realidade em tais argumentos torna-se patente quando não se observa nos textos dos despachos noticiosos e dos comentários dos analistas qualquer referência ao fato de que o êxodo em massa de albaneses guarda relação direta com o início dos bombardeios. Pristina, a capital kossovar, e outras cidades e povoados foram destruídas e esvaziadas não pelo Exército sérvio, mas pelos bombardeios da OTAN. Não se trata aqui de isentar o Exército sérvio de responsabilidade por excessos e até crimes contra a população kossovar no afã de combater a guerrilha separatista do ELK, mas de ver as coisas como elas são. A visão no mínimo parcial dos fatos fica ainda mais patente quando não se observa nos mesmos noticiários e análises qualquer referência ao êxodo de 85 mil sérvios, habitantes de Kossovo ou de outras cidades iugoslavas, também condenados à situação de prófugos. Isso para não falar do êxodo forçado de 400 mil sérvios após a “independência” da Croácia, sobre o que a imprensa ocidental não publicou uma só linha. O Boletim *Ponto de Vista* da Oficina de Informações, órgão noticioso e analítico brasileiro divulgado pela Internet em 14 de abril põe a nu a falsidade e a hipocrisia dos pretextos “humanitários” dos gendarmes do Planeta: “Quando os Estados Unidos já se preparavam para a guerra contra a Iugoslávia, o subsecretário de Estado para os direitos humanos, Harold Koh, convocou os líderes de diversos grupos humanitários para uma reunião. Abriu o encontro – que incluía organizações

prestigiadas como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch – pedindo desculpas pela impossibilidade da administração Clinton apoiar o julgamento de Pinochet. Mas havia também, segundo Koh, boas notícias: Madaleine Allbright, secretária de Estado, havia convencido o Departamento de Defesa e o próprio presidente a bombardear os sérvios (...) Boa parte dos presentes a essa conversa reagiu com animação”. O mesmo *Ponto de Vista* conclui dizendo: “É como se o governo norte-americano tivesse conseguido uma espécie de milagre: um salvo-conduto de grupos ativistas de direitos humanos para fazer uma guerra em nome de elevados interesses humanitários”.

A guerra à Iugoslávia, com todo o seu cortejo de monstruosidades que martirizam indistintamente os povos sérvio e albanês, traz insegurança a todos os demais povos balcânicos e europeus e ameaça a paz mundial. É um desses episódios na história contemporânea que só podem causar repugnância e provocar a revolta de toda a humanidade.

As ações agressivas comandadas nos Bálcãs pelo imperialismo norte-americano e pelas potências europeias aliadas, justificadas agora por uma nova doutrina estratégica norte-americana e um novo conceito de segurança da OTAN, sob hegemonia norte-americana, constituem um grave sinal de que a humanidade está vivendo, na passagem do século e do milênio uma nova situação política, em que se configura a fundação de uma *nova* ordem mundial, na essência uma ordem *imperialista* e, quanto aos meios de atuação para fazer prevalecer os interesses da superpotência dominante, uma ordem mundial fascista. Atentemos bem para a definição conceitual das motivações para a intervenção armada imperialista: “defesa de causas humanitárias” e “cuidados





para com problemas de segurança mais amplos”, como “atos de terrorismo, sabotagem e crime organizado, e os problemas no abastecimento de recursos vitais”. Sob designações tão amplas, o imperialismo se arroga o direito de intervir, bombardear, invadir, ocupar qualquer país que, segundo seus critérios, comprometa as “causas humanitárias”, promova atos de “terrorismo”, “crime organizado” ou interponha qualquer obstáculo ao livre abastecimento do imperialismo norte-americano ao que considere recursos vitais para a preservação dos seus interesses, seja econômicos ou militares. Nesse contexto, por exemplo, pode-se considerar diretamente ameaçada a China, com as problemáticas de Taiwan e do Tibete, ultimamente infladas pela propaganda a serviço dos interesses norte-americanos. Em perspectiva, ameaça-se o Oriente Médio, onde eventualmente podem ser criados obstáculos ao abastecimento dos EUA em recursos vitais, a Índia e toda a região em torno, onde proliferam conflitos nacionais e interétnicos e assim, sucessivamente, em qualquer parte do mundo onde a segurança e os “interesses vitais” do imperialismo norte-americano possam ser “ameaçados”.

Mesmo o nosso país, onde as forças políticas e a sociedade se comportam com uma ignorante e boçal indiferença em face do que ocorre em plagas mais distantes, e cujo governo, escravo do neoliberalismo, comporta-se como força caudatária do governo norte-americano, poderá ser enquadrado em algum daqueles critérios dos EUA e da OTAN. Afinal, vez por outra, artificializam-se aqui querelas em torno de demarcação de reservas indígenas, ao que se faz um desproporcional eco nos meios de comunicação norte-americanos e europeus; afinal, o nosso território abriga a mais rica biodiversidade e bacia

mineral do mundo, a Amazônia, que certamente contém muitos dos chamados “recursos vitais”.

Nesse contexto, a guerra à Iugoslávia não é um acontecimento qualquer, mas o prelúdio dos horrores que podem supliciar a humanidade se os povos não se anteciparem para deter a mão dos imperialistas e pôr cobro à sua aventura dominadora e belicista.

Solução política

Conflitos nacionais como o sérvio-kossovar não serão resolvidos nos marcos do capitalismo, muito menos em decorrência de intervenções imperialistas. O uso da força por parte dos EUA-OTAN contra os sérvios se voltará também contra os albaneses. Sob o tacão norte-americano ou euro-atlântico, Kosovo jamais será independente e a Albânia nunca recobrará a sua liberdade e independência. A solução de fundo do problema nacional – e no mundo há muitos – só ocorrerá nos marcos de um ordenamento político, econômico, social distinto do atual. Numa sociedade socialista, sem os graves erros cometidos no passado, sem artificialismos nem imposições, será possível encontrar um encaminhamento correto para a questão das nacionalidades.

Enquanto isso, é imperioso encontrar saídas nos marcos da situação atual. Primeiramente, é necessário pôr fim aos bombardeios e cessar a intervenção imperialista. Em seguida, fazer valer a opinião de que a soberania nacional e a integridade territorial da Iugoslávia precisam ser asseguradas e reconhecidas internacionalmente. Paralelamente a isso, garantir o retorno dos refugiados albaneses aos seus lares em Kosovo e encontrar uma solução justa para o exercício dos seus direitos, através de um novo estatuto de autonomia. 

José Reinaldo Carvalho é jornalista, membro do Secretariado do Comitê Central do PCdoB, responsável por Relações Internacionais.



Bombas sobre a Europa: o assalto à razão no ataque do império

MIGUEL URBANO RODRIGUES

A ação da OTAN é uma peça a mais numa estratégia para perpetrar o domínio político, militar e econômico dos EUA sobre o planeta. Chegou a vez da Europa



Tal como em 1918, tal como em 1945, será fácil, dentro de alguns anos, explicar aos jovens porque, de repente, em março de 1999, a Força Aérea norte-americana começou a despejar bombas no coração da Europa.

Hoje é muito difícil clarificar as coisas porque os pretextos invocados pelo agressor – que é singular embora mascarado de plural – são falsos mas foram trabalhados para serem consumidos como verdades através de uma gigantesca engrenagem midiática controlada pelos responsáveis do crime. Assim, no jogo da desinformação, a mentira é imposta como verdade e vice-versa.

O novelo de absurdos principia no motivo invocado para justificar as bombas que explodem na Iugoslávia. Washington e os seus aliados da OTAN acusam o governo de Milosevic de se recusar a assinar o Acordo de Paz de Rambouillet. A argumentação, mais do que farisaica, é pouco inteligente. Não há acordo sem consenso. O que Belgrado recusou foi um *Diktat*, de contornos hitlerianos, cuja aceitação implicava na ocupação militar de parte do seu território por forças da OTAN.

Nestes dias de angústia, o criminoso bombardeamento da Iugoslávia insere-se numa crise de civilização, a mais complexa e grave desde a desintegração do Império Romano do Ocidente. Na era em que a informação é difundida à velocidade da luz, quando o espaço e o tempo únicos mudam a vida – a incomunicação aumenta, a desinformação galopa.

Poucos percebem que o *Diktat* da OTAN é uma peça a mais numa estratégia que visa à perpetuação do domínio político, militar e económico dos EUA sobre o planeta Terra. Chegou agora a vez da Europa.

Nesta agressão três aspectos merecem atenção especial.

O primeiro deles é inseparável da cascata de mentiras sobre o Kossovo. O noticiário das agências e os analistas políticos repetem diariamente que a maioria da população do Kossovo é de origem albanesa. Omitem, porém, que o Kossovo, para qualquer iugoslavo, é o próprio berço da nação. Ali se formou o primeiro reino feudal sérvio quando, durante o caos posterior ao desmoronamento de Roma, tribos de eslavos do sul começaram a invadir a Ilíria, chegando ao mar Adriático. O Kossovo foi mais tarde o bastião da resistência do povo sérvio à invasão dos turcos otomanos. Só muito recentemente, após a primeira Guerra Mundial, os descendentes de imigrantes chegados da Albânia principiam a tornar-se maioria, em consequência de uma elevadíssima natalidade.

No Kossovo há 18 nacionalidades, três idiomas diferentes e três religiões entre dois milhões de habitantes, apertados numa área equivalente à do Distrito de Beja.

Tal como ocorreu na Nova Caledônia onde hoje os colonos franceses superam em numero os autóctones canacas, no Kossovo uma nacionalidade foi em poucas décadas transformada em minoria no território que é seu há mais de mil anos.

Porventura se no Minho se instalasse uma comunidade de imigrantes espanhóis, majoritária, aceitariam os portugueses de Viana e Braga a futura união à Espanha?

A outra faceta pouco comentada da crise é a relativa à premeditação da mesma pelos EUA.

Fala-se muito do direito à autodeterminação dos kosovares, mas na realidade estamos perante um processo de extradeterminação, meticulosamente concebido e preparado com grande antecedência.

O dossiê do Kossovo esteve congelado, de reserva, durante o prolongado processo da guerra na Bósnia-Herzegovina. Quando os bombardeamentos da OTAN criaram ali as condições para a aplicação dos chamados Acordos de Dayton – outro *Diktat* brutalmente imposto – Washington começou a armar os kosovares. Simultaneamente uma campanha de âmbito mundial apresentou a política iugoslava no Kossovo como de inadmissível violação dos mais elementares direitos humanos.

A escalada nas exigências foi rápida. Há poucos meses, em outubro, o mediador norte-americano, Richard Holbrooke, ainda era modesto nas exigências: pedia apenas a presença na Região de 2000 observadores, sem armas, da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa – OSCE. Em fevereiro mudou o discurso: Clinton intimou Belgrado a aceitar a ocupação do Kossovo por tempo indeterminado pela OTAN que ali manteria 30 mil homens.

Washington somente não exigiu a independência imediata do Kossovo com receio das consequências de tal opção. Se tal acontecesse a minoria kosovar da Macedônia reivindicaria imediatamente a sua incorporação no novo país. Por outras palavras: a frágil República da Macedônia desintegrar-se-ia, aquecendo mais a caldeira balcânica. Búlgaros, gregos e turcos não permaneceriam de braços cruzados. Seria o caos na Região.

Como deputado, participei durante quatro anos nos debates sobre os problemas balcânicos que se desenvolveram nas Assembléias Parlamentares

do Conselho da Europa e da União da Europa Ocidental – UEO. Foi uma experiência inesquecível. Uma febre guerreira parecia infectar a esmagadora maioria dos deputados das duas organizações. Socialistas, conservadores, liberais, democratas cristãos, as quatro maiores famílias partidárias da Europa, defendiam a escalada militar contra os sérvios da Bósnia magnificando os muçulmanos como anjos da paz vítimas da fúria homicida de inimigos implacáveis.

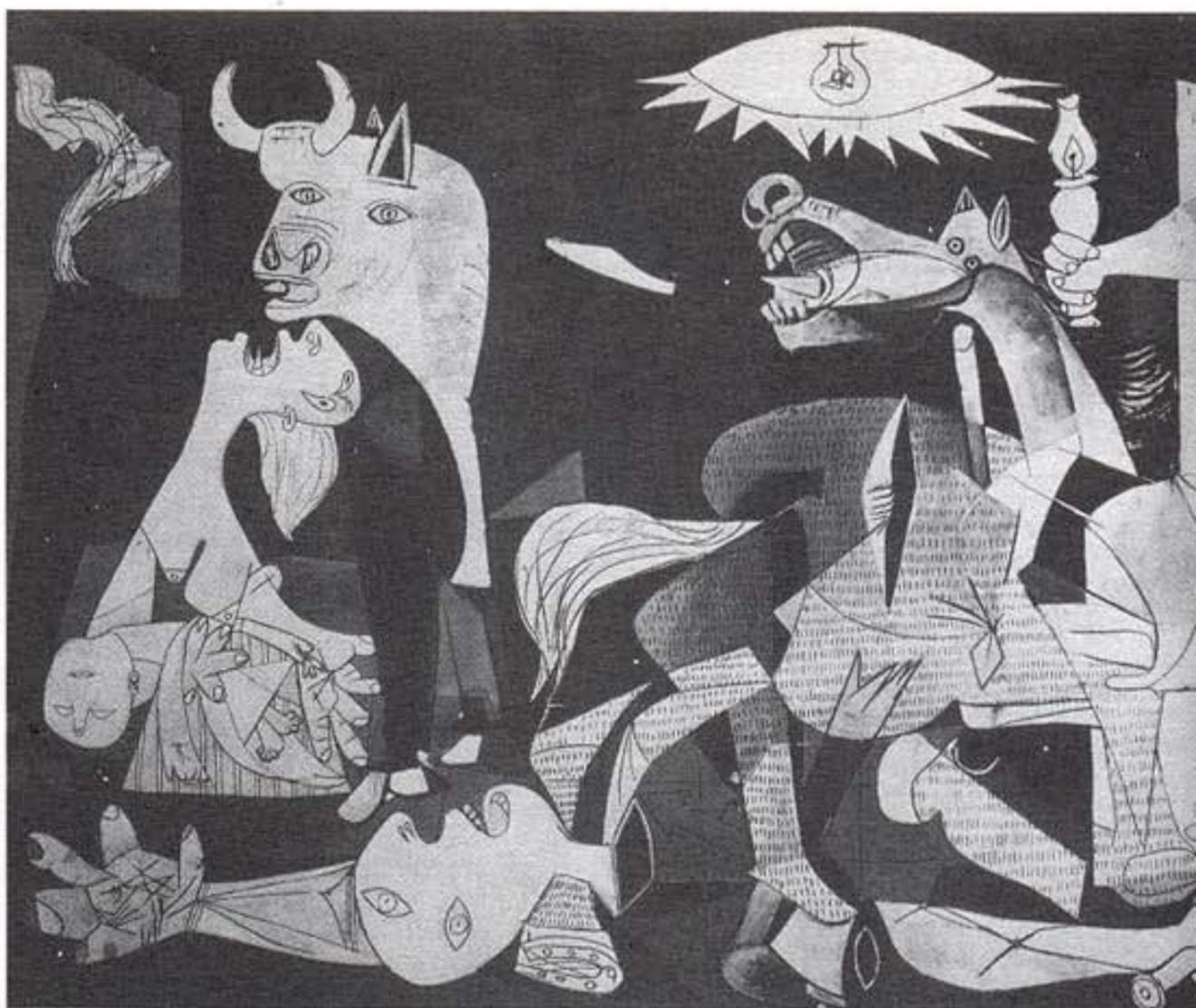
Recordo que na votação de projetos de resolução submetidos ao plenário éramos poucos os que nos opúnhamos. No caso específico da Bósnia muitos textos foram aprovados em sucessivas sessões com apenas três votos contra: os dos deputados do Partido Comunista da Grécia e do Akel de Chipre, e o meu, que representava o PCP.

O belicismo dessas assembleias, felizmente, não produzia consequências práticas. A UEO não dispunha de forças militares próprias e o Conselho da Europa é um parlamento meramente consultivo.

Do Kosovo pouco se falava então. O dossiê estava na reserva, para ser colocado na mesa como coelho extraído de uma cartola. A OTAN preparava sem pressas o seu aparecimento no cenário balcânico.

Sempre que nas minhas intervenções em Estrasburgo e Paris denunciarei o perigo iminente de um envolvimento militar dos EUA nos conflitos europeus através da OTAN fui acusado de anti-americano, irresponsável e fanático.

Em fevereiro de 1992, no decurso de reuniões da Comissão Política da Assembleia Parlamentar da UEO com altas personalidades norte-americanas, tive a oportunidade, em Washington, de participar de encontros interessantes no Pentágono, no Departamento de Estado e no Congresso. Por uma feliz coincidência foi nessa época que



Guernica, de Pablo Picasso: como os nazistas na década de 30, a OTAN e os EUA, hoje, bombardeiam cidades

o *New York Times* divulgou o conteúdo de um explosivo relatório secreto elaborado pelo Departamento de Defesa dos EUA. Segundo esse texto, a hegemonia política e econômica norte-americana para poder perpetuar-se, contrariando a tradição histórica da ascensão e queda dos grandes impérios, teria de impedir, custasse o que custasse, a emergência no planeta de qualquer poder militar em condições de questionar a supremacia dos EUA. Nesse relatório, a tendência registada na Europa, sobretudo na França e na Alemanha, para a criação de um poder militar próprio suscetível de tornar desnecessária a presença no Continente das tropas dos EUA era apresentada como uma ameaça que o Governo norte-americano tinha o dever de neutralizar.

Fiz perguntas incômodas numa reunião no Pentágono. Foram naturalmente mal-recebidas, tal como aconteceu quando, em 1994, visitei com a Comissão Política da UEO o quartel general da OTAN, em Bruxelas. Eu era, então, o único comunista nessa Comissão.

Evoco estes episódios por iluminarem facetas de políticas e situações históricas que tiveram desenvolvimentos explosivos inseparáveis da ânsia ilimitada de poder do império americano e das contradições existentes entre as suas metas estratégicas e os interesses dos povos do Velho Mundo.

A Iugoslávia foi selecionada como alvo e vítima de uma agressão militar gratuita, monstruosa, desencadeada à revelia do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Progressivamente os EUA impõem a lei da selva nas relações internacionais.

A Iugoslávia, entretanto, não passa de um instrumento nesta estratégia que rotiniza o terrorismo de Estado. No âmbito da Doutrina de Samuel Huntington, que faz dos EUA a nação predestinada, com a missão quase divina de governar o mundo, instituindo pelas armas – quando necessário – a *Pax Americana*, as grandes derrotadas neste processo são a Europa dos 15 e a Rússia.

Ao participarem como cúmplices na guerra imposta à Iugoslávia, o Reino Unido, a Alemanha, a França, a Itália e



outros estados e países membros da OTAN não se aperceberam ainda de que para eles a Cruzada apresenta facetas suicidas. As bombas da OTAN que explodem de Belgrado ao Montenegro, de Pristina às fronteiras da Macedônia, da Albânia, da Romênia, da Bulgária, configuram uma agressão indireta a uma desejada reumanização do projeto de uma Europa unida pela solidariedade dos seus povos. A reação dos mercados financeiros, esse monstro que desgoverna, desestabiliza e arruina o mundo, carrega uma primeira advertência: o dólar sobe, o euro cai.

A agressão, concebida, planejada e organizada em Washington, configura, paralelamente, um crime contra a humanidade. A clivagem Norte-Sul, transparente na polarização dos debates sobre o Kosovo travados na Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra, confirma que a Europa segue a reboque dos EUA. Não compreendeu que está a ser empurrada para o abismo. É trágico que países que pretendem ser os responsáveis pelos mais altos valores da civilização dita ocidental assumam

nestas semanas a responsabilidade pela prática de um crime de genocídio.

No seu delírio midiático, Bill Clinton, ao multiplicar os apelos à destruição da Iugoslávia, exigindo na prática a rendição incondicional do pequeno e pobre povo agredido, insiste, num discurso de recorte quase bíblico, em apresentar Milosevic como um herdeiro político de Hitler.

Não correrá muita

água pelo Danúbio até ao dia em que, rompida a cortina da mentira erguida pela engrenagem de um sistema midiático perverso – no qual os jornalistas atuam como funcionários da rede-teia de aranha – o desenvolvimento da História aclare que são, afinal, os EUA, neste último ano do segundo milênio da Nossa Era, quem retoma na condução da sua estratégia de hegemonismo os métodos do *Reich* nazista.

O sistema de poder que em Washington transforma em política de Estado os seus projetos imperiais, o núcleo belicista que defende a tese do império perpétuo, os generais, os congressistas e os intelectuais que insistem, em nome da ajuda humanitária, em desencadear agressões armadas contra os povos – como fizeram em Granada e na Somália e agora na Iugoslávia – esses sim, comportam-se como porta vozes de um sistema de poder que nas suas relações internacionais somente encontra precedente pelo amoralismo no *reich* hitleriano.

A agressão à Iugoslávia traz à memória o covarde ataque à Polónia em setembro de 1939.

O assalto à razão que identificamos no bombardeamento selvagem da Iugoslávia é irmão do assalto à razão que nos anos de 1930 começou a encaminhar a Europa para a matança da II Guerra Mundial.

Neste quadro assustador, a consciência dos povos começa felizmente a despertar, embora muito lentamente. A condenação da cruzada criminosa vem dos próprios EUA onde em dezenas de cidades saem às ruas manifestações exigindo o fim da agressão. Por toda a Europa a oposição ao genocídio da Iugoslávia cresce a cada dia. Centenas de milhões de homens e mulheres começam a perceber que qualquer Estado, qualquer povo que ouse defender a sua soberania pode vir a ser a próximo alvo das bombas americanas.

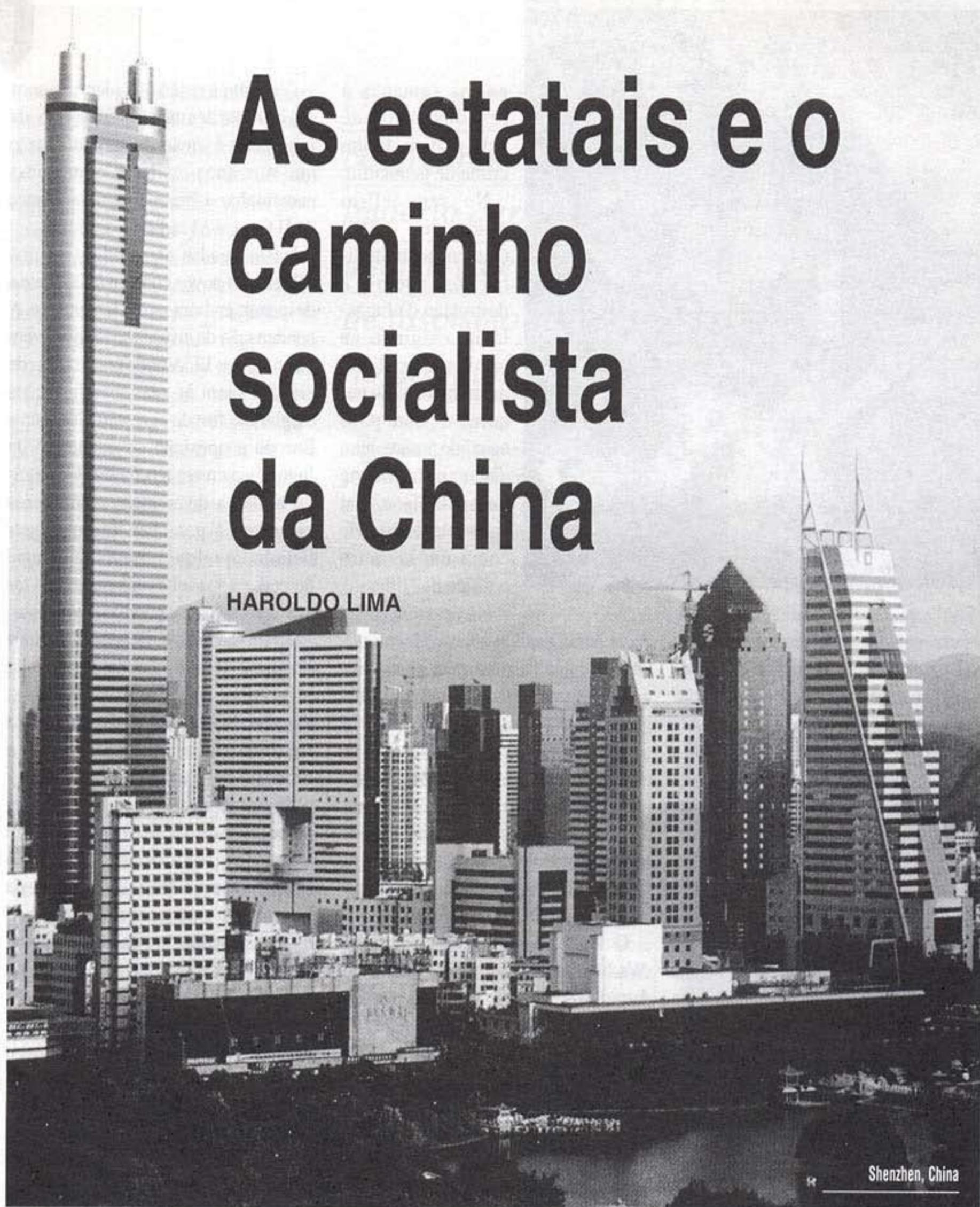
Inesperadamente, Belgrado passou a ser uma trincheira da defesa de princípios e valores universais. Paradoxalmente essa tarefa homérica foi imposta aos iugoslavos pela necessidade de sobreviver.

Diríamos estar contemplando, angustiados, o prólogo de uma tragédia grega atualizada. Pelo simples ato de Resistir, o povo da Iugoslávia assume neste momento uma representação que o transcende. O gigantesco poder da máquina midiática da desinformação não pode alterar o significado da história em movimento. A luta do povo iugoslavo em defesa do seu direito à soberania plena e à independência passou a ser, como foi a do vietnamita, como é a do cubano, um combate pela humanidade, pela defesa de um projeto de vida que principiou a tomar forma há três milênios nas civilizações nascidas quase simultaneamente na China, nas margens do Indo, do Nilo e do Tigre-Eufrates.

Miguel Urbano Rodrigues é jornalista.

As estatais e o caminho socialista da China

HAROLDO LIMA



Shenzhen, China

A imprensa burguesa dá uma visão falsa do que ocorre na China quando exagera o alcance das privatizações que lá ocorrem e assegura que elas representam o abandono da via chinesa para o socialismo e o retorno ao capitalismo

O desempenho da economia mundial no ano de 1998 foi trágico. A crise se abateu profunda sobre o capitalismo. Sua “globalização”, com rapidez inaudita, acentuou problemas, provocou impasses e precipitou desmoronamentos.

O crescimento econômico, em 1997, no mundo, já fora pequeno – 4,1%. Caiu mais da metade em 1998, foi para 2%. Cresceu, embora pouco, mantendo-se em nível baixo, na União Européia, onde evoluiu de 2,6 para 2,9%. Retrocedeu nos Estados Unidos de 3,9 a 3,5%. Recuou muito mais na América Latina, foi de 5,5 para 2,8%, com países como o Brasil saindo de 4 e indo para zero por cento. Na África, foi de 4,5 para 3,8. No Oriente Médio de 4,7 para 2,8. Na Rússia despencou de 0,9 para 6 por cento negativos. No Japão, de 0,7 negativos foi para cerca de menos 2 por cento. Na Tailândia, Coreia e Malásia esbarrou em 6,5 por cento negativos. Na Indonésia atingirá, no negativo, cerca de 16 por cento. E na China, foi aos 8 pontos percentuais. (1)

Quando, a este feito verdadeiramente notável, acrescenta-se o de estar a China completando 19 anos consecutivos de crescimento médio de 9% ao ano, a admiração aumenta e suscita a pergunta – afinal, poderia ser imitado, o que a China está fazendo?

O empresário brasileiro Benjamin Steinbruch (2) escreveu, há pouco, na *Folha de S. Paulo* um artigo intitulado “Um negócio da China”, onde tratou exatamente de “procurar saber o que eles fizeram e que poderíamos ter feito.” (3) Lembrou que a China exportava, em 1980, menos que o Brasil e hoje vende US\$ 183 bilhões, o triplo do Brasil; e observou que o PIB chinês saltou a marca do US\$ 1 trilhão, estando prestes a ultrapassar o da Inglaterra! Na mesma linha, poder-se-ia acrescentar ter sido de

US\$ 40 bilhões o superávit da balança comercial chinesa em 1998 e ter as suas reservas cambiais atingido a espantosa cifra de US\$ 140 bilhões, só inferiores às do Japão.

Steinbruch fez referências procedentes sobre o empenho da China para produzir e exportar, referiu-se à “prioridade máxima à geração (ou manutenção) de empregos” definida pelos chineses e realçou “o programa chinês de exportações”. Entretanto, tece loas ao que chamou de “processos de privatização de empresas estatais deficitárias”, entusiasmando-se com as “mais de 100 mil pequenas empresas estatais

Na história do Partido Comunista da China, muito antes da tomada do poder em 1949, a busca de um caminho próprio já estava posta

deficitárias que agora começam, velozmente, a ser privatizadas”. Chega a falar em “privatização de estatais estratégicas”.(sic)! E sinaliza para o Brasil uma decidida política de exportação e uma resoluta privatização, lições supostamente inspiradas no exemplo chinês.

As duas lições que o Brasil deveria incorporar, segundo Steinbruch, a partir da experiência chinesa, refletem uma compreensão deformada do que se faz no grande país asiático. A China, inquestionavelmente, promove um grande e bem-sucedido programa de

exportações. Mas, seu principal, prolongado e bem sucedido empenho é com o desenvolvimento interno, econômico, político e social, visando a levantar a sociedade e criar um enorme mercado. A privatização, como política, ou como conceito, ou como tema em pauta, ou mesmo como palavra solta em análises informais está conclusivamente afastada do vocabulário econômico chinês. Nada do que lá se faz com as estatais diz-se que é privatização, nem tem a ver com privatização, nem é chamado de privatização, nem se assemelha com o processo que tem aqui esse nome – e que transfere, a custos irrisórios, patrimônios públicos, muitas vezes estratégicos, ao domínio privado, muitas vezes estrangeiro.

No Ocidente, e nesses tempos do arrogante “pensamento único” neoliberal, felizmente, agora, desmascarando-se, as análises e mesmo os noticiários sobre a China são tão profundamente adulterados que sua realidade permanece

incompreensível e enigmática. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, noticiou o informe prestado por Jiang Zemin, presidente do Partido Comunista da China, na abertura do XV Congresso do Partido, em setembro do ano passado, em Pequim, com a seguinte manchete: “PC faz ofensiva contra estatais e corrupção”. A matéria, transcrita de jornal estrangeiro, deu a conhecer que Jiang anunciou sua “decisão de que privatização será o principal método usado para resolver o problema das estatais”. (4) E entretanto, no alentado informe apresentado por Jiang Zemin, a

palavra privatização não é citada uma única vez, nem de passagem. O informe é recheado de informações importantes, assuntos polêmicos e conceitos novos, de largo interesse ideológico e acadêmico, nenhum dos quais referidos na reportagem. A hipótese de “venda” de estatais é admitida uma vez no texto, no capítulo V, como a sétima e última opção para as pequenas empresas de propriedade do Estado. Quem apenas leu a notícia da *Folha de S. Paulo* sobre o informe de Jiang Zemin ao XV Congresso do PCCh no que respeita à política sobre as estatais, ficou com a informação inversa da verdadeira.

Esse desconhecimento produzido sobre a China é muitas vezes acompanhado de teses fantasiosas sobre aquele país. Seu desenvolvimento, por exemplo, é apresentado como um feito do capital estrangeiro e das leis do mercado, não se sabendo por que esses personagens, tão amplamente presentes em todo o mundo, não repetiram sua proeza em outros países, como México, Coréia, Tailândia, Indonésia, Rússia, Japão, Brasil, ou algum outro lugar qualquer, onde contam com governos servis.

A motivação da estúpida ignorância criada nos meios ocidentais sobre a

revista *Pequim Informa* frequentemente repete, com paciência, o lema “conheça a China pelo que ela diz de si própria”. Com procedência.

O socialismo, como tudo que é humano, ou evolui ou perece

O discurso que os ideólogos do capitalismo sustentam hoje para robustecer a tese de que o socialismo ou acabou ou está em vias de desaparecer, parte da idéia de que o socialismo restringe-se a um modelo único, concreto, historicamente determinado – o modelo soviético – que efetivamente se exauriu. Como o socialismo na China não reproduz hoje esse modelo, os ideólogos do capital dizem, então, que ele não é socialista. Gostariam que a China tivesse insistido no modelo tornado obsoleto pelo tempo, porque assim, seguramente, teria se acabado, e não existiria essa história, incômoda para eles, do país que mais se desenvolve no mundo, há duas décadas, ser um país comunista...

O modelo soviético de socialismo, conformado na experiência da ex-URSS, expressava-se, grosso modo, do ponto de vista econômico, na estatização de todos os meios de produção, grandes, médios e pequenos

Esse modelo, nas condições da URSS, e de décadas atrás, a despeito de problemas, conseguiu liberar as forças produtivas e promover estupendos avanços. Mas, ao não evoluir, consolidou uma base burocrática gigantesca, estratificou-se teoricamente, emperrou a máquina produtiva do país, esgotou-se e caiu.

Na história do Partido Comunista da China, muito antes da tomada do poder em 1949, a busca de um caminho próprio já estava posta, desde quando orientações vindas da III Internacional e de Moscou nem sempre correspondiam às condições concretas do país e da luta e causavam prejuízos. Esse esforço pelo respeito às condições do país fica mais evidente a partir da Reunião de Zunyi, no início da Longa Marcha, quando Mao Zedong assume a direção partidária. Na Campanha de Retificação de Yenan, já como dirigente principal do partido, Mao exorta seus membros a “descartar o método de estudar o marxismo-leninismo de forma estática e sem conexão com a vida”. A conexão com a vida levou a que o caminho vitorioso da revolução chinesa terminasse sendo o do “cerco das cidades a partir do campo”, diferente do apregoado pelo centro do movimento comunista da época, a III Internacional e Moscou.

Depois de 1949, a construção socialista na China inspirou-se, como era de se esperar, no modelo soviético. Conseguiu expressivas vitórias, mas percorreu caminho tortuoso, com altos e baixos. Fimda a grande desorganização nacional que foi a “Revolução Cultural”, de 1966 a 1976, num quadro mundial eminentemente novo, e avaliando as excepcionais experiências de construção socialista havidas no mundo e no próprio país, o Partido Comunista da China deliberou, em 1978, alterar o modelo de construção socialista na China, lançando as bases teóricas de outro, que seu principal mentor Deng Xiaoping chamou de “socialismo com peculiaridades chinesas”.

Ao sistema ou modelo que os chineses consideram ajustado à etapa primária que o socialismo vive na China, eles chamam de “economia socialista de mercado”

realidade da China relaciona-se com o esforço ideológico inflexível dos centros capitalistas irradiadores de informações e idéias de forjar o entendimento de que o socialismo acabou. Por isso falam da China omitindo completamente a questão central em torno da qual a China se move – seu sistema econômico socialista – optando por elidir informações cruciais e forjar outras. A

e em planejamento e execução grandemente centralizados. As condições gerais do mundo permitiram e de certa forma obrigaram a uma autarquização da economia soviética. A estrutura agrária foi submetida a uma socialização voluntariosa e apressada, onde os camponeses, aliados do socialismo, não foram assim tratados, o que levou até a levantes camponeses.

O Partido, que elabora esse modelo desde 1978, debruçou-se nas peculiaridades chinesas, onde o socialismo já existe, mas onde sobrevivem importantes e variados fatores, setores e regiões de grande atraso econômico e cultural, com raízes seculares. Concluiu que a China se encontra na “etapa primária do socialismo.”

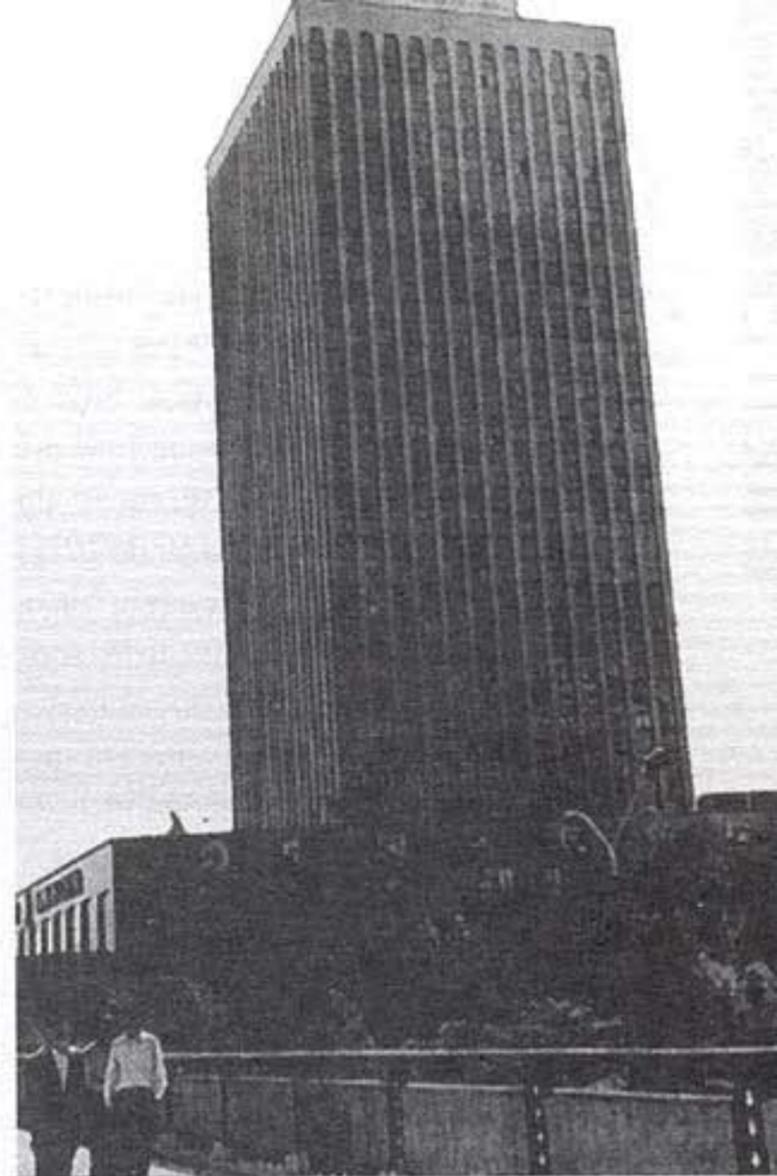
Nessa etapa, mantido o poder político nas mãos de um governo democrático e popular, sob a direção do Partido Comunista, o novo modelo socialista evidentemente que prevê planejamento, mas um macroplanejamento, que no momento se expressa no *IX Plano Quinquenal* (de 1996 a 2000), e nas *Metas e Perspectivas para o Ano 2010*, ambos aprovados em março de 1996. A administração hipercentralizada deixa de o ser, acompanhando a variedade que passa a haver no nível econômico. Admite-se a coexistência entre diferentes formas de propriedade, inclusive formas diversas de propriedade privada, e até de capital estrangeiro, sob a predominância da propriedade pública. “A propriedade pública, como componente principal da economia, é o princípio básico dos países socialistas”, como está em minucioso estudo que prevê sete tipos dessa propriedade, como a coletiva, a copropriedade, a propriedade de fundos sociais etc. (5) Contudo, a propriedade pública mais importante é a propriedade estatal que “deve controlar os aspectos fundamentais da economia nacional e ter o papel dirigente no desenvolvimento econômico”, como situou Jiang Zemin, no cap. V do seu informe ao XV Congresso do PCCh, em setembro de 1997, o tal que foi anunciado no Brasil como uma “ofensiva contra as estatais”. (6)

As áreas onde as estatais devem atuar são discriminadas. O minucioso estudo citado diz: “Sob o socialismo, as atividades econômicas que concernem à soberania e à segurança do Estado, os setores com fortes graus de monopólio

e com efeitos notáveis no bem estar público, as indústrias básicas, as indústrias de exploração de recursos nacionais, as indústrias de processamento, os ramos de produção em estado incipiente e as atividades que têm forte incidência na economia nacional e nas condições de vida da população, devem ser firmemente controladas pelo Estado.”

É este sistema ou modelo, que os chineses consideram ajustado à etapa primária que o socialismo vive na China e que chamam de “economia socialista de mercado”. O caminho socialista fica assegurado pelo controle que tem o Estado, dirigido pelo Partido Comunista, sobre o país, em função da predominância da propriedade pública em geral, e da estatal em particular, sobre o conjunto da economia. E o dinamismo que as leis do mercado propiciam também fica garantido, pela presença de formas privadas de propriedade, em intenso intercâmbio com o resto do mundo. Nessa “economia de mercado socialista”, a planificação e o mercado atuam como duas formas de regulação da economia, predominando a que controla a parte principal dos meios de produção e tem o controle do poder político. Ao Estado cabe regular o mercado e a este orientar as empresas.

Em precioso estudo sobre a transição para o socialismo, João Amazonas examina o problema das etapas nessa transição, mostrando que “a sociedade socialista não é uma coisa pronta de uma vez por todas”. E cita Engels: a sociedade socialista “deve ser compreendida em contínua mudança e reorganização”. (7) A propósito de eventuais modelos socialistas que lancem mão de formas capitalistas, Amazonas lembrou opiniões de Lênin, como estas: “Nada tem de perigoso entregar a concessionários certo número de fábricas, desde que a maior parte fique nas mãos do Estado socialista”; “O Estado proletário pode, sem mudar sua natureza, admitir



Edifício do Banco da China

o livre comércio e o desenvolvimento do capitalismo na medida e na condição de que o Estado regule o comércio e o capitalismo privado”. Amazonas sintetiza, a partir “do contexto leninista”, cinco normas básicas “acerca da utilização do capital” na construção socialista. Eis a primeira: “é vantajoso e necessário, nos países atrasados, onde o poder está nas mãos do proletariado, utilizar o capitalismo, sempre que possível, a fim de incrementar as forças produtivas e acelerar o desenvolvimento do país”. (8)

A formatação nova que a China está fazendo no seu modelo socialista decorre de um justificado esforço para adaptar seu socialismo às condições do mundo de hoje e às suas próprias condições. Diferentemente do que desejavam os ideólogos do capital, a China reestruturou sua economia, mantendo seu rumo socialista, bandeira, sigla, cor, partido hegemônico e doutrina. E num quadro de dinamismo excepcional.

A reforma da economia chinesa: a modernização socialista

Os analistas chineses consideram ser o período de 1950 a 1956 o da implan-

tação da base econômica socialista na China, ao que se seguiu o período de 1957 a 1966, de esforço de novos empreendimentos. Os anos de 1966 até 1976, foi o da desorganização da “revolução cultural” e a partir de 1978/79 começou o período que está em curso.

Grosso modo, desde o início dos anos cinquenta até os últimos dos anos setenta, são cerca de trinta anos em que predominou o modelo econômico de inspiração soviética, de planificação altamente centralizada e de uniformização distributiva. A estatização praticamente completa dos meios de produção tirava a agilidade da economia, burocratizava, deixava as estatais em quase permanente estado de intervenção governamental, desconsiderava a lei do valor e a eficiência econômica ficava comprometida.

Os estudos mostram que mesmo aquele modelo, nas condições de um país descapitalizado, de base produtiva muito frágil e enfrentando graves problemas sociais teve um papel positivo, pois permitiu a concentração de esforços, a planificação central e a execução decidida de projetos vitais. Nos vinte e cinco anos decorridos de 1953 a 1978, a despeito dos desacertos do “Grande Salto à Frente” e da “Revolução Cultural”, a economia chinesa cresceu a 6,1%. (9)

É sabido que a reavaliação dos rumos do modelo chinês de socialismo começou no final da “Revolução Cultural”, em 1976, e teve seu momento decisivo nos fins de 1978, quando da reunião da III Sessão Plenária do XI Comitê Central do Partido Comunista da China que aprovou, por proposição de Deng Xiaoping, um plano de reforma do sistema econômico. Desencadeou-se assim o processo de busca de um novo modelo socialista para o país.

A reforma começou pelas áreas rurais onde foram substituídas as centralizadas comunas populares por um sistema que combinava uma administração centra-

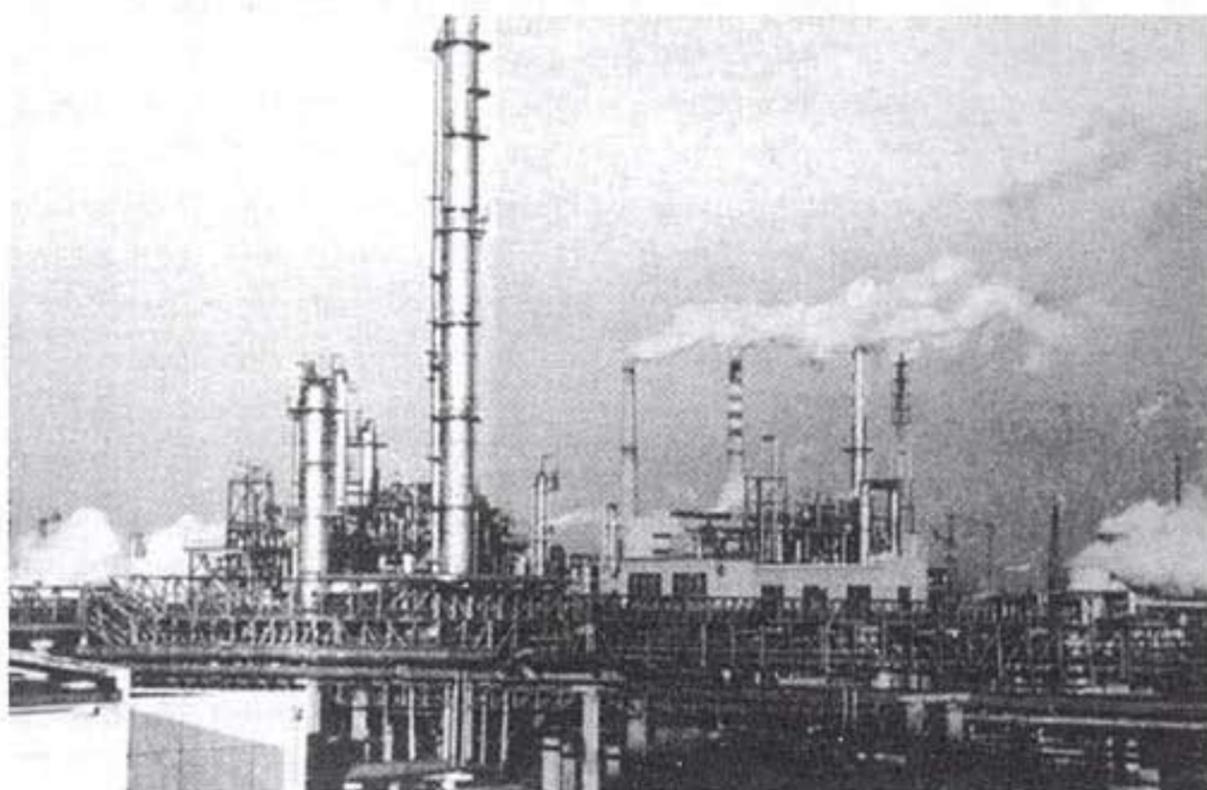
lizada com um “contrato de responsabilidade” em nível familiar, com pagamentos em função de rendimentos auferidos sob diversas formas. A aquisição monopolizada estatal dos produtos agrícolas foi gradativamente substituída pela sua circulação no mercado. A estrutura industrial da zona rural foi reajustada, imprimindo-se grande impulso às empresas de cantão e povoado. E implantou-se um conjunto de serviços socializados.

O certo é que, decorrido duas décadas, houve um grande desenvolvimento no campo chinês. A produção de cereais atingiu, em 1998, 490 milhões de toneladas de grãos, 62% a mais que em 1978. (10) Dez grandes projetos estatais de reflorestamento já plantaram 4,2 milhões de hectares de novos bosques. As empresas de cantão e povoado ganharam impulso, ajudaram na industrialização e urbanização rurais e incorporaram cerca de 60% do valor agregado da produção rural chinesa em 1997. Estimase que, em 1997, trabalhavam nessas empresas aproximadamente 130 milhões de pessoas. (11)

Foi a partir dos resultados positivos dessas transformações na área rural que, em 1984, a III Sessão Plenária do XII

Comitê Central do Partido Comunista da China adotou medidas para a reforma do conjunto do sistema e para pôr as cidades como o seu alvo principal. O último balanço do realizado até agora na reforma chinesa foi feito no XV Congresso do Partido Comunista da China, no final de 1997, no Informe do secretário-geral do Partido Jiang Zemin.

O Informe de Jiang Zemin traça, em suas grandes linhas, o perfil que está assumindo a economia socialista de mercado. Dele podem se fazer os seguintes destaques: “vive a China a etapa primária do socialismo”, onde “uma economia socialista de mercado está em construção”; “o socialismo requer posição dominante da propriedade pública e o desenvolvimento paralelo de diferentes formas de propriedade”; “a posição dominante da propriedade pública deve manifestar-se principalmente através da predominância dos ativos públicos sobre o total dos ativos da sociedade e do controle do setor de propriedade estatal sobre os aspectos fundamentais da economia nacional”; “o setor estatal tem o papel dirigente no desenvolvimento econômico”; “a propriedade pública pode e deve tomar diferentes formas”; “a



Petroquímica de Daqing, China

propriedade coletiva é um componente importante do setor público da economia”; e o “setor não público – empresas privadas e individuais – é um componente importante da economia de mercado socialista da China”. Problema central era o de como garantir que as estatais cumpram seu papel, de ser uma forma eficiente, dinâmica e dirigente da atividade econômica.

A reforma das estatais

A economia chinesa que se estruturou, durante cerca de trinta anos, na base da estatização empresarial ampla, moldou suas estatais com os traços desse sistema. A ação governamental se entrelaçava e se confundia com a da gerência das empresas, retirando destas a autonomia de gestão. A distribuição dos rendimentos regulava-se mais pelo igualitarismo que pelo princípio socialista do “a cada um segundo seu trabalho”, fazendo decair a emulação socialista. E os planos, que regulavam rigidamente as empresas, menosprezavam as leis do mercado e a lei do valor, tornando a eficiência econômica das estatais, sua competitividade e produtividade bastante reduzidas. Muitas eram deficitárias. “Em fins de setembro de 1997, 46,7% das empresas industriais registraram prejuízos.” (12)

A reforma nessas empresas, empreendida a partir de 1984, perseguiu o objetivo de viabilizá-las, já que, deficitárias, não poderiam continuar como base da economia do país. Essencialmente o que se pretendia era revitalizar o setor estatal mantendo-o estatal, apto a afirmar-se em mercado competitivo. Havia que por de pé as estatais em crise.

Foi e está sendo um processo complexo e diversificado o das alterações no sistema empresarial estatal chinês. Porque ele não se deu à margem da competição internacional, mas no processo de “abertura” da economia

A reforma nas grandes estatais mereceu cuidado especial

chinesa ao contato com o mercado externo, posto que, nas condições atuais, já não há qualquer espaço para uma autarquização econômica. E o processo de “reforma e abertura” “colocou numerosas empresas de propriedade estatal em grandes dificuldades”. (13) As dificuldades puderam ser superadas porque a “abertura” não escapou do controle do Estado nacional, que não descurou da defesa de sua economia, como se percebe pela tarifa aduaneira média para importação que, só em 1º de abril de 1996, foi reduzida de 36% a 23% para 5.000 tipos de mercadorias. (14) A reforma das estatais foi, finalmente, mais difícil porque não existiam modelos a serem seguidos, mas a consciência aguda de que formas inéditas e eficazes de organização produtiva e administrativa teriam que ser encontradas.

O método eleito para a execução da reforma, em sua etapa inicial, foi o da experimentação, fazendo-se desde o início a distinção entre a reforma necessária a uma grande estatal e a que comportavam as pequenas e médias. “O Estado selecionou 1000 empresas-chaves” para serem submetidas a transformações estruturais. (15)

A reforma nas grandes estatais mereceu cuidado especial. Os exemplos de sucesso, como o de Baogang, foram se multiplicando e, difundido-se, serviam como paradigmas inspiradores das experimentações próximas. (16)

Baogang é a maior estatal que opera com ferro e aço na China e situa-se em Shangai. Sua primeira fase começou a operar em 1985, quando o processo de

reforma já se iniciava. Sua segunda fase foi inaugurada em 1991 e, nas duas fases, trabalhavam 40.000 pessoas. A reforma encampou a idéia das corporações ou dos conglomerados, encaminhando para separar do corpo principal da siderúrgica, a partir de 1990, os departamentos que pudessem manter ligações próprias com o mercado. A oficina de lingotes deu lugar à Fundação de Baogang. Outra oficina se converteu em Fábrica de Processamento de Maquinaria. O setor de transporte formou a Companhia de Transporte de Baogang. E todas essas empresas passaram a funcionar com a concepção de “gestão empresarial moderna”, buscando aumentar a produtividade do trabalho, incorporar tecnologia avançada e ganhar competitividade. Em 1995, pelo critério dos rendimentos, Baogang encabeçou a lista das “500 primeiras estatais chinesas”. A terceira fase já está em construção e o planejamento prevê que Baogang deve se converter, em 2010, em uma transnacional estatal, que atua na indústria, no comércio e em finanças, e que seja “uma das 500 principais empresas do mundo”! (17)

Em 1995 o Estado fez uma mudança na abordagem da reforma nas estatais. O eixo principal deixaria de ser a revitalização das estatais individualmente consideradas e passaria a ser a economia estatal como conjunto. Em junho de 1996, a Comissão Estatal da Reforma da Estrutura Econômica divulgou documento sobre “A aceleração da reforma nas pequenas empresas estatais” onde procurava traduzir, com o resultado de experimentos, a diretriz de “reformas flexíveis e diversificadas” para as pequenas estatais.

A reforma nas pequenas estatais orientou-se para transformar a propriedade estatal das pequenas empresas em diversas outras formas de propriedade, como a “propriedade por ações, a propriedade cooperativa por ações, a propriedade individual” (18) e outras.

Incluía também, a reorganização da estatal, fusão com outras, arrendamento, declaração de falência e dissolução da empresa. De todas essas alternativas, “talvez a fórmula mais importante seja a propriedade cooperativa por ações”, onde os trabalhadores de uma firma compram seus ativos em ações. Pessoa que não pertença à empresa não pode participar dessa compra. Se sai da empresa, não pode levar suas ações, que devem ser transferidas a trabalhadores da empresa. A redistribuição é feita de acordo com o princípio “a cada um de acordo com seu trabalho”, admitindo-se rendimentos que não sejam apenas salariais. Também as reformas bem-sucedidas das pequenas e médias estatais são sistematizadas e exemplarmente difundidas, como as de Sichuan.

Em Sichuan, no oeste da China, seguindo essa política, 3.700 pequenas estatais deixaram de ser propriedade exclusivamente estatal, entre 1993 e 1997. Surgiram “diversas formas de propriedade”, ocorrendo uma alteração nos direitos de propriedade destas empresas que tinham no máximo 500 trabalhadores, cada. A propriedade cooperativa por ações predominou. Como o processo teve certo pioneirismo, “uns cem mil trabalhadores se converteram na primeira geração de acionistas das empresas anteriormente de propriedade estatal”. Informa-se que esse sistema tem contribuído muito para o aumento da produtividade das pequenas e médias empresas, e para a responsabilidade de todos perante seus ativos. Tem as características “das empresas

cooperativas e das empresas por ações”, sendo considerado “um sistema empresarial com características chinesas” e “uma nova forma de propriedade pública”. (19)

A IX Assembléia Nacional Popular, em março de 1998, ouviu do então Primeiro Ministro Li Peng minucioso “Informe sobre o trabalho do governo”. Toda uma parte tratou da “reforma das estatais”, considerada “o centro de gravidade da atual reforma da estrutura econômica”. São expostas seis “idéias diretrizes” que devem nortear “novos avanços na reforma das estatais”. A primeira é a “mudança efetiva do mecanismo de gestão dessas empresas”; a segunda é a da “concentração nas grandes empresas e da flexibilidade quanto às pequenas”; a terceira é a das “múltiplas formas de propriedade pública”; a quarta é a da “modernização na administração das empresas”; a quinta admite a “absorção, regula a “quebra”, e o traslado de pessoal excedente a outros postos de trabalho” e a sexta trata da “implantação de uma moderna seguridade social”.

A reforma das estatais chinesas foi tema de destaque na primeira coletiva à imprensa concedida por Zhu Rongji após sua eleição para Primeiro Ministro na IX Assembléia Popular Nacional, em março de 1998. (20) Ele enfatizou os seguintes pontos: “alguns meios de comunicação estrangeiros exageram as dificuldades das estatais chinesas”; “existem na China 79.000 (21) empresas de propriedade estatal, e algumas são muito pequenas, com apenas algumas dezenas de trabalhadores”; “porém existem 500 empresas extraordinariamente grandes,

cujos lucros e impostos entregues ao Estado representam 85% do total nacional”; “somente 10% dessas 500 empresas, umas 50, têm prejuízos atualmente”; “em três anos tiraremos das dificuldades a maior parte delas”.

O problema dos excedentes, o desemprego

Subjacente a todo esse processo de busca de eficiência e produtividade nas empresas estatais chinesas, e de reforma da própria economia chinesa como conjunto, um problema inexoravelmente se apresenta, o dos excedentes, que gera o desemprego.

O problema já existia no modelo do socialismo chinês anterior a 1978, não se apresentando de forma tão evidente porque a marca deficitária das empresas garantia o trabalho, de pouco uso intensivo e pouca agregação tecnológica, camuflando, de certa forma, o desemprego, em uma situação insustentável a longo prazo. A marcha da reforma nas estatais e no conjunto da economia acentuou o problema e explicitou-o, acreditando-se que o desemprego chegou a 4% em fins de setembro de 1997, maior índice dos últimos anos, tendo havido naquele momento cerca de 10 milhões de trabalhadores urbanos desempregados. (22) Hoje o desemprego estaria em 3,5%.

No exame das causas desse desemprego não aparece nenhuma eminentemente desconhecida, salientando os analistas chineses, entre outras, o desaparecimento do “desemprego encoberto”, a reestruturação das estatais, na base da agregação de tecnologia avançada, a acelerada industrialização no campo liberando mão-de-obra para as cidades, tudo isso que, a um só tempo, explica o aparecimento dos excedentes e o desenvolvimento econômico que o país conhece, mostrando que, diferentemente de outros locais, na China o desemprego atual não é recessivo. Dir-se-ia que as

A reforma nas pequenas estatais orientou-se para transformar a propriedade estatal das pequenas empresas em diversas outras formas de propriedade

causas desse desemprego são os pressupostos de sua superação.

Mas o que, na questão do desemprego, deve distinguir um país socialista de outros que não o são é o seu empenho em programar a diminuição ou o fim do desemprego com planos específicos, articulados com o avanço do desenvolvimento em geral, mas como parte essencial desse processo. O governo central da China considera hoje o problema do desemprego como “grave porém estável” e o Ministério do Trabalho e de Seguridade Social, em 1998, programou resolvê-lo no fundamental em cinco anos. (23) Diversas províncias organizam seus “projetos de reemprego”, cuja primeira experiência foi a de Liaoning, em 1994, uma província que tem 926 estatais de tamanho grande ou médio. O “projeto de reemprego” de Liaoning conseguiu colocações, até 1997, para 1,226 milhões de trabalhadores; de 2,300 milhões desempregados. Em 1998 o mesmo “projeto” estabeleceu a meta de arranjar ocupação para 2,426 milhões até o ano 2000, em Liaoning. (24)

Os “projetos de reemprego” organizam seus “centros de reemprego”, atividade em que Shangai é apontada como modelo, sendo também ela a cidade de maior número de trabalhadores despedidos de estatais. Os “centros” firmam contratos de três anos com o desempregado, durante os quais cobrem suas necessidades básicas, inclusive saúde, entretenimento e treinamento, ao tempo em que vão à busca de ocupação para o desempregado.

A luta que a China trava contra o desemprego, apoiando-se no seu desenvolvimento e em planos específicos, é parte integrante e fundamental da luta pela elevação do nível de vida de seu povo e contra a pobreza, motivação básica do socialismo. Nessa luta, vitórias

significativas tem ocorrido, tanto mais expressivas quanto reconhecidas universalmente.

Em 1997, o Programa da ONU para o Desenvolvimento publicou minucioso Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, onde faz um “balanço da pobreza até o final do século XX”. Há longo e elogioso apanhado do que se faz na China contra a pobreza. Uma passagem afirma: “A China e outros 14 países ou estados cujas populações somam mais de 1,6 bilhão de pessoas reduziram à metade a proporção da população vivendo abaixo da linha nacional de privação de rendimentos nos últimos 20 anos.”

Em estudo de grande repercussão internacional, Joseph Stiglitz, economista chefe do Banco Mundial, relatou curiosa simulação feita pelo Banco sobre aspectos do desenvolvimento do mundo. Disse: “Se as 30 províncias da China fossem consideradas como economias nacionais (na verdade muitas delas têm mais habitantes do que grande parte dos países de baixa renda) elas teriam ocupado os primeiros 20 lugares no ranking das economias que mais cresceram entre 1978 e 1995. (25)

Haroldo Lima é membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil e deputado federal pela Bahia.

(1) Estimativas do Fundo Monetário Internacional, citadas em “A economia mundial na encruzilhada”, *Pequim Informa*, janeiro de 1999, n.º 1.

(2) O brasileiro que comprou a Cia. Vale do Rio Doce, a Cia. Siderúrgica Nacional entre outras estatais privatizadas no Brasil.

(3) *Folha de S. Paulo*, 22/12/98.

(4) *Folha de S. Paulo*, 13/9/97

(5) “Diversas formas de propriedade pública”, *Pequim Informa*, n.º 1, janeiro de 1997.

(6) Cf. Nota 4.

(7) João Amazonas, *Os desafios do socialismo no século XXI*, Editora

Anita Garibaldi, 1999, cap. I.

(8) *Idem*, cap. II.

(9) Cf. Qin Shi, *China*, Editora Nova Estrela, Pequim, 1997, p. 89

(10) O Brasil, no mesmo período, com uma área agricultável bem superior à da China, produziu 79 milhões de toneladas de grãos.

(11) “Desenvolvimento da agricultura e economia rural”, *Pequim Informa*, n.º 5, fevereiro de 1999.

(12) “A economia chinesa segue melhorando”, *Pequim Informa*, n.º 4, janeiro de 1997.

(13) “Wenzhou diversifica sua economia”, *Pequim Informa*, n.º 37, setembro de 1997.

(14) *Pequim Informa*, n.º 20, maio de 1997.

(15) *Pequim Informa*, n.º 28, julho de 1997.

(16) Surge assim a “modalidade Wenzhou”, onde, a partir de 1984, saiu de déficit crônico a grande estatal “Consórcio Dongfang”. *Pequim Informa*, n.º 37, setembro de 1997.

(17) “Reforma nas estatais de Shangai”, *Pequim Informa*, n.º 28, julho de 1997.

(18) Cf. “Sistema cooperativo por ações: propriedade empresarial com características chinesas”, em *Pequim Informa*, n.º 37, setembro de 1997.

(19) *Idem*.

(20) *Pequim Informa*, n.º 14, abril de 1998.

(21) O número de estatais na China varia de acordo com os critérios. Rongji refere-se a estatais digamos federais. Admite-se que incluindo estatais de províncias esse número vai de 300 a 400 mil.

(22) *Pequim Informa*, n.º 4, janeiro de 1998.

(23) “Reemprego: compromisso solene em 1998”, *Pequim Informa*, n.º 20, maio de 1998.

(24) “Reemprego de trabalhadores”, *Pequim Informa*, n.º 28, julho de 1998.

(25) “O pós-Consenso de Washington”, em *Folha de S. Paulo*, 12 de julho de 1998.

A polêmica sobre o Tibete

DUARTE PEREIRA



A quem interessa dividir a China e atizar conflitos entre suas nacionalidades?

O jornalista francês Hubert Beuve-Mery, fundador do *Le Monde*, costumava insistir que “a missão do jornalista é saber e dizer o máximo possível”. Ainda há jornais e jornalistas que seguem esse preceito. Mas cresce o número dos que substituem qualquer esforço investigador pela reprodução acomodada de versões unilaterais e distorcidas dos acontecimentos.

A controvérsia sobre o Tibete é um bom exemplo. Livros, reportagens e documentários repetem, monocórdia-mente, os relatos e as acusações difundidas pelos separatistas tibetanos. Não entrevistam as autoridades atuais da região, nem os monges patriotas que apoiam a unidade da China. Não recorrem às informações e aos documentos oferecidos pelo governo central do país. Não consultam especialistas independentes. Se o fizessem, seriam obrigados a reconhecer que a história da China, do Tibete e de suas relações mútuas é muito diferente da propagada pelos separatistas.

A polêmica envolve três questões básicas. Primeira: o Tibete é um país independente, invadido e ocupado pelos comunistas chineses, à frente do Exército Popular, ou faz parte da China há 700 anos, tendo os comunistas apenas cumprido o dever de libertar e reunificar o conjunto do país? Segunda: antes de 1950, o Tibete era uma terra pacífica e feliz, governada por monges sábios e desprendidos, como a mítica *Shangri-la* do novelista britânico James Hilton, ou penava sob um regime teocrático-feudal, atrasado e cruel? Por último, o que é melhor para as nacionalidades chinesas e para os povos do mundo nas vésperas do século XXI: a divisão e o dilaceramento da China, ou a preservação de sua unidade estatal e o progresso conjunto de suas nacionalidades?

O teto do mundo

A República Popular da China é um país enorme, formado por 23 províncias, cinco regiões autônomas, uma região especial, Hong Kong, e três municipalidades subordinadas diretamente ao governo central. O Tibete é uma das regiões autônomas. Cobre uma superfície de 1 milhão e 200 mil quilômetros quadrados, aproximadamente a oitava parte do território chinês, e abrange a capital, Lhasa, seis prefeituras e 76 distritos.

Localizado no sudoeste da China, o Tibete limita-se ao norte com a Região Autônoma de Xinjiang, ao nordeste com a província de Qinghai, ao leste com a de Sichuan, ao sudeste com a de Yunnan, e ao sul e ao oeste com os seguintes países, no mesmo sentido horário: Myanma (antiga Birmânia), Butão, Sikkim (principado de origem tibetana, anexado pela Índia em 1974), Nepal e Índia.

O Tibete ocupa a maior parte do planalto que leva seu nome, o mais alto da Terra, com uma elevação média de 4 mil metros. É, por isso, apelidado de Teto do Mundo. É praticamente cercado por cordilheiras: ao norte, a de Kunlun; ao leste, a de Tangula; ao sul e ao oeste, a do Himalaia. Nesta última, na fronteira entre o Tibete, na China, e o Nepal, ergue-se a montanha mais alta do planeta, com 8.848 metros, a Qomolangma Feng, ou “mãe sagrada das águas”, conhecida no Ocidente como monte Everest. No

único intervalo entre as cordilheiras, no limite com a província de Sichuan, o Tibete é separado pelo rio Jinsha.

Aliás, os rios mais importantes da Ásia nascem no planalto tibetano: para o leste, os rios Amarelo (Huang-ho) e Azul (Yangtze Kiang), os principais da China; para o sul, o Mekong, que desemboca na costa do Vietnã, e o Yarlung Zangbo, que passa a chamar-se Brahmaputra na Índia e deságua no golfo de Bengala; para o oeste, o Indo e o Ganges, os principais da Índia.

É uma região rica em recursos naturais. Conta com enorme variedade de aves e animais e com mais de 5.700 espécies vegetais, inclusive plantas medicinais de grande renome, base da medicina tibetana tradicional. Já foram localizadas jazidas de 40 tipos de minerais e os recursos geotérmicos são abundantes, chegando a temperatura da água em alguns poços a 92° C.

Por sua diversidade, o Tibete pode ser dividido em três zonas naturais. A parte norte, onde se concentra a criação extensiva de iaques e ovelhas, tem altitude média de 4.500 metros, clima frio e seco, extensas pradarias e numerosos lagos, como o famoso Nam Co, o segundo maior lago salgado da China. A área oriental é constituída por uma série de montanhas elevadas e vales profundos, com a altitude variando entre 2 mil e 6 mil metros. É a zona mais inóspita. A neve perpétua nos cumes de suas montanhas é responsável pelo outro apelido, atribuído ao Tibete, de Terra das Neves. Nos vales do sul, cortados pelos rios Yarlung Zangbo e afluentes, a altitude média é inferior a 4 mil metros, o clima é temperado, a precipitação pluvial é copiosa e a vegetação arbórea, exuberante. Nessa área é que se concentram a população e as atividades agrícolas. É, por isso, conhecida como o celeiro do planalto.

Apesar da altitude, do ar rarefeito e do clima severo, o planalto tibetano começou a ser povoado no período neolítico. Por essa época, uma

população já considerável se espalhava nas planícies centrais da China, entre os rios Amarelo e Yangtze.

China, um país milenar e multinacional

Para deslindar a controvérsia sobre o Tibete, é preciso entender a formação histórica da China. Trata-se de um país milenar, o único com aproximadamente 4 mil anos de história contínua, e também multinacional, integrado por 56 nacionalidades. A China não é, portanto, uma construção exclusiva da nacionalidade *han*, a majoritária. É um produto histórico da luta e do trabalho conjuntos de todas as nacionalidades que a integram. Com uma trajetória tão longa, a China não podia escapar aos conflitos entre suas dinastias, nacionalidades e classes. Por mais de uma vez, foi unificada, dividida e reunificada. Se a convergência prevaleceu e se as nacionalidades chinesas estreitaram seus vínculos ao longo dos séculos, é porque perceberam, diante das ameaças exteriores, que só garantiriam sua independência comum e o desenvolvimento de suas economias e de suas culturas se aprofundassem as relações de unidade e cooperação.

Os vínculos entre as nacionalidades *han* e tibetana, por exemplo, remontam a tempos muito antigos. Uma prova indelével se encontra nos idiomas das duas nacionalidades: pertencem à mesma família lingüística, significativamente classificada como sino-tibetana. O próprio budismo, que iria marcar tão profundamente a cultura tibetana, foi introduzido na região pelo norte da Índia e pelo Nepal, mas também pela Mongólia e pela China central. No século VII, quando as tribos do planalto tibetano formaram seu primeiro Estado unificado, o reino de Tubo, dois de seus soberanos casaram-se com princesas de origem *han*, firmaram uma aliança política com a dinastia Tang, das planícies centrais da China, e intensificaram o intercâmbio econômico e cultural entre as duas nacionalidades.

Os vínculos entre as nacionalidades han e tibetana remontam a tempos muito antigos

O reino de Tubo desapareceu em meados do século IX, quando o rei Langdama foi assassinado por fanáticos religiosos. Durante 400 anos, o planalto tibetano foi sacudido por separatismos e por guerras, com principados e mosteiros lutando entre si. Por coincidência, na mesma época, as planícies centrais e o sul da China eram conflagrados por disputas dinásticas intermináveis. Ainda assim, o intercâmbio entre as duas nacionalidades não se interrompeu, desenvolvendo-se inclusive uma nova modalidade de comércio, a troca de chá chinês por cavalos tibetanos. E quando, no século XIII, o mongol Kublai Khan reunificou a China e fundou a nova e poderosa dinastia Yuan, o Tibete foi incorporado ao Império do Meio como uma de suas províncias. O italiano Marco Polo, que visitou a corte de Kublai Khan e registrou as observações de sua viagem, descreve o Tibete como uma das 12 províncias do império.

O Tibete, parte da China

Desde então, há 700 anos, o Tibete faz parte da China. Assim permaneceu nas dinastias Ming e Qing, que se seguiram. Quando a República foi proclamada, seu primeiro presidente, Sun Yat-sen, declarou no discurso de posse em 1º de janeiro de 1912: "O fundamento desta República baseia-se no povo, que integra todas as zonas hans, manchus, mongóis, huis e tibetanas num único Estado". A República Popular, proclamada em 1949, estendeu o reconhecimento às demais nacionalidades.

A subordinação do Tibete aos sucessivos governos da China, desde

o século XIII, evidencia-se na presença de representantes do poder central em Lhasa; na nomeação e julgamento de funcionários locais; no envio de tropas para defender as fronteiras e manter a ordem interna; na condução centralizada das relações exteriores; na imposição de leis, decretos e regulamentos; na realização de censos demográficos; na cobrança de tributos; nas redefinições de órgãos e divisões administrativas internas. É importante ressaltar também que, desde o século XIII, nenhum país reconhece o Tibete como um Estado separado da China.

Outra prova da incorporação do Tibete à China é a participação de delegados tibetanos em órgãos executivos e legislativos do poder central, desde a dinastia Yuan. O próprio entrelaçamento entre o poder político e o poder religioso no Tibete nasceu com sua integração na China, quando Kublai Khan, para facilitar a pacificação do planalto tibetano, aliou-se com a influente seita budista de Sagya, tendo o cuidado, no entanto, de repartir cargos e títulos equitativamente entre lamas e nobres leigos. Durante a dinastia Ming, cresceu a influência da seita Kargyu, ou Branca, sobrepujada durante a dinastia Qing pela seita Gelug, ou Amarela, quando os abades dos mosteiros de Drepung, em Lhasa, e de Trashilhunpo, em Xigaze, desta seita, tiveram seus títulos e atribuições de Dalai-Lama e de Panchen-Erdeni confirmados pela corte imperial. Finalmente, em meados do século XVIII, a corte Qing determinou que o 7º Dalai-Lama assumisse a liderança do governo local do Tibete. Porque o Dalai-Lama e o Panchen-Erdeni acumulam funções religiosas e políticas, a escolha de seus sucessores passou a depender de confirmação final pelo governo central da China. A escolha e a entronização do atual Dalai-Lama foram confirmadas pelo governo nacionalista da República da China em 1940.

É sabido que a China passou por fases de divisão e enfraquecimento do

poder central, quando os governos locais, não só o do Tibete, adquiriam grande autonomia, muitas vezes estimulados por potências estrangeiras, interessadas em arrebatar fatias do território chinês. Foi assim que a Rússia czarista ocupou uma parte da Mongólia e a dividiu em Mongólia Exterior e Mongólia Interior. Ou que o Japão invadiu a Mandchúria e tentou restabelecer, sob seu controle, a dinastia manchu dos Qing, derrubada pelo movimento republicano. Da mesma forma, a Grã-Bretanha, já senhora da Índia, do Butão, do Sikkim e do Nepal, combinou seus ataques ao litoral chinês com a invasão do Tibete em 1888 e 1903 e com as tentativas de impor à China o Tratado de Lhasa e a Convenção de Simla. A propaganda separatista, tão estridente contra a China, silencia sobre essas agressões britânicas e os saques perpetrados pelas tropas de Sua Majestade, assim como não menciona a tentativa indiana de invocar a Convenção de Simla para arrebatar da soberania chinesa uma parcela do planalto tibetano, o que levou em 1962 a um conflito fronteiriço entre os dois países.

A ocupação britânica do Tibete não vingou, mas a grande potência imperialista arrancou concessões e passou a estimular, entre lamas e nobres tibetanos, um movimento pela "independência", isto é, pela separação do Tibete, para colocá-lo sob controle ocidental. Após a Segunda Guerra Mundial e com o avanço da revolução popular na China, os Estados Unidos aderiram aos intentos britânicos, reforçando o movimento separatista com agentes, armas, treinamento, propaganda e apoio diplomático. O Partido Comunista e o governo popular, instalado em Pequim em 1º de outubro de 1949, tinham o dever, portanto, de concluir a libertação e a reunificação da China, defendendo, como no passado, as fronteiras históricas do país.

Ainda assim, não se pode acusá-los de agir precipitadamente. Entre

outubro de 1949 e outubro de 1950, fizeram repetidas gestões para que o governo local negociasse as condições de libertação pacífica do Tibete. Mas o governo tibetano, dominado pela facção pró-ocidental, preferiu concentrar tropas na margem do rio Jingsha. Diante da intransigência, o governo central determinou que o Exército Popular transpusesse o rio e entrasse no Tibete, travando-se a batalha de Qamdo entre 6 e 24 de outubro de 1950, a única na libertação do Tibete. Derrotadas as tropas locais, o Exército Popular interrompeu seu avanço, enquanto o governo de Pequim insistia nas negociações.

O confronto, no governo e na classe dominante do Tibete, entre a facção pró-ocidental e o setor favorável à negociação se aprofundou, o regente foi afastado, o 14º Dalai-Lama, ainda menor de idade, assumiu a liderança e nomeou negociadores. Em contrapartida, retirou-se para Yadong, na fronteira com a Índia. Alguns meses depois, em 23 de maio de 1951, em Pequim, os delegados dos governos central e local assinaram o Acordo dos 17 Artigos, que reconhecia a unidade da China e a autoridade do governo popular sobre todo o território nacional, mantendo temporariamente os governantes e as instituições do Tibete até que fosse negociada a reforma democrática pacífica da região. Em 24 de outubro de 1951, o 14º Dalai-Lama telegrafou ao presidente Mao Zedong, aprovando pessoalmente o acordo, e retornou a Lhasa. O Exército Popular entrou na capital tibetana em 26 de outubro de 1951, após o regresso do Dalai-Lama e com seu consentimento. O montanhista austríaco e militante nazista Heinrich Harrer, autor de *Sete anos no Tibete*, geralmente muito tendencioso em seus relatos, reconhece: "Deve-se dizer que durante essa guerra as tropas chinesas se mostraram disciplinadas e tolerantes e os tibetanos que foram capturados e

depois libertados diziam que haviam sido bem tratados."

Em 1954, o 14º Dalai-Lama participou da primeira Assembléia Nacional Popular da China, que elaborou a Constituição da República Popular, tendo sido eleito um dos vice-presidentes do Comitê Permanente dessa Assembléia. Na ocasião, pronunciou um discurso afirmando: "Os rumores de que o Partido Comunista da China e o governo popular central arruinariam a religião no Tibete, foram refutados. O povo tibetano tem gozado de liberdade em suas crenças religiosas." Em 1956, assumiu a presidência do comitê provisório encarregado de organizar a região autônoma do Tibete. As relações entre os governos central e local estavam, portanto, normalizadas.

O levante contra a reforma democrática

O conflito ressurgiu quando se cogitou em promover a reforma democrática do Tibete, separando a religião do Estado, abolindo a servidão rural e a escravidão doméstica e redistribuindo a propriedade das terras e dos rebanhos, monopolizada pela aristocracia civil e pelos mosteiros. A facção pró-ocidental, aproveitando-se da insatisfação entre lamas e nobres, retomou a ofensiva. Agitando as bandeiras separatista e religiosa, e apoiada pela CIA cada vez mais desinibidamente, como hoje se reconhece, essa facção fundou uma organização política, a "Quatro Rios e Seis Montanhas", e uma organização militar, o "Exército de Defesa da Religião", e iniciou em 1956 ataques armados a funcionários e prédios públicos, a obras de infra-estrutura e até mesmo a tibetanos que apoiassem o movimento democratizador.

Reagindo com prudência, o governo central propôs adiar a reforma democrática, até que se chegasse a um acordo satisfatório sobre prazos e requisitos para sua implementação. Mas a facção contra-revolucionária intensificou os ataques e, aproveitando-se de

um festival religioso em Lhasa, desfechou uma insurreição na capital em 10 de março de 1959, retirou o Dalai-Lama para a Índia e generalizou os conflitos. O governo central considerou, então, rompido o acordo de 1951, destituiu o governo teocrático, transferiu suas atribuições para o Comitê Organizador da Região Autônoma e determinou ao Exército Popular que restabelecesse a ordem no planalto.

A guerra que se seguiu, entre 1959 e 1961, não se travou entre dois países, mas entre duas coalizões sociais. De um lado, as forças imperialistas, interessadas na divisão da China, e a facção de lamas e nobres empenhados na preservação do regime teocrático-feudal; de outro lado, o governo popular central e os monges, nobres, servos e escravos comprometidos com a unidade nacional da China e com a reforma democrática do Tibete. Não foi uma guerra nacional, nem religiosa, mas um conflito semelhante à guerra civil que opôs, nos Estados Unidos, o Norte abolicionista ao Sul escravocrata. Ninguém recusa ao governo de Washington o direito de ter recorrido às armas para salvaguardar a unidade nacional e garantir o fim da escravidão.

Muitos têm dificuldade para entender a natureza social do conflito, porque não

Mas, ainda em 1959, os lamas da camada superior, os nobres leigos e seus agentes representavam 5% da população; os servos e os escravos correspondiam a 95%. Os primeiros, especialmente os membros das 400 famílias mais importantes, viviam no fausto; a maioria dos lavradores, pastores e serviçais sobrevivia em extrema penúria. O contraste entre ricos e pobres penetrava nos próprios mosteiros, conforme descreve uma testemunha insuspeita, o 14º Dalai-Lama, em sua autobiografia.

Das terras agricultáveis, segundo levantamento de junho de 1959, o governo local detinha e administrava diretamente 38,9%; os mosteiros, 36,8%; os aristocratas leigos, 24%. A pequenos camponeses cabiam os 0,3% restantes. Os nobres e os mosteiros possuíam também a maior parte dos rebanhos. Para lavar as terras e cuidar dos rebanhos, nobres, mosteiros e funcionários recorriam ao trabalho de servos.

Para ter acesso à terra arável e às pastagens, os servos, 90% da população, eram forçados a pagar aos nobres e mosteiros uma renda, principalmente sob a forma de corvéia ou renda em trabalho, secundariamente sob a forma de renda em produtos, e às vezes em dinheiro. Arcavam também com pesados tributos e taxas, pagos em serviços e em

domésticos e públicos mais pesados, como a limpeza, o despejo de fezes, o transporte de carga e o transporte de nobres e funcionários, em liteiras ou nas próprias costas. Os filhos dos servos e escravos não eram registrados em cartórios públicos, mas nos livros de seus senhores, a quem competia também autorizar os casamentos. Servos e escravos podiam ser trocados, doados, emprestados ou mesmo vendidos. Para os pobres, não havia hospitais, nem escolas. As guerras e epidemias dizimaram a população.

As leis confirmavam essa estrutura desigual, dividindo a população em três estratos e nove graus, com direitos e deveres distintos. Não havia, portanto, igualdade jurídica, nem mesmo para as mulheres do estrato dominante. Se um nobre matava um servo ou um escravo, pagava uma indenização. Mas, para servos e escravos que agredissem um nobre ou furtassem um bem, os códigos previam penas cruéis, como espancamentos brutais, mutilação de mãos ou pés, extração dos olhos. Até entre os monges, a disciplina era mantida à custa de chicotes e surras, como relata o Dalai-Lama em sua autobiografia. Além de uma prisão pública e precária em Lhasa, havia guardas, tribunais e cárceres privados nos mosteiros e nas grandes propriedades.

Os monges da camada superior e os nobres mais influentes monopolizavam os direitos políticos. O Dalai-Lama encabeçava o governo desde meados do século XVIII. Os demais cargos eram repartidos entre lamas e nobres leigos. A Seita Amarela, do Dalai-Lama, era privilegiada em relação às demais seitas e o budismo tibetano, em relação às demais religiões.

O Tibete antigo não tinha nada de idílico, portanto. É espantoso que se invoquem os "direitos humanos" para defender esse regime opressivo e cruel, em que a maioria da população, formada por servos e escravos, não gozava de liberdade pessoal, nem dispunha de qualquer direito político.

Quem investiga com isenção, não pode deixar de reconhecer os avanços políticos, econômicos e culturais obtidos com a libertação e a reforma do Tibete nas últimas décadas

prestam atenção no regime político-econômico que vigorava no Tibete e nas áreas tibetanas das províncias vizinhas. Aliás, o 14º Dalai-Lama e seus adeptos falam o menos possível do regime antigo. O feudalismo se generalizou após o colapso do reino de Tubo, em meados do século IX; a teocracia budista se consolidou em meados do século XVIII.

dinheiro. Sem recursos suficientes, endividavam-se com os nobres e, principalmente, com os mosteiros, pagando elevados juros. Se morriam sem saldar a dívida, ela passava aos descendentes ou aos vizinhos.

Para os escravos, 5% da população, provavelmente uma sobrevivência do passado pré-feudal, ficavam os serviços

A unidade, garantia do avanço

Rompido o acordo de 1951 pelo 14º Dalai-Lama e seus adeptos separatistas, o governo central aboliu o regime teocrático, revogou as leis e códigos desiguais, fechou os tribunais e cárceres privados, emancipou os servos e os escravos, cancelou as dívidas que os sufocavam e procedeu à redistribuição gradativa e cuidadosa das terras e dos rebanhos, indenizando os proprietários que apoiassem a reforma democrática. Restabelecida a ordem e concluída a reforma agrária, foi iniciada a implantação do sistema de assembleias e comitês populares, com a eleição das assembleias distritais em 1964. Estas elegeram as assembleias municipais, que por sua vez escolheram a Assembleia Regional Popular em 1965, instituindo-se a Região Autônoma do Tibete. Dos 301 delegados à primeira assembleia, 226 eram tibetanos, a maioria servos e escravos emancipados, mas havia também monges, ex-nobres patriotas e, pela primeira vez em cargos públicos, mulheres. Desde então, a Região Autônoma do Tibete já teve quatro presidentes leigos, todos tibetanos.

Os erros cometidos pela chamada Revolução Cultural entre 1966 e 1976, no Tibete como em toda a China, suscitaram novos atritos, de que se aproveitaram os separatistas para promover distúrbios violentos em Lhasa, entre 1987 e 1989, numa iniciativa orquestrada com as manifestações antigovernamentais em Pequim e com a crise dos países socialistas na Europa Oriental. Mas o Partido Comunista e o governo popular da China venceram essas duras provas, preservando as conquistas revolucionárias, corrigindo os erros e restabelecendo as políticas de liberdade religiosa, de frente única com todos os setores patrióticos e de respeito mútuo entre as nacionalidades. É claro que a China ainda é um país pobre e que o Tibete é uma de suas regiões menos desenvolvidas. É indiscutível também que ainda existe muito que aprender no aprimoramento das democracias socialistas e no desafio de conjugar a

preservação das culturas tradicionais com o desenvolvimento de culturas novas e progressistas. Contudo, quem investiga com isenção, não pode deixar de reconhecer os avanços políticos, econômicos e culturais obtidos com a libertação e a reforma do Tibete nas últimas décadas.

Essa experiência positiva, contraposta ao colapso da União Soviética e ao dilaceramento da Iugoslávia, confirma que a união, não a divisão, é que pode assegurar o desenvolvimento conjunto das nacionalidades integrantes de países como a China. Rompida a unidade, abandonado o caminho socialista, na União Soviética e na Iugoslávia, perderam-se também as conquistas democráticas, reacenderam-se as chamadas de conflitos étnicos e religiosos, reabriu-se o perigo de propagação de guerras devastadoras.

Certo estava o 9º Panchen Erdeni, o segundo lama na hierarquia do budismo tibetano, quando escreveu em 1929: "Por suas relações históricas e geográficas, nem o Tibete pode ser independente da China, nem a China do Tibete. Assim, ambos serão beneficiados se permanecerem unidos, enquanto a separação prejudicará a ambos."

Duarte Pereira é jornalista.

Bibliografia

DALAI-LAMA, *Liberdade no exílio: uma autobiografia*, trad. Raul de Sá Barbosa, S. Paulo, Siciliano, 1992.
HEINRICH HARRER, *Sete anos no Tibete*, trad. Betina Becker, P. Alegre, L&PM, 1997.
CD, *Sacred Tibetan Chants*, "Introduction", from the Great Prayer Festival, by Monks of the Drepung Loseling Monastery, recorded December 30, 1991, at Clapp Recital Hall, University of Iowa, Berkeley, USA, 1992.
FOLHA DE S. PAULO, *Nova Enciclopédia Ilustrada Folha*, com o melhor das enciclopédias Larousse, Cambridge, Oxford e Webster, S. Paulo, 1996, 2 vols., vários verbetes.

VÁRIOS AUTORES, *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*, S. Paulo, Editora Nova Cultural, 1998, 24 vols., vários verbetes.

GEOFFREY BARRACLOUGH e GEOFFREY PARKER

(editores), *Atlas da História do Mundo*, The Times Books & Folha de S. Paulo, 1995.

FOLHA DE S. PAULO, *Atlas Geográfico Mundial*, copyright Times Books and Bartholomew, 1993; Folha de S. Paulo, S. Paulo, 1994.

SIREN & GEWANG, *The 14th Dalai Lama*, Beijing, China Intercontinental Press, 1997.

WANG JIAWEI & NYIMA GYAINCAIN, *The Historical Status of China's Tibet*, Beijing, China Intercontinental Press, 1995.

JIN HUI et alii, *Social History of Tibet, China – Documented and Illustrated*, Beijing, China Intercontinental Press, 1997.

SHAN ZHOU, *Reencarnación del Bainqen – La búsqueda, la confirmación y la entronización del Bainqen Erdeni XI*, Beijing, China Intercontinental Press, 1996.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, *Tibete da China*, folheto, S. Paulo, 1990.

OFICINA DE INFORMACIÓN DEL CONSEJO DE ESTADO, *Tibet: Pertenencia y Situación de Derechos Humanos*, Beijing, China, 1992.

ZHONG ZHANGWEN, *China's Tibet*, illust., Beijing, China intercontinental Press, 1995.

ZHONG QUAN, *Figures and Facts on the Population of Tibet*, Beijing, New Star Publishers, 1991.

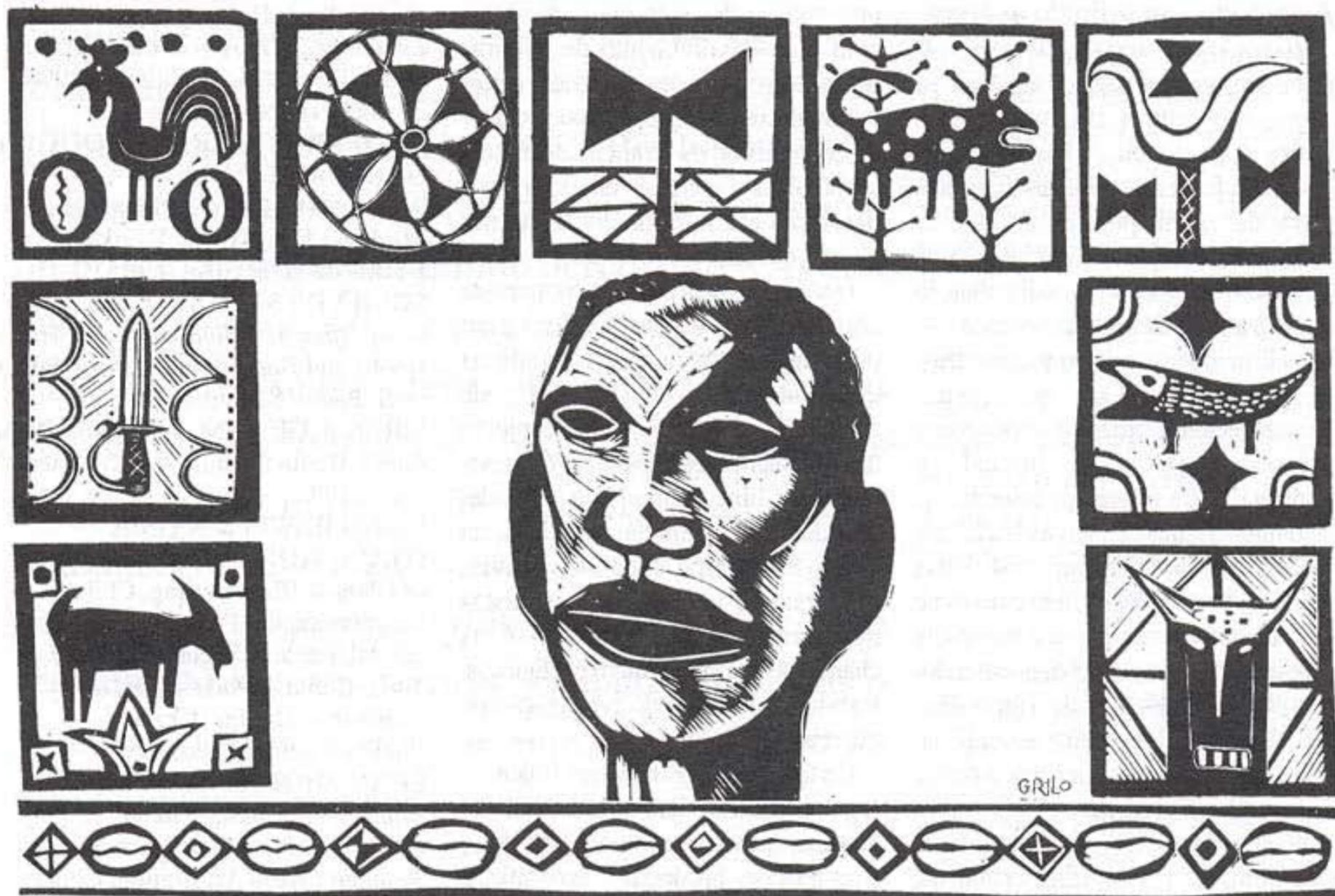
JIA REN, *The New Development of Tibetan Culture*, Beijing, New Star Publishers, 1991.

YUAN SHAN, *The Dalai Lama and the Seventeen-Article Agreement*, Beijing, New Star Publishers, 1991.

JIN ZHU, *Is Tibet the Last "Shangri-La"?*, Beijing, New Star Publishers, 1991.

JING WEI, *100 Questions about Tibet*, Beijing Review Press, 1989.

BEIJING REVIEW & CHINA'S TIBET, *Tibet: from 1951 to 1991*, compiled, Beijing, New Star Publishers, 1991.



Para os conservadores, o problema é o povo

Visões da história
(segunda parte)

JOSÉ CARLOS RUY

Com Oliveira Vianna, a interpretação elitista da história do Brasil degenera em mera apologia, que justificou as ditaduras do Estado Novo e de 1964

Antes de entrar propriamente na análise das concepções dos escritores que surgiram após 1930, cujas idéias hoje são hegemônicas entre os historiadores, é conveniente olhar em detalhe o rumo tomado pela interpretação conservadora, em reação às mudanças preconizadas por homens como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Silvio Romero, e os demais que, a seu tempo, enfrentaram a tarefa de reconciliar a arte de escrever a história do Brasil com o povo e o país. Além de reagir aos avanços teóricos que estes escritores representavam, essa interpretação refletia também a reação ideológica dos setores conservadores às mudanças sociais que ocorriam no país, e que ameaçavam o domínio exclusivo da oligarquia agro-mercantil.

O ponto de vista conservador não fora completamente derrotado, e manifestou-se principalmente na obra de Francisco José Oliveira Viana, cujas concepções atravessaram o século, inspirando as ditaduras do Estado Novo (1937/1945) e dos generais presidentes (após 1964). Influíram nas idéias do principal ideólogo do golpe militar de 1964 e dos governos que o seguiram, Golbery do Couto e Silva, e continuam vivas na mente de grande parte da elite brasileira. A interpretação conservadora seguiu, para sobreviver, trajetória inversa ao rumo apontado por aquela geração renovadora, e degenerou em apologia aberta da oligarquia latifundiária.

O ponto de vista elitista, herdado de Varnhagen, modificou-se, adaptou-se aos novos tempos da República, mantendo seu traço essencial: o culto da razão de Estado e da ação das classes dominantes como principais agentes

das transformações sociais e políticas. Embalado pela sociologia da época, pelas idéias racistas que eram apresentadas como ciência, Oliveira Viana produziu uma extensa obra que procura fundamentar, em bases políticas, econômicas e sociais, a história da sociedade brasileira, e apresentar o domínio da oligarquia latifundiária como “natural”.

Dando ênfase ao patriarcalismo, ressaltou e defendeu a ação da classe dominante, da cúpula da burocracia estatal e das elites urbanas, na formação social brasileira. E, embora fosse ele próprio mulato, considerava defeituosa e inadequada a formação racial de nosso povo, devido à enorme presença nela do negro, do índio e dos mestiços.

Oliveira Viana descreveu um Brasil fictício, onde a elite branca, “ariana”, era tudo, e o povo, descendente do cruzamento da minoria européia com índios e africanos, era o problema. Mas,

de maneira perversa, Oliveira Viana era otimista e – ao contrário da imensa maioria dos pensadores de seu tempo – pensava que os problemas do Brasil seriam resolvidos se duas condições fossem satisfeitas: primeira, que a elite, tendo sido educada para isso, cumpra seu papel civilizatório; segundo, que no processo de mestiçagem, os mestiços “superiores” assimilassem os valores culturais do segmento branco, e os negros, índios e mestiços “inferiores” fossem, naturalmente, eliminados.

Pensando que a ciência social deve estar ligada à atividade política, Oliveira Viana escreveu em *Evolução do Povo Brasileiro*, publicado em 1922, que somente o estudo do “nosso povo, em todos os seus aspectos”, pode fornecer os dados concretos “para um programa nacional de reformas políticas e sociais, sobre cujo êxito poderemos contar com segurança”. (Viana, 1933) Ele promete uma análise científica, mas o resultado é a apologia das elites e dos direitos do segmento da população portador de pele clara ao domínio sobre os demais. Os valores e dados concretos de nosso povo, a que se refere, revelam-se, em seu estudo, como os preconceitos de classe e de raça da elite brasileira, preconceitos que ele apresenta como os traços específicos que distinguem os brasileiros dos demais povos. Após 1930, Oliveira Viana teve a chance de colocar em prática suas idéias; foi consultor do Ministério do Trabalho (1932 a 1940), tendo enorme influência na legislação trabalhista, previdenciária e sindical elaborada por Getúlio Vargas.

Considerado por alguns como “liberal autoritário” e por outros como inspirador de um autoritarismo instrumental, Oliveira Viana está, em nosso tempo, em grande parte desacreditado pelos cientistas sociais. Mas, apesar do anacronismo de sua obra, muitas de suas idéias continuam vivas. A principal delas diz que, devido à natureza intrínseca-

mente patriarcal e oligárquica de nossa sociedade, a democracia liberal não pode desenvolver-se aqui. É necessária então a intervenção autoritária do Estado para modernizar as oligarquias e criar as condições que levem ao aparecimento, na sociedade, do conjunto de interesses diversificados que formam a base da democracia. Ao Estado e à elite, tornada “esclarecida”, cabem então a tarefa de “educar” as massas, “despreparadas”, para a democracia.

Ele foi, talvez, o autor de maior prestígio nas primeiras décadas do século XX, sendo sua obra a referência principal para os autores que, a partir dos anos 30, produziram uma revisão radical na maneira de se encarar o passado brasileiro. Entretanto, trata-se de uma obra erigida sobre bases muito frágeis, muitas vezes fantasiosas, claramente anacrônica. Mas, como ensina Hobsbawn, “o abuso ideológico mais comum da história baseia-se antes em anacronismos que em mentiras”, sobre o qual são construídos os mitos e invenções essenciais à política de identidade que permite a distinção, dentro da sociedade, de grupos que se pretendem superiores ou buscam, na história, legitimar seus interesses, privilégios e domínio de classe. (Hobsbawn, 1998)

O elitismo de Oliveira Viana é um exemplo desse abuso ideológico. Para elaborar uma visão de mundo adequada à elite latifundiária e

tese de que o “traço fundamental da nossa psicologia nacional” é rural. O brasileiro é, e “sempre se afirma, um homem do campo, à maneira antiga. O instinto urbano não está na sua índole, nem as maneiras e os hábitos urbanos”. (Viana, 1973)

Essa falsificação traduziu-se na ficção de que a elite colonial criou, em Pernambuco e São Paulo, pelo menos, um “recanto de corte européia transplantada para o meio da selvageria americana”, marcada por um “fausto espantoso”, “maravilhoso luxo”, “bom tom” e “elegância”. Caracterizaram-se ainda, aqueles colonizadores, por “bem falar” e “bem escrever”. (Viana, 1973)

A mentira desta tese não demorou a ser desmascarada. Já em 1929 foi publicado o livro clássico onde Alcântara Machado, examinando inventários e testamentos paulistas dos séculos XVII e XVIII, demonstrou a pobreza material e cultural em que se vivia na São Paulo de então. (Machado, 1972) Quanto à civilidade, ao bem falar e bem escrever, há o depoimento do bispo de Pernambuco, D. Francisco de Lima, às vésperas do século XVIII, sobre Domingos Jorge Velho, o capitão de mato paulista que havia destruído o Quilombo de Palmares. É “um dos maiores selvagens com que tenho topado”, “que nem falar sabe”, disse o prelado, declarando que precisou de “língua” (isto é, intérprete) para falar com aquele cabo

tinha então dos paulistas, cujos hábitos, comportamento e a própria língua que falavam (não se pode esquecer que o idioma dominante em São Paulo até meados do século XVIII era o *nheengatu*, derivado do tupi) desmentem a imagem idílica criada por Oliveira Viana para descrever a elite colonial.

O principal fundamento do elitismo de Oliveira Viana era o culto à raça branca, a idéia de que o “ariano” era o tipo humano superior. Assim, ele falsificou até mesmo a descrição física de seus heróis míticos, sendo o autor da tese de que os bandeirantes seriam “arianos” puros, “dólico-louros”, descendentes em linha reta e racialmente pura da nobreza portuguesa que se fixou em São Paulo no século XVI. (Viana, 1933 e 1973) Essa história de ariano, de dólico-louro, é uma bobagem criada pelos teóricos racistas do século XIX e começo do século XX, cujas conseqüências trágicas tiveram o auge na perseguição nazista contra aqueles que eram considerados racialmente inferiores. E que, ainda em nossos dias, encontra seguidores entre os partidários da supremacia das populações de pele e cabelos claros, sobre as demais, de pele e cabelos escuros e cujos crânio, nariz e olhos tem outros formatos.

Quando diz que o bandeirante era ariano, Oliveira Viana adota, em sua tese enganosa, outra mentira, a da pureza étnica da gente paulista, ignorando uma das mais antigas evidências históricas sobre o planalto paulista onde, como em toda a colônia, ocorreu intensa mestiçagem entre europeus e a população autóctone, mestiçagem referida já nas primeiras cartas dos jesuítas, em meados do século XVI.

A defesa radical do arianismo – só compreensível em autor mulato como Oliveira Viana devido à sua posição de abastado latifundiário, exemplo do dito segundo o qual, no Brasil, o dinheiro branqueia – leva-nos ao cerne da visão

Oliveira Viana descreveu um Brasil

fictício, dominado pela elite ‘ariana’

mercantil, ele deformou fatos e criou lendas. Diante da ciência social de sua época, diz Dante Moreira Leite, ele foi um “retardatário”, e sua obra “satisfazia os pruridos de nobreza rural de parte da população brasileira”. (Leite, 1983) Ruralista, ele parte da

de guerra. (Ennes, 1938)

Embora o bispo possa ter exagerado (mesmo porque existem documentos de próprio punho de Domingos Jorge Velho, escritos em português e transcritos por Ernesto Ennes), esse depoimento revela o conceito que se

de Brasil deste autor: a idéia de que o povo é o problema. Seu desprezo pelo povo foi ressaltado por Nelson Werneck Sodré ao relacionar alguns dos adjetivos que empregou para descrevê-lo: “desclassificados”, “massa de mestiços ociosos e inúteis”, “madracaria perigosa” (Sodré, 1965), cuja predominância na população Viana encara como a razão do atraso do país. Nosso povo, diz, é formado por duas raças bárbaras, a negra e a vermelha, dominadas por uma “aristocracia de dólicos-louros”. (Viana, 1933) E, acredita, os negros, “de *facies troglodíticas*”, nunca poderão “assimilar completamente a cultura ariana, mesmo os seus exemplos mais elevados”. E o índio tem “capacidade ainda menor” de alcançar aquele ideal de civilização. (Viana, 1933)

Conseqüente com essa bobagem, Oliveira Viana condenou a abolição dos escravos por ter desorganizado o povo e retardado a eliminação do negro na população brasileira. A disciplina das senzalas, escreveu, mantinha-os “dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade”, outra falsidade só compreensível nos apologistas que dizem que a escravidão teria sido, no Brasil, benigna, e seu jugo, suave. Com o fim da ordem senhorial, após o 13 de maio, os ex-escravos, “entregues, em massa, à sua própria direção”, decaíram, chegando “progressivamente à situação abastardada em que os vemos hoje”. (Viana, 1933)

Essa degradação dos antigos escravos, escreveu em *O ocaso do Império* (de 1925), “mostra que o regime de escravidão não era tão bárbaro e desumano como fizeram crer o romantismo filantrópico dos abolicionistas”. (citado por Rodrigues, 1988⁹) Ele acha que o fim da escravidão foi um prejuízo para o país, levando-o a uma “fase de desorganização profunda e geral, sem paralelo em toda a sua história. Todas as diretrizes da nossa evolução coletiva se acham”, desde

então, “completamente quebradas e desviadas”. (Viana, 1973)

Outro grande malefício da abolição, em sua opinião, foi retardar o branqueamento da população, imperativo étnico que o leva à tese claramente genocida que desmente a alegação da benignidade da escravidão

Para Oliveira Viana, a abolição da escravidão significou uma desorganização profunda e geral do país, cujas diretrizes, desde então, ficaram ‘completamente quebradas e desviadas’

e completa a insânia pré-nazista com a defesa tranqüila, “científica”, do aniquilamento dos negros e seus descendentes, que ocorria sob a escravidão. “Pode-se dizer”, escreveu, “que a lei da abolição de 1888 concorre para retardar a eliminação do *H. afer* em nosso país – porque, não há dúvida que, conservado em escravidão, ele teria desaparecido mais rapidamente”. (Viana, 1933)

Se o problema é o povo, quem o salva é a elite, diz. Repetindo, à sua maneira, a tese de Varnhagen de que a nação brasileira foi uma doação da Casa de Bragança, diz que o desmembramento do país, após a Independência, só foi evitado pelo “acidente feliz da presença, no Rio, de um rei”. (Viana, 1973)

A “ação civilizadora” da elite sobre a “ralé”, pensa, se exerceu de maneira suave. A história de nosso país se distingue da das demais nações pelas qualidades dessa elite, cuja bonomia e patriarcalismo tendem à acomodação e não ao conflito ou repressão aguda. Assim, outra tese fundamental de Oliveira Viana diz que, em nossa história, as relações entre as classes sempre foram harmônicas. “Nunca

tivemos aristocracia de raça”; “nunca tivemos aristocracia de castas ou de classes”. Garante, ao contrário, que no Brasil, o lavrador, “nosso despreocupado foreiro”, nunca vê “o grande senhor rural” como “seu inimigo, o seu antagonista, o seu opressor”, mas como “seu protetor”. (Viana, 1973)

Prosseguindo nessa apologética descrição das relações de poder no Brasil, fala na “singular ausência de tiranos opressores e cruéis”, na “carência de conflito de classes ou de raças”, na “tranqüilidade” e na “moderação” que “caracterizou a nossa história política”. (Viana, 1973)

Resultado: não há luta de classes no Brasil. E “em nossa história, tais conflitos são raríssimos. Quando surgem, apresentam invariavelmente um caráter efêmero, ocasional, descontínuo, local”. (Viana, 1973)

Em sua fantasiosa reconstrução da formação da elite latifundiária brasileira, em *Populações meridionais do Brasil*, Oliveira Viana diz que houve uma involução, ao longo dos séculos, e aquela elite culta, rica, letrada, sofisticada e urbana transformou-se – ao se fixar em suas fazendas – em uma oligarquia agrária bronca que, apesar disso, era herdeira dos valores e qualidades “arianas” que a faziam naturalmente superior, e da missão civilizadora de seus antepassados.

Em conseqüência, escreveu em *Instituições políticas brasileiras* (de 1949), que a única forma de democracia

possível no Brasil é o “governo dos melhores”, (citado por Tavares, 1979) como na Atenas da antigüidade . O Império brasileiro foi um governo daquele tipo, poderíamos completar – uma democracia de senhores de terras e escravos que subordinava a imensa massa de cativos. Esta idéia de “governo dos melhores” não foi estranha à ditadura do Estado novo, regime do qual Oliveira Viana foi ideólogo e funcionário destacado, nem à ditadura militar de 1964, cujo principal ideólogo, Golbery do Couto e Silva era um descendente intelectual de Oliveira Viana, como veremos mais adiante.

Assim, escreveu Oliveira Viana, “o problema não é acabar com as oligarquias”, mas “transformá-las, fazendo-as passarem da sua atual condição de oligarquias brancas para uma nova condição – de oligarquias esclarecidas”. (citado por Tavares,

transição da estrutura *tradicional* para a *moderna*”, um argumento muito próximo daquele de Oliveira Viana, que pretendia transformar as oligarquias “brancas” em “esclarecidas”.

Quase 30 anos depois de ter escrito aquele artigo, Fernando Henrique Cardoso aliou-se àquelas oligarquias tradicionais, alojadas no Partido da Frente Liberal, transformando em prática aquilo que havia formulado no plano da teoria – e os resultados são os que vemos hoje, com o país em uma crise de profundidade inaudita, com crescimento da miséria, da pobreza e da exclusão social, ao mesmo tempo que aquelas oligarquias se locupletam pilhando o patrimônio público e a submissão ao imperialismo volta a níveis coloniais.

Apesar de anacrônico e claramente superado pela ciência social mais avançada, a avaliação detalhada das idéias de Oliveira Viana justifica-se

sociedade agregando a ela o sujeito dessa ação, as Forças Armadas, capazes de evitar que o processo de mudança transborde dos limites considerados seguros pela elite. Em sua famosa palestra na Escola Superior de Guerra, em julho de 1980, Golbery foi pródigo em elogios a Oliveira Viana: “mestre”, “grande sociólogo e politicólogo”, em cuja “lição magistral”, registrada em *Evolução do Povo Brasileiro*, baseia sua tese de que a história do Brasil oscila, desde a origem, entre centralização e descentralização – as sístoles e diástoles da pretenciosa metáfora cardíaca que Golbery usou para descrever nossa história política e justificar as ditaduras. (Silva, 1981)

No final dos anos 50 o projeto de Golbery para o Brasil era claro: garantir as linhas essenciais do desenvolvimento do país seguidas até então, a manutenção do capitalismo e o alinhamento automático com o Ocidente – isto é, os EUA – na política externa. Em 1967, Golbery reuniu os textos de seus cursos na Escola Superior de Guerra, entre 1952 e 1960, no livro *Geopolítica do Brasil*, um dos mais influentes no pensamento conservador dos anos do regime militar. Atento às transformações de classes na sociedade brasileira, viu na crescente urbanização do país a superação das “velhas e orgulhosas aristocracias rurais”, ultrapassadas por “novas elites – a burguesia comercial, os ‘bacharéis’, os barões industriais”–, cujo domínio ainda não se consolidara nem chegara a “firmar-se solidamente no usufruto remansoso das posições conquistadas, em face das pressões novas que lhes chegam de baixo, agressivas e arregimentadas”, tudo isso apontando “no sentido de uma democratização efetiva da vida política nacional”. Ideólogo da modernização conservadora, autoritária, Golbery preo-

*Outro efeito da abolição foi retardar a
 eliminação do negro em nosso país –
 “porque, não há dúvida que, conservado
 em escravidão, ele teria desaparecido
 mais rapidamente”*

1979) Esta é uma tese de amplo curso na história intelectual do Brasil moderno, influenciando não apenas o pensamento claramente conservador, mas também o pensamento reformista que, como o de Fernando Henrique Cardoso, militou na oposição à ditadura militar de 1964. Num artigo escrito em 1965 (Cardoso, 1969), ele fala na “permeabilidade das classes dominantes tradicionais aos efeitos da transformação social” e que o fato da fazenda ter sido, em sua opinião, capitalista desde o início “facilitou a

pela influência que elas tiveram e ainda têm. Ele próprio foi um dos ideólogos da ditadura do Estado Novo (1937-1945), e sua obra, mais tarde, forneceu argumentos teóricos e encontrou seguidores entre ideólogos autoritários, como Golbery do Couto e Silva, mentor do golpe militar de 1964 e da ditadura militar que nasceu dele.

Solidamente enraizado no pensamento conservador de Oliveira Viana, Golbery desenvolveu a noção de que é o Estado que deve capitanear a

nizava assim o desenvolvimento capitalista do país e sua articulação dependente à zona de influência dos EUA. Esse desenvolvimento precisava ser protegido, e a democracia só poderia surgir depois que o povo fosse “educado” para ela e ficasse imune aos excessos da luta de classes e à influência ideológica do bloco contrário, o bloco soviético. Adaptando as teses de seus antepassados ideológicos a um período de nossa história onde a presença da classe operária no cenário político era mais nítida e consistente, Golbery compreendia que os conflitos sociais se agravavam no país. Nesse quadro (o texto foi escrito em 1959), identificava ameaças de agudização do “problema social, pela cristalização de classes bem diferenciadas e cada vez mais conscientes de sua existência como grupos em oposição ou ferrenha concorrência”. (Silva, 1981) Conservador consequente e fiel à sua tradição, Golbery encara os movimentos sociais de contestação como basicamente inspirados pelos países comunistas, e não decorrentes das contradições sociais presentes no interior da sociedade brasileira. Afinal, acreditava – como seus antepassados ideológicos – que a luta de classes é estranha à alma nacional, e trazida de fora pelos que seguem a orientação de uma potência estrangeira, no caso a URSS.

Ele registrou, nesse livro, o programa de modernização conservadora que seria seguido pelos generais do regime de 1964, aqueles que, imaginava, seriam os “objetivos nacionais permanentes”: a salvaguarda de nossa independência, admitidas autolimitações “em benefício da cooperação e da paz internacionais”; a manutenção da democracia burguesa; garantia das liberdades regionais e da autonomia local;



Oliveira Viana

“consolidação da unidade do grupo nacional, através de crescente integração social, com fundamentação nos princípios da justiça social e da moral cristã”; a integração de todo o território nacional; o desenvolvimento equilibrado da economia, “garantindo-se o grau de autosuficiência realmente indispensável ao pleno exercício da própria soberania nacional”; a manutenção do status do Brasil na América do Sul, contra governos ou iniciativas regionais que ameacem a “paz no continente”; solidariedade e cooperação entre os povos das

Oliveira Viana:

“O problema não é acabar com as oligarquias, mas educá-las”

Américas; fortalecimento do prestígio nacional no exterior.

Também define com clareza o nacionalismo da direita militar, para o qual ser nacionalista é sobrepor “a quaisquer interesses outros, individuais ou de facções ou de grupos, a quaisquer vantagens regionalistas ou paroquiais, os verdadeiros interesses da nacionalidade”, é estar sempre pronto a sacrificar qualquer doutrina, teoria, ideologia, sentimentos, paixões, ideais e valores, que se “evidenciem nocivos” e “incompatíveis ante a lealdade suprema que se deve dedicar, sobretudo, à nação”. O nacionalismo, assim, é “um absoluto, em si mesmo um fim último”. Contrapõe essa concepção de nacionalismo ao apregoado, com “virulência” e “desfaçatez”, pelos comunistas – nacionalismo que “se reconhece e proclama a si mesmo muito mais classista” do que nacionalista, “o pseudonacionalismo que, na verdade, é, antes de tudo, muito mais partidista e sectário do que até mesmo classista”. (Silva, 1981)

Depois da tomada do poder, em 1964, esse nacionalismo conservador de direita revelou seu verdadeiro caráter ao traduzir-se na ideologia do *Brasil Grande* dos generais, na doutrina de segurança nacional que tantos males causou à democracia em nosso país, e na doutrina da interdependência que levou ao alinhamento automático e subordinado do Brasil no bloco ocidental liderado pelos EUA.

Golbery baseava seu diagnóstico conservador na identificação de um antagonismo “entre o Ocidente Cristão e o Oriente Comunista” e sua defesa veemente e apaixonada do “Ocidente”: “O Ocidente que se pode de fato distinguir, nitidamente, de tantas outras civilizações e culturas, dotado de uma individualidade

própria, original, e marcadamente caracterizada, é para nós o Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como programa". Entre o Ocidente e o Oriente, a convivência era balizada por dois extremos, a guerra fria ("a única paz possível") e a "guerra no seu máximo de violência". Entre estes dois extremos, situou a guerra subversiva ou insurrecional; a guerra localizada, limitada; a guerra localizada, total; a guerra geral. Há, assim, entre os dois blocos, um estado de guerra permanente. Nessa linha, e aparentemente defendendo a soberania nacional, Golbery diz que – hoje – a

Como Oliveira Viana, Golbery foi um ideólogo conservador voltado para a ação, e sua obra reflete isso, não apenas na interpretação da história mas também na proposição de um programa para o país e de uma estratégia para colocá-lo em prática. O cerne desse pensamento é o anti-comunismo extremado, justificação teórica que, adaptada a um tempo de luta de classes aberta e aguda, vai além do racismo pré-nazista de Oliveira Viana e traduz-se em uma ideologia mobilizadora das classes dominantes para impor e manter seu domínio sobre a sociedade. Segundo esse pensamento, as dificuldades da

a sistematização de uma visão da história do país que, pretendendo ser científica, é mera recompilação dos preconceitos de classe e de raça da elite brasileira.

José Carlos Ruy é jornalista.

Bibliografia

- CARDOSO, Fernando Henrique
1969: "Os agentes sociais de mudança e conservação na América Latina", in *Mudanças sociais na América Latina*, Difel, SP.
- ENNES, Ernesto
1938: *As guerras dos Palmares*, Cia Editora Nacional, SP.
- HOBBSBORN, Eric
1998: *Sobre história*, Cia das Letras, SP.
- LEITE, Dante Moreira
1983: *O caráter nacional brasileiro - história de uma ideologia*, Pioneira, SP, (1a. Edição: 1954).
- MACHADO, José de Alcântara
1972: *Vida e morte do bandeirante*, Livraria Martins Editora, SP, (1a edição: 1929).
- RODRIGUES, José Honório
1988a: *História da História do Brasil*, V. II, tomo 2, *A metafísica do latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Viana*, Cia Editora Nacional, SP.
- SILVA, Golbery do Couto e
1981: *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*, José Olympio, RJ (1ª Edição da: 1967).
- SODRÉ, Nelson Werneck,
1965: *A ideologia do colonialismo – seus reflexos no pensamento brasileiro*, Civilização Brasileira, RJ.
- TAVARES, José Nilo
1979: *Autoritarismo e dependência: Oliveira Viana e Alberto Torres*, Achiamé/Socii, RJ.
- VIANA, Oliveira
1973: *Populações Meridionais do Brasil*, vol. 1, Paz e Terra, RJ (1a Edição: 1920).
- 1933: *Evolução do povo brasileiro*, Cia Editora Nacional, SP, (1a. Edição: 1923).

Golbery via o Ocidente como um 'programa' a ser defendido contra o 'expansionismo comunista'

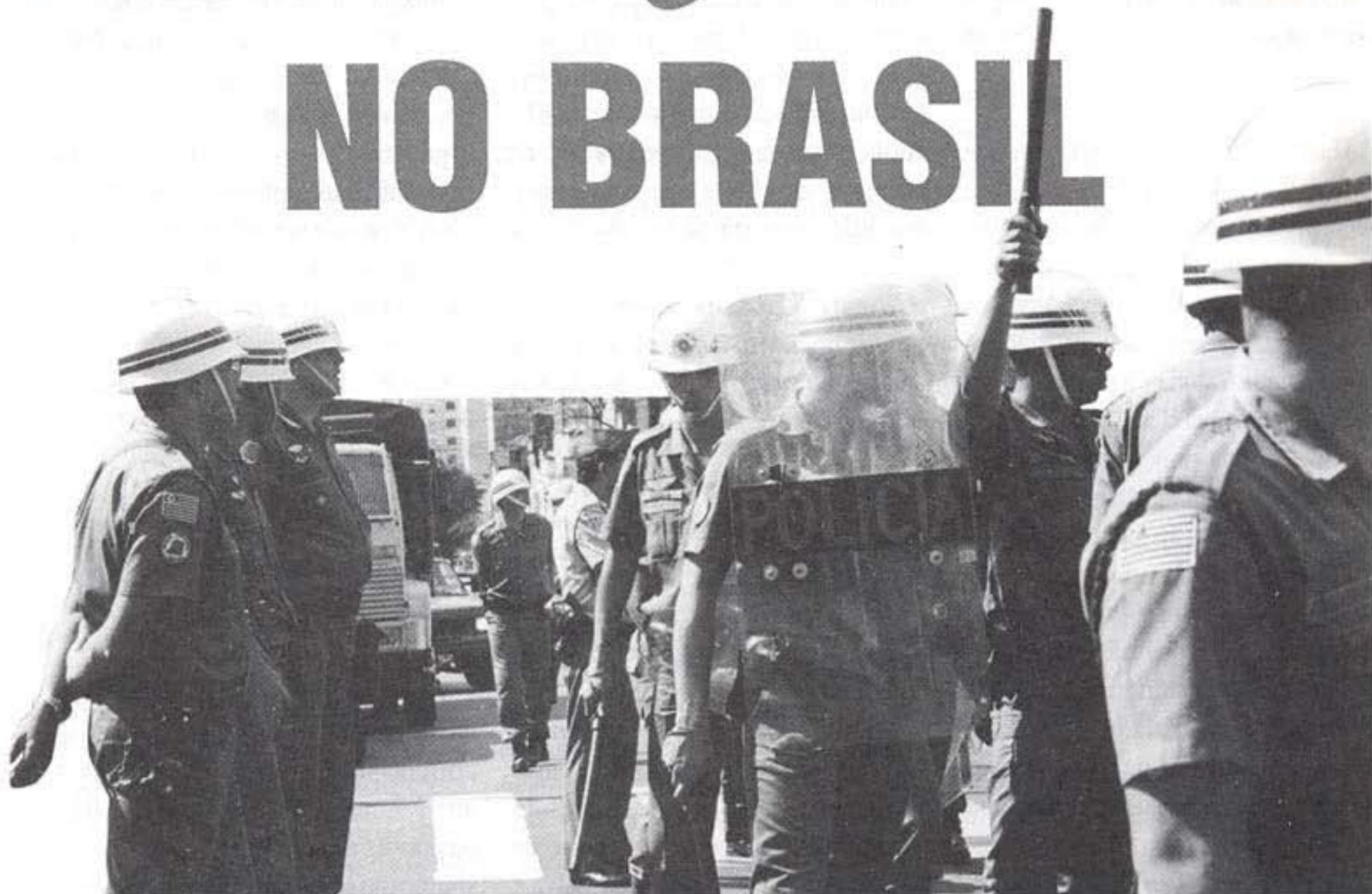
limitação da independência do país é inevitável, sob o argumento de que a organização do Estado "vê-se forçada" a "amoldar-se às exigências e às limitações impostas pelo sistema vigente de relações internacionais". (Silva, 1981)

Esse conflito impõe, diz, a necessidade de "conter o expansionismo comunista", prevenindo a formação no Ocidente – e no Brasil, particularmente – de "novos focos da perniciosa infecção, de extinção muito mais difícil depois". Nesse quadro, diz, é preferível "sacrificar o Bem Estar em proveito da Segurança". Encara assim a democracia e a liberdade como meio para obter o consenso social em torno dessa opção. "Há um mínimo de liberdade – escreveu – que é indispensável realmente, e deve ser assegurado à Sociedade"; "a participação é indispensável, para que se possa, realmente, conduzir certas ações que exigem sacrifícios". (Silva, 1981)

democracia no Brasil decorrem daquilo que considera como atraso do povo. Isto é, o povo é o problema, agravado – segundo quem pensa assim como ele –, com seu alegado baixo nível de educação. Isto é, a democracia só será possível se houver um povo previamente preparado para ela. Absurdo que, visto de outra forma, mostra que a elite brasileira só aceita como democrático aquele regime em que não se sinta ameaçada nem pressionada por demandas vindas da classe operária, dos demais trabalhadores assalariados e setores que compõem o povo brasileiro.

O pensamento reacionário influenciado por Oliveira Viana esteve no poder, no Brasil, durante boa parte da ditadura de 1964, na pessoa e na influência de Golbery do Couto e Silva. Hoje, embora confinado a grupos de ideólogos ultrapassados, ainda representa o pensamento muitas vezes não confessado de largos setores da elite. Representa, na esfera da ideologia,

POLÍCIA e POLÍTICA NO BRASIL



ENTREVISTA COM MARTHA HUGGINS por José Carlos Ruy

Neste século, houve uma articulação íntima entre as polícias latino-americanas e norte-americana, ferindo a soberania nacional dos países da América Latina – principalmente a polícia política, voltada à repressão da luta pela democracia, pelo progresso e pela afirmação nacional. Articulação feita, muitas vezes, à margem das leis e mesmo do conhecimento dos governos envolvidos. Este é o tema do livro *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*, da professora norte-americana Martha K. Huggins, publicado no Brasil pela Cortez Editores. Nele, o estudo das relações entre policiais brasileiros e norte-americanos tem grande destaque.

Martha Huggins é velha conhecida dos brasileiros; ela estuda nosso país há mais de 20 anos, e já lecionou na Universidade Federal de Pernambuco, na Universidade de Brasília e na Universidade de

São Paulo. Atualmente, é professora titular de sociologia do Union College (Schenectady, Nova York).

Seu livro é um relato contundente da promiscuidade entre agentes policiais dos vários países envolvidos, e dos atentados contra a segurança pública e contra a soberania nacional. Há uma verdadeira comunidade repressiva, cuja ação muitas vezes passa ao largo da legalidade, e mesmo do conhecimento dos governos dos países que participam de programas de treinamento patrocinados pelo governo dos Estados Unidos. E, enfatiza ela, não se trata apenas de coisas ocorridas no passado; ao contrário, hoje, os recursos de todo tipo usados nesses programas são muito maiores do que os empregados na década de 1960, vista por muitos como exemplar desse gênero de ação. Martha Huggins conversou com *Princípios* em dezembro de 1998 para falar do livro e outros temas ligados à polícia.

A polícia pode ser vista como um organismo que disfarça as diferenças e a dominação de classe?

Martha Huggins – Quando comecei o primeiro capítulo do livro *Polícia e política*, queria escrever sobre a polícia e demonstrar que ela é sempre política. Política em termos de seu papel dentro de um Estado de classe e política em termos de sua própria história – a polícia sempre trabalhou para uma classe contra outra.

A história da polícia sempre foi a tentativa de quebrar a aliança de classe entre a corporação policial, cujos membros advêm das camadas trabalhadoras, e os próprios trabalhadores, a quem eles precisavam reprimir ou matar. Essa história mostra como os dirigentes do Estado quebraram sistematicamente as ligações sociais, culturais e educacionais entre a polícia e o povo. Foi uma ação política, mesmo que não explicitada formalmente. Antes não havia polícia institucionalizada, haviam milícias privadas em que o domínio de classe era muito visível. Uma situação como essa não podia continuar, e foi para corrigi-la que surgiu a polícia 'profissional', aparentemente 'neutra', acima das classes, para não

comprometer a imagem de um país democrático. A própria ação dos exércitos por dentro de um país reprimindo seu povo também não podia continuar pois expunha os interesses de classe que dominam o aparato repressor e do Estado.

É mais barato para os Estados Unidos apoiar as polícias locais dos estados em sua esfera do que intervir militarmente de forma direta?

Martha Huggins – O que vemos, por exemplo, no atual ataque dos Estados Unidos ao Iraque é um conjunto de esforços materiais gigantescos. E muitos dos aliados dos EUA não estão apoiando politicamente os ataques. E isso é um problema. A intervenção militar aberta tem custo econômico, mas que acaba sendo melhor para o próprio crescimento da indústria bélica – que se desenvolve e ajuda o conjunto da economia dos EUA. Mas politicamente, seria melhor intervir por outros meios, estritamente políticos e que garantissem mais apoio político internacional. A doutrina seguida por presidentes norte-americanos como Kennedy, estrategistas como o general Eisenhower, sempre preferiu a prevenção política à intervenção das forças armadas. Prevenir internamente através da polícia – através da espionagem e da informação – dá melhores resultados políticos para a estratégia com intuítos ideológicos.

As ideologias que justificam as intervenções dos Estados Unidos até hoje nunca tiveram um argumento tão forte quanto o da ameaça comunista. Os EUA gastaram muito dinheiro para convencer os governos, até os latino-americanos, do perigo da ameaça comunista. Na década de 50, a América

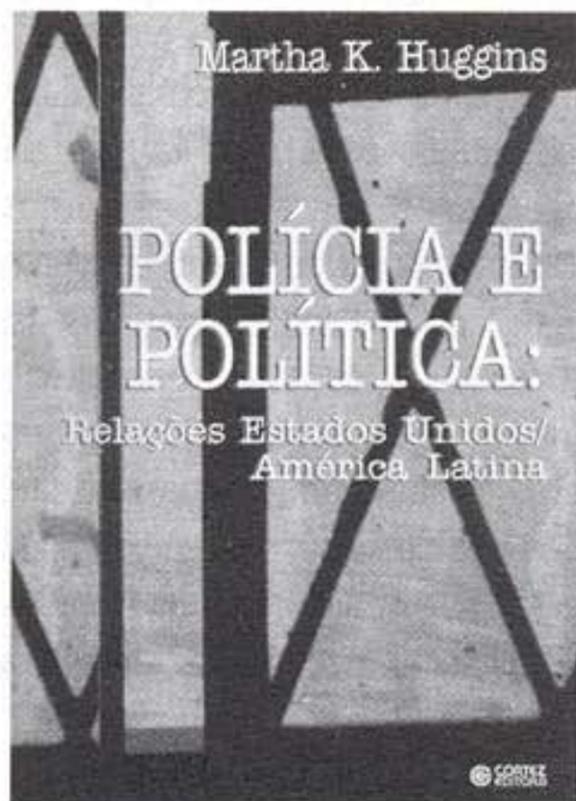
Latina não parecia convencida disso, e por isso os EUA gastaram muito dinheiro. Mesmo o apelo atual do anti-terrorismo, das drogas e do crime organizado não têm a força da campanha anticomunista. Filmes como *Nova York sitiada* ajudam, por exemplo, a criar essa mentalidade, mas sem a mesma força de antes.

A internacionalização da polícia brasileira se deu pelos 'porões', pela 'porta dos fundos', e isso teria passado à margem do próprio governo brasileiro. Começou em 1931 e cresceu depois do levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935.

Martha Huggins – Naquela época havia boa amizade entre o chefe da polícia brasileira e o embaixador norte-americano. Felinto Müller passava ao embaixador norte-americano informações que o próprio ministério da Relações Exteriores brasileiro não tinha. Hoje é bem diferente do sistema que existia na década de 30, que era até ingênuo se comparado ao aparato atual.

Não se compara com o programa que surgiu na década de 1960 em que o sistema de segurança internacional se organizou nos EUA, onde foram criados programas para vender ao mundo. Os programas de treinamento objetivam formar uma consciência geral, estreitar relações pessoais e vender produtos da indústria policial (armas, equipamentos, insumos – muita coisa foi testada no Vietnã). Os programas de treinamento gerados a partir dos EUA criam relações e repassam *now how* de repressão em sistemas organizativos padronizados. Pessoas do SNI, OBAN, DOI-CODIs, GOE, etc, receberam apoio dos EUA.

A intervenção, hoje, continua e é





ainda maior. A polícia está mais preparada para reprimir que na época do regime militar. Hoje é mais sutil, e na época anterior era mais visível. O FBI tem escritório no Rio de Janeiro, aberto em 1997. A vigilância atual da sociedade sobre a polícia parece que perdeu o destaque que tinha na época da ditadura. Alguns grupos de direitos humanos lutaram nos anos 60 contra os treinamentos policiais. Hoje, esses grupos apoiam a intervenção norte-americana, na ilusão de que profissionalizando a polícia, o nível da ação policial será mais elevado e o de violência mais baixo. Não levam em conta que a pobreza está aumentando...

Sobre o discurso da profissionalização da polícia: há algo mais embutido nele?

Martha Huggins – O problema real é o contrário do discurso que permeia as instâncias policiais. Entrevistei 14 policiais torturadores no Brasil e poucos deles apontaram a doutrina da segurança nacional como o motivo para a tortura. Só quatro disseram isso. Os torturadores de ontem dizem que torturam hoje por motivos ‘profissionais’, e não

mencionam a tese da segurança nacional. A maioria deu várias justificativas, falaram de ‘profissionalização’, de que devemos ‘profissionalizar a polícia para evitar a violência’, etc. Porém, eles falam de ‘profissionalização’ como autonomia do aparato policial em relação à sociedade. Penso que jamais se deve dar autonomia à polícia – o resultado seria aumentar os índices de violência. O que precisamos é de fiscalização e controle social maior sobre o aparato. Acho que a diferença que existe entre os dados da violência brasileira e a norte-americana – que mostram mais violência por parte dos policiais brasileiros – se deve ao maior controle social que há sobre a polícia por lá.

A própria ‘profissionalização’ é uma motivação de classe. Esse processo de ‘profissionalização’ foi vivido pelos Estados Unidos nos anos 20, quando houve uma transferência de lealdade do aparato policial para as classes médias das cidades, e a polícia ficou mais violenta.

Aqui no Brasil há um grupo de policiais lutando dentro do sistema contra a violência em sua corporação e eles pregam a desmilitarização da polícia.

Há relação entre militarização/profissionalização da polícia e surgimento dos ‘esquadrões da morte’?

Martha Huggins – Isso é uma questão para se pesquisar mais... Há ligação formal e informal entre ‘esquadrões’ e a instituição policial. O processo de profissionalização pode gerar essa degeneração. O primeiro esquadrão ‘oficializado’

surgiu no Rio de Janeiro com o general Amaury Kruehl, em 1959. Os Estados Unidos deram apoio à uma entidade policial como mostra o exemplo do secretário da Segurança Pública do Espírito Santo, José Dias Lopes, que formou dez anos depois um esquadrão de morte.

No senso comum, uma autoridade policial que se sinta tolhida em sua ação pelo controle do judiciário pode desembocar em ações de tipo esquadrão. Na medida que se tem uma autoridade ‘técnica’ sem controle, essa ação autônoma cresce. Esse processo pode começar quando um problema existe e não pode ser resolvido através do sistema policial formal legal. Por exemplo, um antigo chefe do DOPS de São Paulo falou-me que criou um grupo em sua diretoria para ajudá-lo, para agir fora da ‘ordem’. Os esquadrões da morte, em geral, não poderiam existir sem o apoio das cúpulas da polícia e do próprio governo.

Os policiais são seres humanos...

Martha Huggins – A polícia brasileira está pagando um alto preço por atuar de forma violenta contra o povo. Mesmo entre os policiais de grupos especiais é alto o índice de alcoolismo, suicídio, hipertensão, envolvimento com drogas. A filha de um policial do DOI-CODI disse em uma entrevista que o pai mudou, que inicialmente gostava de ser policial e de andar com o povo, e depois virou um fanático e se transformou profundamente na frente dela. Entrevistei um policial paulista há três anos, e ele me contou que o governo da época, em 1993, queria montar mais um grupo de extermínio...

Sobre as operações de treinamento, qual o papel dos policiais brasileiros treinados pelos Estados Unidos naquela operação limpeza que teve logo depois do golpe de 1964?

Martha Huggins – Os Estados Unidos conheciam a ação dos IPMs, sabiam que o objetivo era limpar o país dos comunistas, e achavam isso necessário. Cito o exemplo do policial David Hazen, que recebeu treinamento nos EUA e era funcionário do DOPS em Minas Gerais. Após 1964, participou da “operação limpeza” contra os comunistas, ação vista com aprovação pelos norte-americanos. Hazen passou informações obtidas dessa forma às autoridades norte-americanas. Esse tipo de policial brasileiro é leal para com a autoridade brasileira, mas também com a autoridade externa, de onde recebeu treinamento, prestígio político devido à ligação com instituições policiais, ligações pessoais com agentes americanos, etc.

Durante o Estado Novo ...

Martha Huggins – Os dirigentes policiais do Brasil – Felinto Müller e outros – além de passar informações privilegiadas aos Estados Unidos, ajudaram na captura de Prestes e outros líderes comunistas. Um desses chefes da polícia na época recebeu convite do presidente Roosevelt, outro do DEA, e outro ficou um ano na Gestapo. O livro de Elizabeth Cancelli (*O mundo da violência: a polícia da era Vargas*, publicado pela Editora da UnB) analisa o levante da ANL em 1935 e mostra com detalhes, baseado em documentos do FBI dos anos 30, a atividade anticomunista no Brasil. Mostrou coisas sobre o caso Harry Berger, demonstrou que o cidadão americano



Vítor Baron foi morto pela polícia brasileira, e o embaixador norte-americano sabia disso.

Existe amparo legal para esse tipo de cooperação da polícia dos EUA com polícias de outros países?

Martha Huggins – Sim, agora existe. O Congresso norte-americano fechou os programas para treinar policiais em 1974. Mas permitiu a continuação do treinamento contra o tráfico de drogas, que continua até agora. Nos anos 80, Ronald Regan lançou mão de um decreto, em segredo, que permitiu o treinamento da polícia de outros países contra terrorismo, permitindo treinamento para o cerco das ilhas do Caribe em torno de Cuba e Granada – que foi invadida; depois ampliou-se o treinamento anti-drogas e contra o crime organizado. A cada ano tais permissões vão se ampliando. Hoje, os recursos usados nesses programas são 400% maiores do que no período de 1968, aquele onde houve maior quantidade. A maior parte desse aumento destina-se aos países da ex-União Soviética, a exemplo dos de combate ao crime organizado.

Os programas cresceram muito e existem recursos alocados para diversos países. Dentre os cinco países que recebem mais apoio contra o terrorismo, em primeiro lugar está a Jordânia (com mais de US\$ 1,350

milhão) e em segundo o Brasil (que recebe US\$ 1,325 milhão) – mas há hoje terroristas no Brasil?

Tais programas são ou centralizados pelo Departamento de Estado (DEA) ou dão-se por ‘baixo do pano’, via CIA, via FBI. O DEA é um exemplo de grande programa – é uma forte burocracia que serve para venda de equipamentos, armas...

Como eliminar a violência policial?

Martha Huggins – Tem de se eliminar a pobreza. Há relação entre crime e miséria. A miséria leva a polícia a fazer coisas que não seriam de sua atribuição. A presença da polícia acaba sendo necessária para o controle político dos pobres, para ‘limpar’ consequências da desigualdade social.

Resolver a questão da distribuição da renda, que levaria à superação dos problemas, só será possível com política ampla. Por mais que a ação policial se dê, não atinge a raiz da questão, e o papel da polícia acaba sendo uma ação política às avessas do que deveria. A repressão policial nunca vai curar o problema e essa frustração sentida pelos policiais se reverte em mais violência policial. O povo vai cultivando ódio à polícia, que mais se parece uma força de ocupação. 

José Carlos Ruy é jornalista. Esta entrevista foi realizada em dezembro de 1998, em São Paulo. Colaborou Edvar Bonotto.

Aspectos da história da ciência no Brasil

JOSÉ LEITE LOPES

O Brasil beneficiou-se da transferência de conhecimentos da Europa nos anos 30, quando a Universidade teve início em nosso país

Leite Lopes – 80 anos em defesa da ciência e da soberania

A publicação deste artigo do físico José Leite Lopes é também uma oportunidade para a revista *Princípios* prestar sua homenagem ao cientista e cidadão brasileiro pela ocasião de seu octogésimo aniversário. Leite Lopes destacou-se igualmente na consolidação da Física brasileira e na luta pela afirmação da pesquisa científica e tecnológica como parte integrante da soberania nacional. Pernambucano de Recife, nascido em 28 de outubro de 1918, ele graduou-se em Física na antiga Universidade do Brasil e doutorou-se na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, em 1946, com o Prêmio Nobel Wolfgang Pauli.

Na ciência propriamente dita Leite Lopes deu, entre as décadas de 50 e 70, contribuições reconhecidas internacionalmente na área de Física Nuclear e Teoria de Campos e Partículas. Dedicou-se também à criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) no Rio de Janeiro e à consolidação do CNPq como agência federal de fomento à pesquisa científica. Uma amostra de sua atividade política em defesa da ciência e da soberania nacional está recolhida no livro *Ciência e*

desenvolvimento, de 1964, e *Ciência e libertação*, de 1969. Esta atividade custou-lhe no ano de 1969, a demissão e cassação pela junta militar que governava o país, período no qual exilou-se na França tornando-se professor da Universidade de Estrasburgo, de onde participou de atividades em defesa dos exilados políticos brasileiros.

Já aposentado ele tem sido uma voz dissonante no coro do pensamento único que apregoa, como o ministro Malan, que em tempos de 'globalização' não precisamos gastar com recursos na produção independente de ciência porque podemos comprar tecnologia no exterior. Todos os pronunciamentos recentes de Leite Lopes, inclusive o seminário que a USP dedicou-lhe no ano passado têm sido momentos de denúncia do caráter criminoso das políticas neoliberais do governo FHC para a educação, ciência e tecnologia. Maiores informações sobre a vida e a obra de Leite Lopes podem ser encontradas no *site* da Internet: www.prossiga.br/leitelopes/

Comissão Editorial de *Princípios*

Quero agradecer aos organizadores deste congresso por terem se lembrado do meu nome para falar. Caí numa armadilha, estou mergulhado entre matemáticos e historiadores da matemática, mas isso me dá prazer. Sou um físico que sempre teve admiração pelos matemáticos; como dizia Pitágoras, “tudo no mundo são números e todo o céu é harmonia de números”.

Bertrand Russel dizia que a coisa mais misteriosa na história é o aparecimento dos filósofos gregos. Com eles, durante dois mil anos, imperou a física aristotélica que descrevia as coisas como as vemos: os corpos só entram em movimento por força e violência e, depois, vão ao repouso e ocupam essa posição privilegiada. Esse pensamento se manteve por dois mil anos! A Igreja tomou o modelo de Aristóteles e o transformou em dogma, e quem se desviasse desse dogma podia ser queimado vivo. Muita gente morreu na fogueira, vocês sabem disso – Portugal sabe bem disso –, com a Santa Inquisição.

Galileu Galilei, construindo um telescópio inventado por holandeses, descobriu coisas no céu que não estavam contidas nos dogmas da Igreja – havia planetas, satélites em torno dos planetas e então se pode ver que nem tudo girava em torno do centro que era a Terra. Por isso ameaçaram queimá-lo. Mas creio que ele foi mais ameaçado de ser queimado vivo por seus colegas aristotélicos ‘dedos duros’ do que pelos padres da Igreja.

Nos séculos XV e XVI, tivemos as descobertas dos navegadores e a Escola de Sagres viveu momentos

históricos importantes. Como os pesquisadores nessa época tinham a necessidade de se comunicar entre si, criaram as Academias, que surgiram nos anos 1600 e Galileu era membro da Academia dei Lincei. Mas, depois da condenação de Galileu, essas academias hesitavam em se reunir porque estavam com medo de interpretar por conta própria e tornar-se alvo da Igreja. Só houve melhora quando foi criada a Royal Society, no mesmo ano em que subiu ao trono Charles II, na Inglaterra. Na França, sob o governo de Luís XIV, foi formalmente fundada em 1666 a Académie Royale des Sciences. Não sei se em Portugal uma Academia de Ciências foi criada nessa época – mas a verdade é que os historiadores dizem que houve problemas em Portugal e Espanha atribuídos à intervenção da Igreja na educação.

Somos seres históricos, vivemos no passado, vamos para o futuro e fazemos história porque, dentre outras questões, é importante saber onde erramos. No Brasil, nos anos de 1700, os portugueses vieram e iniciaram sua colonização. Houve problemas com a Corte. A título de exemplo, instalaram uma oficina gráfica para impressão e isso foi proibido, levaram para Portugal os materiais da oficina

e passamos os anos de 1700 sem poder imprimir nada no Brasil. Uma Carta Real proibia até a fabricação de palitos de fósforo na Colônia. A indústria têxtil da Inglaterra começava a surgir e graças aos mercados da América do Sul ela teve grande expansão.

Diria que o Brasil só aparece em 1808 e nosso ‘libertador’ se chamava Napoleão Bonaparte! Porque graças à invasão francesa, o rei D. João VI navegou para o Brasil com sua Corte. Abriram-se, após sua chegada, Jardins Botânicos, as Academias, as Faculdades de Medicina, e o Brasil começou a ter rumos de uma nação. Nossa existência ‘adulta’ não tem nem duzentos anos.

A pesquisa científica no Brasil só começou bem mais tarde, já no fim do século passado. Foi com a peste e a epidemia de febre amarela em 1888. Acabara de ser abolida e escravatura. Muito tarde, o Brasil sempre foi tardio!

Sobre a transferência de conhecimento

Em Mecânica, integra-se uma equação diferencial e se obtém uma família infinita de trajetórias, sendo que uma trajetória dada é fixada por condições iniciais. As condições iniciais são fundamentais. Querem transformar a trajetória histórica do Brasil na trajetória dos Estados Unidos, por exemplo, é uma estupidez porque os Estados Unidos fizeram uma história e a história do Brasil é outra. Qual é o industrial brasileiro que luta, como lutaram os grandes industriais norte-americanos, para viabilizar financiamento às universidades? Há cem anos atrás, nos Estados Unidos, Abraham Flexner decidiu verificar a situação do ensino em seu país. Constatou que

havia um ensino miserável! Flexner escreveu o livro *The american college* e isso foi quase uma 'revolução'. Houve uma corrida dos industriais ricos para ajudar as universidades norte-americanas. Quais são os industriais ricos brasileiros que correm para ajudar nossas universidades? As condições iniciais brasileira e norte-americana foram e continuam sendo diferentes. Nossa situação é essa: sem o financiamento do Estado não podemos progredir.

Mas, voltando à questão da febre amarela no Brasil, com a libertação dos escravos havia a necessidade da mão-de-obra; e houve nessa época uma crise na Europa. Assim, os italianos vieram para cá trabalhar. Mas não se podia desembarcar em Santos nem no Rio de Janeiro devido à febre amarela. Então o presidente Rodrigues Alves dirigiu-se ao Instituto Pasteur de Paris e eles lhe disseram: "Vocês têm no Brasil um homem que trabalhou aqui e pode resolver esse problema". Esse homem era Oswaldo Cruz, que fundou o Instituto de Manguinhos e conseguiu acabar com a febre amarela, mesmo com inúmeras dificuldades. Houve quase que pequenas guerras, pois não era fácil entrar nas casas para matar os mosquitos. O Instituto tornou-se um centro de pesquisas e de formação de cientistas. Surgiram nomes como Carlos Chagas, que descobriu a doença de Chagas em todas as suas fases; um homem digno do Prêmio Nobel.

Assim foi o início da pesquisa científica no Brasil nos primórdios deste século – são apenas cem anos!

Hoje, no Brasil, ouvimos muitos economistas e políticos 'espertos' pregando que devemos conseguir transferência de tecnologia. Dizem que uma fábrica de um país

É importante ressaltar que o fundamental não é a transferência de tecnologia, mas sim a transferência do saber

desenvolvido vem para cá e transfere tecnologia. Mas não é verdade. Não é montando coisas já conhecidas, inventadas lá fora, que farão nossos operários adquirir tecnologia. Isso porque no processo de transferência de conhecimento o que interessa mesmo são os cientistas que vêm para nosso país – assim a transferência de conhecimentos se torna irreversível.

Nos anos de 1930 se deu o grande período da transferência de conhecimentos da Europa para os Estados Unidos. Um exemplo disso foi a construção do Instituto de Estudos Avançados de Princeton em 1933. Devido ao nazifascismo, a nata dos grandes homens da Europa, principalmente da Hungria, Alemanha e França se deslocaram para os Estados Unidos. De Einstein a Thomas Mann... Isso ajudou muito a fazer dos Estados Unidos um país poderoso em Ciência, sobretudo após a II Guerra. Com essa transferência de conhecimentos para as universidades americanas, com dinheiro dos industriais e com as unidades da Federação criando suas instituições, a Universidade estabilizou-se naquele país.

O Brasil aproveitou parte dessa transferência de conhecimentos da Europa em 1934, quando começou realmente a Universidade no Brasil – há pouco mais de sessenta anos! Em 1934 fundou-se a Universidade de São Paulo e em 1935 a Universidade do Rio de Janeiro, com Anísio Teixeira.

Vivíamos sob a política do café com leite – o presidente da República era paulista ou mineiro –, mas isso acabou

com a revolução de 1930. Intelectuais paulistas como Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte atribuem essa mudança de predomínio político à chegada de Getúlio Vargas ao poder.

Em São Paulo foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de um lado, e, do outro, as escolas de engenharia e medicina, além de outras. Apesar das divergências foram sábios em escolher Teodoro Ramos, um professor de matemática da Escola Politécnica de São Paulo, para ir à Europa buscar cientistas e professores de grande valor para essa nova universidade que se instalava. Ele consultou Fermi em Roma e trouxe Luigi Fantappiè, o homem dos funcionais analíticos; trouxe o geômetra Giacomo Albanese e Gleb Wataghin, o pai da nossa física – nós devemos a Wataghin a física moderna e a pesquisa física no Brasil. Veio uma missão francesa da mais alta importância: Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, toda a filosofia e ciências sociais da França moderna estava representada. Muitos jovens vieram para São Paulo e, depois, outros para a Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro. Esse pessoal começou a formar equipes novas de pesquisadores. A Universidade de São Paulo é, hoje, consequência dessa transferência de conhecimento, do qual nós ficamos com uma fatia pequena e os Estados Unidos com a grande parte.

É muito importante ressaltar que o fundamental não é a transferência de tecnologia. O que interessa é a

transferência do saber, e para isso precisamos trazer as pessoas que sabem para transmitir aos nossos jovens.

Os cientistas, por sua vez, não podem ficar limitados a seus congressos anuais em que falam uns aos outros. Estamos com um programa na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para que os pesquisadores brasileiros – matemáticos, físicos, químicos, biólogos por mais eminentes que sejam – dediquem, entre suas horas de trabalho, algum tempo para dar palestras nos liceus de ensino de segundo grau para que os meninos e meninas saibam o que é e como é bonita a Ciência moderna. O ensino da matemática, por exemplo, tem sido reformado e há equipes muito boas trabalhando nas universidades. Sei de Maria Laura no Rio de Janeiro e do grupo da USP. Mas ainda é pouco. É preciso que a sociedade se torne consciente disso e que os pesquisadores saibam que têm – além de seu trabalho e descobertas em matemática ou física – de se dedicar a dizer às gerações atuais as coisas novas que temos. Porque se vê a toda hora na TV o anúncio de descobertas científicas e tecnológicas: buraco negro, quark, tops, raios laser, compact-disc e outras coisas... É preciso então que os pesquisadores comentem sobre essa beleza da Ciência para um público mais amplo. Há, entretanto, aqueles cientistas que fazem descobertas, que fazem Ciência, e que não têm possibilidade de se comunicar facilmente – Einstein, por exemplo – eles também tem o direito de existir.

A matemática no Brasil

A matemática não teve uma febre amarela a debelar e então demorou muito para crescer no Brasil. Em 1916 criou-se a Sociedade Brasileira de Ciência. Havia uma corrente, o

positivismo, que era contra a Universidade moderna e contra a pesquisa científica. Uma das coisas a ser feita, então, era lutar contra o positivismo. Nesse contexto surgiu Otto de Alencar, matemático da Politécnica do Rio de Janeiro, depois veio Manuel de Amoroso Costa, grande matemático brasileiro que escreveu um livro chamado *As idéias fundamentais da matemática* que merece ser lido. Ele fez conferências na Sorbonne sobre geometrias não-arquimedianas e, em 1922, apenas sete anos depois de Einstein ter descoberto as equações do campo gravitacional, Amoroso Costa escreveu um livro sobre relatividade geral. Para um homem que não tinha contato direto com o que estava sendo feito em outras partes do mundo, não há dúvidas de que ele foi um grande matemático. Infelizmente morreu quando Santos Dumont voltou ao Brasil: um avião decolou levando eminentes figuras para saudá-lo voando em torno do navio – e esse avião caiu...

Amoroso Costa lutou na Academia Brasileira de Ciências (que adotou esse nome em 1922), na Associação Brasileira de Educação pelo

O CNPq foi o primeiro organismo nacional constituído para estimular a ciência e fazer uma política científica no país

Desenvolvimento do Ensino da Matemática e pela reformulação do ensino universitário no país. Depois dele veio um homem chamado Lélío Gama que foi um grande matemático, filósofo e também astrônomo. A seguir veio Luis Freire que influenciou no crescimento de talentos científicos no Brasil, dentre eles Mário Schenberg, que foi professor da Universidade de São Paulo – um homem que deu contribuições muito importantes à Física, brasileira e mundial.

Esses matemáticos foram se desenvolvendo quase que por força da convicção de que era necessária a Ciência no Brasil. Somente após a II Guerra, em 1947-48, o físico brasileiro César Lattes, trabalhando na Universidade de Bristol, contribuiu para a descoberta de uma partícula nova, o **méson** π . Em torno de César Lattes formou-se um grupo, do qual eu fazia parte, que criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) no Rio de Janeiro. Achávamos que, paralelamente à Universidade de São Paulo, era necessário desenvolver a Ciência em outras partes do Brasil.

Em São Paulo, Luigi Fantappiè, que era um matemático italiano muito importante, formou uma equipe que contava com Omar Cantunda, Cândido Lima da Silva Dias e outros.

Dois anos após a fundação do CBPF veio a criação do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq – que foi o organismo nacional concebido para estimular a Ciência em nossas terras, isto é, fazer uma política científica no país. Foi o primeiro organismo desse tipo no Brasil. Para exemplificar como era antes do CNPq, saí do país com bolsa dos Estados Unidos, Schenberg também saiu com bolsa de governo estrangeiro... Só havia, na época, uma bolsa nacional que era a do Salão

Nacional de Pintura, que mandava um pintor para a Europa.

A partir de 1951, com o CNPq, a oferta de bolsas passou a ser, diria, constante. O Brasil é hoje, dentre os países da América Latina, o que dá maior número de bolsas para estudantes trabalharem no exterior... mesmo que o curso possa ser feito aqui. Hoje temos muitas pessoas fazendo doutorado aqui, mas viajar ao estrangeiro é importante. Há coisas que não se pode deixar de fazer. Amaldiçoado seja o governo que quiser cortar ou reduzir o número de bolsas de estudos, que não quiser buscar soluções para a universalização da educação do povo no Brasil. (1)

Mas continuemos falando da história dos matemáticos brasileiros.

Conheci Leopoldo Nachbin, um grande matemático, talvez o primeiro matemático brasileiro que recebeu influências italianas de Gabriele Mammana, Achille Bassi, além de Antônio Aniceto Monteiro e depois Marshall Stone e André Weil; Leopoldo Nachbin foi para os Estados Unidos e tornou-se um famoso matemático. Faleceu recentemente. Foi talvez o primeiro matemático profissional da nova geração.

A verdade é que trabalhamos um bocado.

Schenberg, Marcelo Souza Santos, Catunda, Maurício Matos Peixoto... Por eles foi fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto de Matemática Pura e aplicada (IMPA), que se tornou uma grande instituição e atualmente forma muita gente boa, a exemplo da equipe que trabalha em sistemas dinâmicos – que é quase física...

Outro nome que merece menção é o de Joaquim Gomes de Souza, que veio do Maranhão para o Rio de Janeiro e decidiu fazer o exame para

a Politécnica de uma só vez. Parece que D. Pedro II foi assistir ao exame e depois o apoiou e o mandou para a Europa. Joaquim Gomes de Souza publicou um livro chamado *Melanges de Calcul Integral*. Aos historiadores da matemática compete ainda analisar melhor o que ele apresentou.

Depois de Gomes de Souza vieram outros: Otto de Alencar, Amoroso Costa, Lélío Gama, Luís Freire... e agora esta turma que está atualmente produzindo e criando; contribuindo para fazer a história da matemática no Brasil.

Eis em poucas palavras um pouco do desenvolvimento da Ciência no Brasil. Esse debate sobre a história da matemática luso-brasileira se torna importante para conhecermos melhor o que fomos capazes de fazer e o que não pudemos fazer, quais os problemas que se antepuseram e os obstáculos ainda a remover.

As universidades devem ser melhoradas? Acho que sim! Seria importante que cada universidade fizesse a cada ano cursos de reciclagem para os professores do ensino básico, pois eles vão ensinar àqueles que serão os cientistas amanhã. É preciso que esta preocupação se torne institucional.

As crianças e adolescentes brasileiros foram abandonadas há séculos – um crime cometido pela sociedade – precisamos resgatá-los! É claro que além do estudo tem de haver possibilidade de comer, de cuidar da saúde... Em nossa história, carregamos nos ombros uma carga pesada. Tivemos, em nosso passado, crimes de lesa-pátria cometidos por nossa sociedade anterior: desprezou-se a educação de base do povo. A educação é importante para sabermos em que mundo estamos, sabermos como transformar esse mundo; sem

isso, o ignorante vive na miséria – não sabe distinguir água poluída da água boa. O atraso educacional do povo brasileiro é um crime de lesa-pátria.

Eu não compreendo que um presidente da República, sociólogo e professor de universidade não saiba que não se pode pagar somente 100 reais por mês a um professor de ensino básico. Como pode uma professora, no interior do Piauí ou de São Paulo, viver com 100 reais por mês? Mal pode se alimentar, quanto mais se reciclar... Não é possível que a equipe econômica do governo considere que o país entrará em bancarrota se for aumentado o salário desses professores, e dos médicos de saúde pública, para valores que os tornassem salários dignos de um cidadão.

Isso é importante: os historiadores da matemática, os matemáticos e os homens das ciências devem se preocupar com os problemas gerais do país e podem contribuir para a melhoria da educação, chamando a atenção para que se pague com justiça ao professor. Qual será a família que deixará suas crianças seguir a carreira de professor se elas mal poderão se alimentar? 

José Leite Lopes é físico. Este texto foi transcrito da palestra inaugural proferida no II Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática & II Seminário Nacional de História da Matemática, cujo tema foi "A contribuição de matemáticos portugueses para o desenvolvimento da matemática no Brasil"; realizados em março de 1997, em Águas de São Pedro/SP. A adaptação de vídeo para texto foi feita por Carlos Roberto Vianna.

Nota

(1) Quando Leite Lopes proferiu a palestra que originou o texto, em março de 1997, nem imaginava o que se daria no segundo semestre de 1998 com o governo Fernando Henrique Cardoso cortando violentamente os recursos para bolsas no Brasil e no exterior.

Neoliberalismo em debate

Século XXI: barbárie ou solidariedade? Alternativas ao neoliberalismo, Paulo Fagundes Vizentini e Raul Carrion (orgs.), Porto Alegre, Editora da UFRGS/ Prefeitura de Porto Alegre/ CEDESP-RS, 1998, 301 pp.



“Finalmente, nos últimos anos, emergiram, em diversos países, focos de resistência ao neoliberalismo, com a manutenção de certos projetos nacionais com perfil alternativo a este sistema, como na Ásia. Desde 1997, a este quadro somou-se o rápido alastramento e aprofundamento da crise financeira global, que ameaça converter-se numa nova depressão planetária, tal como a dos anos 30. Encontrar alternativas ao neoliberalismo para o novo século que se avizinha, tornou-se uma necessidade premente.”

Com este espírito surge o livro *Século XXI – barbárie ou solidariedade? Alternativas ao neoliberalismo* que reúne 23 textos escritos por estudiosos do Brasil, América Latina, da Ásia e da Europa, que tiveram por base o II Seminário Internacional “*Século XXI: barbárie ou solidariedade*” ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em julho de 1998. O livro do I Seminário também foi resenhado por Princípios.

Século XXI: barbárie ou solidariedade?... tem apresentação de Raul Carrion, historiador, e representante das entidades promotoras do II Seminário – que envolveu universidades, órgãos públicos, entidades sindicais, sociais, estudantis, dentre outras. Segundo Carrion, “*este livro deseja dar uma contribuição, mesmo que pequena, para o avanço da discussão e para a construção de uma alternativa social e programática ao neoliberalismo em esgotamento. Alternativa que amadurece nos corações e nas mentes de milhões de homens e de mulheres que não aceitam a barbárie neoliberal e lutam para que o século XXI assista ao advento de um mundo de paz, de progresso e de solidariedade*”.

O livro apresenta uma série de artigos e se divide em dois grandes capítulos. O primeiro, “Crise e alternativas ao neoliberalismo: a dimensão internacional”, aborda temas ligados à crise social e financeira do capitalismo globalizado; alternativas ao neoliberalismo na Ásia;

retrocesso social e resistência ao neoliberalismo na Europa; e, a luta contra o neoliberalismo na América Latina. Neste capítulo se destacam textos de Biplab Dasgupta (PC da Índia, marxista), Gladys Marin (PC do Chile), Paulo Vizentini (UFRGS) e Bernard Cassen (França).

No segundo capítulo, “Um projeto nacional e popular: alternativas ao neoliberalismo no Brasil”, discutem-se alternativas para a consecução de um projeto social e nacional em nosso país. São abordados os temas da dívida interna e externa e a inserção internacional do Brasil; política industrial e tecnológica para o país; política agrária e agrícola; papel do Estado e participação popular; e um projeto nacional e popular para o Brasil. Dentre os vários autores, destacam-se Renato Rabelo, Luís Fernandes, Bautista Vidal, José Dirceu, Emir Sader, Renato Lessa e Tarso Genro.

Como reflexo das discussões ocorridas no II Seminário, já referido, os textos – segundo os editores – poderiam ser divididos em dois paradigmas que têm orientado a ação política contemporânea dos opositores ao neoliberalismo: a ênfase na resistência ou na construção de alternativas. A primeira pressupõe que a evidência das crescentes resistências acabará produzindo *per se* a superação do neoliberalismo. A segunda privilegia a questão do virtual esgotamento do modelo e as perspectivas que se abrem para a ofensiva política que poderá resultar das atuais resistências.

A edição de *Século XXI: barbárie ou solidariedade?...* é mais uma contribuição para os leitores interessados neste debate, o mais importante da atualidade, e está em sintonia com as lutas desenvolvidas para a construção de uma alternativa ampla e conseqüente ao neoliberalismo, em escala mundial, e, em escala local, contra esta orientação adotada e desenvolvida em nosso país pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Paulo Fagundes Vizentini, na introdução do livro, “*os fatores objetivos para a superação do neoliberalismo estão dados, mas os subjetivos, indispensáveis para a construção de uma alternativa, ainda estão por ser desenvolvidos. E, ainda, para Raul Carrion, “vai ficando cada vez mais claro que o neoliberalismo não é um caminho de verdadeiro desenvolvimento para nossos países, mas um modelo que serve unicamente aos interesses do grande capital financeiro internacional”.*

Edvar Bonotto

Reflexão histórica

Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto, Sílvio Costa, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1998, 191 pp., R\$ 18,00



Na história da humanidade os acontecimentos se acumulam aos trilhões. Alguns se destacam, outros desaparecem em meio às inúmeras casualidades, próprias da maneira pela qual a história humana é tecida. Compreender a importância de determinados fatos em relação aos demais – guardadas as necessárias correlações, quais sejam: retirar do particular o específico, buscando ultrapassar os limites estreitos do pontual e do cotidiano desprovido de lógica –, é tarefa científica porque demanda o entendimento da história enquanto processo, conectada, não como uma simples sucessão de *flashes*, isolados; exige um mergulho no passado – por intermédio de uma análise –, de maneira a permitir que sejam destacados – entre tantos –, os fatos mais relevantes, os quais representam marcos que suscitem reflexões passíveis de atualização, todas as oportunidades em que nos debruçamos sobre eles para estudo.

O interesse que move tal mergulho não é apenas tópico-abstrato mas é, sobretudo, ideológico, político e prático.

Se o estudo histórico já tivesse sido entendido dessa maneira, a modernidade teria deixado um grande legado, não fosse tantos outros, os quais em nome do fim dessa modernidade e início de uma nova era – pós-moderna –, se reduzem metafisicamente em dois extremos opostos, ou seja, simplificam o que é processo vulgarizando o estudo da história; pela negação da possibilidade do entendimento das relações e conexões de sua emaranhada teia. Essa, portanto, tem sido a faceta mais sofisticada e sutil da proclamação do ‘fim da história’.

Optar pelo estudo da história como uma ciência, traduz-se numa escolha teórico-prática dentro da intrincada luta de idéias ocorrida neste final de século.

A Comuna de Paris é um estrondoso fato histórico, um enorme *iceberg* impresso na história da humanidade de forma definitiva, porque suscitou todos os tipos de registro e, desde aquela época vem sendo estudado.

O próprio Karl Marx destacou a sua importância retirando do que chamou “assalto aos céus” conclusões fundamentais, as quais vieram a compor-se como núcleo principal de sua teoria.

No ano em que comemoramos os 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista*, a Comuna de Paris completa 127. E, a obra de Sílvio Costa nos ajuda a entender melhor a correlação entre estes dois relevantes acontecimentos.

Do *Manifesto do Partido Comunista* – programa maior, de luta pelo socialismo –, a construção em processo da teoria do proletariado ocorre da análise das experiências históricas da tomada do poder pela classe operária.

O estudo da primeira revolução operária internacional, a Comuna de Paris, tem sempre relevância teórica. As reflexões que nascem desse estudo vão surgindo por meio da fácil leitura desta obra, *Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto*, dada a maneira didática como está construído o texto.

O trabalho de Sílvio Costa situa o leitor levando-o a compreender o panorama histórico e os importantes fatos nele contidos e a correlação existente entre os acontecimentos, possibilitando ao leitor tirar conclusões de tais ocorrências. Essa é uma preocupação que está contida no corpo desta obra. Contudo, ela se expressa mais fortemente nos Anexos, apresentados em destaque ao final de sua edição.

A presente obra está marcada pelo empenho simultâneo de formar, informar e refletir. Trata-se de um cuidadoso projeto, o qual, ao ser publicado, traz em si a marca de um formador de opiniões, cujo estudo possui um objetivo prático: reflexão conjunta e crescimento mútuo.

Madalena Guasco Peixoto

CUPOM DE ASSINATURA

- Revista Princípios - anual - 4 edições = R\$ 30,00 até 30 de julho: R\$ 27,00
 Revista Princípios - bianual - 8 edições = R\$ 60,00 até 30 de julho: R\$ 54,00

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ CEP: _____
Cidade: _____ Estado: _____
Telefone: (_____) _____ Profissão: _____
E-mail: _____

Edições anteriores disponíveis: 17, 18, 22 a 30, 35 a 46, 49 a 52.

Forma de pagamento:

- Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor = R\$ _____
 Depósito em conta - Banco Itaú, Agência 0251 c/c 48.678-3 (neste caso, favor enviar comprovante)
 Cartão Credicard ou VISA nº _____ Validade ____/____

Data e Assinatura do cliente: ____/____/____

A escravidão na ótica do escravo

Triste Pampa – resistência e punição de escravos em fontes judiciárias do RS/1818-1835, de Solimar Oliveira Lima, Editora Edipucrs e Instituto Estadual do Livro, de Porto Alegre, em 1997

Nos últimos tempos historiadores da escravidão tentam fazer uma 'revisão' do que foi o modo de produção escravista no Brasil e as causas que determinam sua dinâmica, decadência e extinção. Haveria uma diferença flagrante entre a realidade da escravidão e aqueles autores que a interpretam de forma exagerada. Isto porque eram destacadas nessas obras as formas contraditórias de relacionamento senhor/escravo e expostos os métodos bárbaros usados para que a racionalidade do escravismo fosse mantida em seu nível de produção e a estabilidade social conservada.

Afirmam os 'revisionistas' que a escravidão no Brasil foi benigna e proporcionava aos escravos áreas e níveis de negociação (social, cultural e mercantil) o que dava às duas partes em interação a possibilidade de estratégias compensadoras capazes de preservar o escravo dos seus rigores. Por outro lado, proporcionava aos senhores a tranqüilidade necessária para exercer seu papel e conseguir níveis adicionais de lucro. Tudo mais ou menos equilibrado e, se não harmônico, pelo menos consensual. Muitos chegam a dizer que os historiadores da escravidão do passado baseavam as suas conclusões nas obras dos viajantes do século XIX. Todos eles europeus, adeptos do trabalho livre e que por isso exageravam a situação do escravo no Brasil.

Em primeiro lugar é generalização inconsistente (talvez por falta de leitura dos seus textos) ver assim a posição desses viajantes. Em segundo lugar, os historiadores do passado, os quais analisaram a escravidão como um sistema cerrado de exploração econômica e extra-econômica, também recorreram a fontes primárias nos seus trabalhos, talvez até de forma mais diversificada e sistemática para tirarem suas conclusões do que os atuais. Muitos dos quais apoiados em uma única fonte generalizam as suas conclusões através da criação de tipologias.

Mas, o problema é outro, como veremos posteriormente. Nessa história 'revisionista' não apenas as relações senhor/escravo devem ser revistas, como, também, os quilombos, pois, para eles, não foram focos de resistência social no processo global de luta de

classes, mas módulos de negociação, entre senhores e escravos. Os quilombos seriam um centro de negócios, pois "Entre Zumbi e Pai João o escravo negocia" – Eduardo Silva. Era o quilombo participando ativamente do mercado.

Essa visão 'revisionista' é uma postura ideológica (no mau sentido) contra a existência da luta de classes durante a escravidão. Ou, através de outra forma de expressão: é uma conciliação em nível teórico capaz de dar uma visão de relacionamento orgânico entre o senhor e o escravo, no qual suas funções se completariam sem contradições e conflitos relevantes. Quando muito seriam parcialmente divergentes. Ora o funcionalismo já foi chamado de aplicação do liberalismo à sociologia. E é através desta posição funcionalista que procuram rever a escravidão no Brasil.

Com a vitória do neoliberalismo na esfera econômica, claro que haveria necessidade de sua extensão à esfera ideológica na sua totalidade. Hoje, os historiadores especialmente na área acadêmica, embora não concordem publicamente com "o fim da história", invertem o problema e procuram entender o passado a partir de critérios neoliberais do presente. No caso particular da escravidão no Brasil é só ver a analogia que eles fazem entre o quilombo de ontem e o papel que eles atribuem aos sindicatos no presente. Ambos são centros de negociações, de barganha, de complementação orgânica do sistema, mas nunca instrumentos de resistência à exploração capitalista, no presente, e ao sistema escravo, no passado. É tão visível analogia entre uns e outros segundo a ideologia neoliberal que nos eximimos de dar exemplos.

Sobre o próprio tráfico de escravos a visão neoliberal tem uma teoria: os escravos que vieram para a África-América no fundo dos porões dos navios negreiros tiveram a oportunidade de criar uma nova civilização, foi uma espécie de convite para que eles escolhessem a sua parceria na construção da Disneyworld. Infelizmente, como todo processo social tem o seu preço. Muitos morreram na travessia ou nas fazendas trabalhando. Venceram os mais competitivos e o que conta são os resultados.

Esta ideologia neoliberal está cada vez mais visível na produção acadêmica. E é contra essa tendência de ver-se a História passada pelos valores neoliberais de hoje que se insurge o historiador Solimar Oliveira Lima com seu livro *Triste Pampa – sobre a situação do escravo no Rio Grande do Sul*. O autor abordou o problema da criminalidade do escravo, entre 1818 a 1833. Trabalhou

com 112 processos criminais envolvendo 131 escravos-réus. E é sobre esse universo que ele desenvolve sua argumentação e tira conclusões que destoam, ou melhor, desmentem esse relacionamento empático entre senhores e escravos. No particular o professor Mário Maestri, apresentador do livro, situando-o na atual produção de trabalhos sobre a escravidão, escreve: “nos últimos anos, escreve-se abundantemente sobre a benignidade da escravidão brasileira. As relações entre senhores e trabalhadores escravizados basear-se-iam em acomodações, transigências e acordos sistêmicos. Os pretensos horrores dos castigos físicos seriam exageros compreensíveis dos abolicionistas. As condições de vida e trabalho dos cativos seriam superiores às geralmente descritas.

“Lentamente o cativo perde a pecha de regime despótico, baseado na violência e na coerção física, transmitida pela tradição e revelada por inúmeros estudos historiográficos. Em alguns casos, chega-se a delinear passagens sociais escravistas quase bucólicas. Os cativos viveriam em família, com seus filhos, trabalhariam geralmente pouco e o castigo físico seria quase uma exceção.” (pág. 3)

Não é isto, porém, que o livro que estamos comentando demonstra.

O autor, analisando e interpretando o material disponível e no qual se concentrou, chega a conclusões bem diferentes. O autor, estudando a faixa etária desses escravos criminalizados, constata que eles tinham entre 14 a 70 anos. Neste conjunto, “Thomás, aos setenta ‘ainda era obrigado a ganhar seu jornal de 21 vinténs por dia’. Outros tinham defeitos físicos. Dentre as cicatrizes ‘eram arroladas tanto as adquiridas possivelmente, durante as jornadas de trabalho como os resquícios de doenças com ênfase na bexiga (varíola)’. Dentre os ‘defeitos, apareciam calvície, ‘doença nos olhos’, falta de dedos ou dentes, deformação nas pernas’.” (pág. 57)

Sobre a estabilidade e harmonia conjugal (casamentos entre escravos) escreve o autor “a desproporcionalidade entre os sexos foi uma constante no Brasil Colônia, de Norte a Sul. Com poucas mulheres disponíveis e grande quantidade de homens sequeiros de poder e sexo, não fica difícil imaginar o ‘caldeirão fervente’ que era o Rio Grande. Disputas por mulheres eram constantes e acirradas. A taxa de masculinidade nas charqueadas pelotenses, por exemplo, manteve-se, sempre superior a 80%; de 1760 a 1831, alcançou 82,6%; entre 1831 a 1850 chegou a 85,7%, e até o momento da Abolição, atingiu

87,8% segundo informação de Assunção”.

A análise total de escravos-réus pesquisados expõe uma massa de condenados à solidão, tolhidos da convivência familiar. “Homens e mulheres, fadados a uma vida solitária. Dentre as réus, só uma era casada. Com relação aos homens apenas dez conheceram o matrimônio, um dos quais viúvo. Os dados comprovam que 91% dos escravos viviam sozinhos. Desta forma tudo indica que buscavam soluções e alternativas para o exercício da sexualidade. Aliás, sobre as alternativas sexuais dos escravos, ver por exemplo Mott”. (pág. 69)

O autor analisa também as formas de violência do escravo diante da realidade conflituosa a que estava imerso, o comportamento momentâneo na hora do delito e as possíveis inibições capazes de produzir a agressão.

É um painel dramático que o autor apresenta apoiado nos textos dos processos criminais e que descortina uma realidade nada idílica ou paternal. Pelo contrário. A pena, de 100 a 1000 açoites foram aplicadas, em 85 escravos condenados. Essas penas somaram 40.950 golpes de açoites.

Evidentemente, muitos dos condenados devem ter morrido em consequência da execução das sentenças. A pena de açoite era executada diariamente em parcelas que chegavam até 100 por dia. Esse panorama da escravidão no Rio grande do Sul vem demonstrar como ela não era nada benigna como estão tentando demonstrar os ‘revisionistas’ da nossa história social. Como diz o autor “Não temos maiores informações sobre o comportamento do Poder Judiciário em outras regiões. Mas, ao que parece, o gaúcho foi um dos mais severos. Como descrito antes foram 40.950 açoites distribuídos como punição, equivalente à média de 2.925 por ano, durante o funcionamento efetivo da Junta, 14 anos”. (pág. 167)

Como se vê por este livro de Solimar Oliveira Lima, o qual surge num momento oportuno como restaurador da verdade, a escravidão no Brasil nada teve de benevolente, ao contrário dos historiadores e sociólogos de plantão que querem colocar uma maquiagem cor-de-rosa para cobrir a face da verdade. Essa visão neoliberal de ver o passado de nossa história social através dos valores do presente nada mais é, portanto, do que um subterfúgio daqueles que desejam esconder a realidade de nosso passado da mesma forma como procuram esconder a realidade atual. Para eles o Brasil foi neoliberal desde as suas origens.

Clóvis Moura

Sensibilidade à história do nosso povo

“Como leitora e assinante deste periódico venho parabenizar o senhor José Carlos Ruy pela competência e rigor de produção do texto “Da razão de Estado à emergência do povo”, publicado na *Princípios* n.º 52 com apontamentos acerca das visões sobre a História do nosso país. Há um bom tempo não tinha oportunidade de ler apontamentos tão bem refletidos e com muita sensibilidade sobre as primeiras versões da história do nosso povo, em que os mais excluídos são, sem dúvida, negros, índios e os brancos pobres. (...)

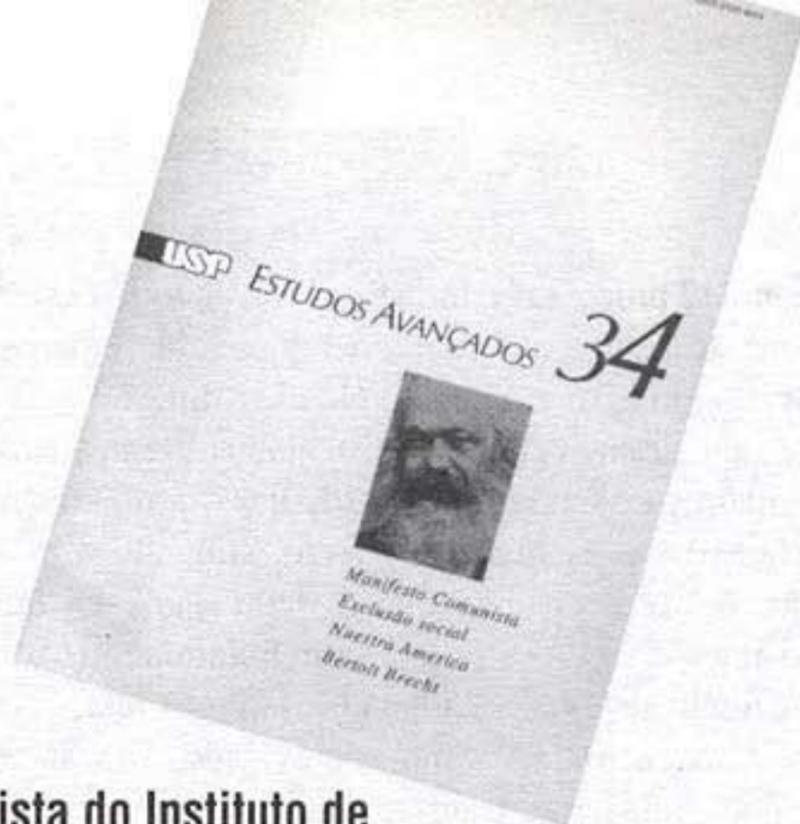
Diante de importantes análises que o senhor fez da bibliografia pesquisada, podemos constatar que o tipo de projeto político de ‘colonização civilizatória’, do qual nosso povo foi vítima, ainda continua, porque somos explorados e colonizados, hoje, sob formas mais complexas de comunicação. E infelizmente nossas universidades continuam formando historiadores palacianos...”

Eliane Cantanhede
São Paulo/SP

Monetarismo

“Sou leitor da revista *Princípios* há cinco anos. Sempre me interessei pelo estudo das doutrinas econômicas e durante meu curso de economia na Universidade Gama Filho conheci bem de perto o monetarismo. A maioria dos professores comungava com boa parte das teorias monetaristas. Ainda não saiu nenhum artigo específico sobre este tema na revista.”

Marcelo Pereira Fernandes
Rio de Janeiro/RJ



Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP

“REQUEREMOS, nos termos regimentais, seja consignado nos Anais desta Casa voto de congratulações com o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, pela edição da revista *Estudos Avançados*, particularmente a de número 34 pelos temas que aborda: estudos sobre o *Manifesto do Partido Comunista*; sobre a exclusão social dentro da lógica da economia global; o impacto da globalização nas sociedades latino-americanas. A revista reproduz integralmente o *Manifesto do Partido Comunista*, para em seguida, publicar textos analíticos de vários autores e historiadores brasileiros. (...)

A publicação deixa claro que concorde-se ou não com as análises e propostas políticas embutidas no *Manifesto...*, não se pode negar a importância histórica do documento que, após 150 anos, continua suscitando debates no mundo inteiro e norteando os anseios de milhões de pessoas que, nas várias partes do planeta, sonham com uma sociedade onde a justiça e a igualdade sejam de praxe e não raras exceções.

REQUEREMOS, outrossim, seja dada ciência ao Reitor da Universidade de São Paulo, Prof. Jacques Marcovitch; ao Diretor do Instituto de Estudos Avançados, Prof. Alfredo Bosi, (...) e à revista *Princípios*.”

Presidência da Câmara Municipal de São Paulo,
por iniciativa da Vereadora Ana Martins (PCdoB)

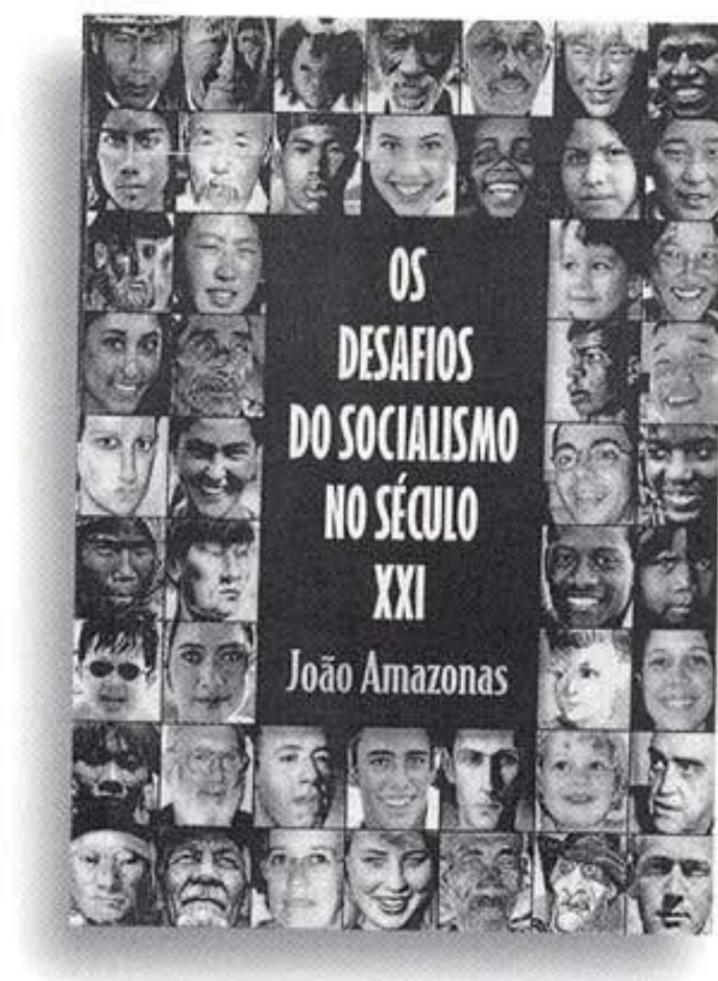
AVISO IMPORTANTE:

A Editora Anita Garibaldi está selecionando vendedores de assinaturas para a Revista *Princípios*. Se você tem interesse, por favor envie seu currículo via correio ou fax, se preferir, entre em contato por telefone.

R. Monsenhor Passalácqua, 158 - Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP

Os desafios do socialismo no século XXI

O livro que você esperava!



Já disse o próprio Karl Marx:
“*Radical é ir às raízes das coisas.*”

Neste livro, João Amazonas é radical: vai às raízes dos principais acontecimentos que marcaram o mundo e o Brasil em nosso século.

A Editora Anita Garibaldi reuniu aqui a contribuição do deputado constituinte de 1946 – em 256 páginas –, que agora torna-se importante instrumento de reflexão sobre o socialismo, suas vitórias e derrotas.

É a palavra de um homem de princípios!

Venha você também às raízes deste desafio, adquira já o seu exemplar!

PEÇA HOJE MESMO POR CARTA, TELEFONE, FAX
(011 289 1331) OU E-MAIL: livraria@anitagaribaldi.com.br

Preço de lançamento: R\$ 22,00 – Incluindo despesas postais.



*Para pedidos, envie seus dados (nome completo, endereço, telefone para contato)
juntamente com cheque nominal à Editora Anita Ltda.*

No caso de débitos em cartão de crédito, informar nome do cartão, número e validade.

Para depósito: Banco Itaú agência 0251 c/c 48.678-3 (favor enviar comprovante).

R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP



sistema de poder que em Washington transforma em política de Estado os seus projetos imperiais, o núcleo belicista que defende a tese do império perpétuo, os generais, os congressistas e os intelectuais que insistem, em nome da ajuda humanitária, em desencadear agressões armadas contra os povos – como fizeram em Granada e na Somália e agora na Iugoslávia –, comportam-se como porta-vozes de um sistema de poder que nas suas relações internacionais somente encontra precedente no *reich* hitleriano. A agressão à Iugoslávia traz à memória o covarde ataque à Polónia em setembro de 1939 e, um pouco tempo antes, os bombardeios nazistas sobre a cidade espanhola de Guernica.

O assalto à razão que identificamos no bombardeio selvagem da Iugoslávia é irmão do assalto à razão que nos anos de 1930 começou a encaminhar a Europa para a matança da II Guerra Mundial.

Inesperadamente, Belgrado passou a ser uma trincheira da defesa de princípios e valores universais. Paradoxalmente essa tarefa homérica foi imposta aos iugoslavos pela necessidade de sobreviver.

Homem conserta janela após bombardeio da OTAN em Pristina, Kosovo



Anita Garibaldi



ENTREVISTA COM DIAS GOMES

“Não existe uma posição neutra em relação à vida”

POR SUÊNIO CAMPOS DE LUCENA

O dramaturgo, roteirista e escritor **Alfredo de Freitas Dias Gomes** nasceu em 19 de outubro de 1922 em Salvador, Bahia, e faleceu aos 76 anos, em 18 de maio de 1999, vítima de acidente de carro na cidade de São Paulo.

Escreveu, dentre outras, as peças *O Santo Inquérito*, *Branca Dias* e *O Pagador de Promessas*, adaptada por ele para o cinema. O filme, dirigido por Anselmo Duarte, venceu a Palma de Ouro no Festival de Cannes, em 1962. Mas foi a televisão, entretanto, que o notabilizou como criador de personagens antológicos, como Odorico Paraguaçu, de *O Bem Amado* (73); a viúva Porcina e Sinhôzinho Malta, de *Roque Santeiro* (85), censurada em 75, telenovelas da Rede Globo de Televisão. Nesta emissora, escreveu ainda as telenovelas *Verão Vermelho* (70), *Assim na Terra como no Céu* (71), *Bandeira 2* (72),

O Espigão (74), *Saramandaia* (76) e as minisséries *Decadência* (94), *O Fim do Mundo* (96) e adaptou *Dona Flor e seus Dois Maridos* (98), romance de Jorge Amado.

Em 1998, lançou o livro de memórias *Apenas um subversivo*. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 91, foi casado com a romancista Janete Clair (1925-83), autora, dentre outros, de: *Irmãos Coragem*, *Pai Herói*, *Pecado Capital* e *Selva de Pedra*. Mais tarde casou-se com a atriz Maria Bernadete.

Esta entrevista – publicada por *Princípios* em sua homenagem – é inédita e foi realizada pelo jornalista e professor de Comunicação da Universidade Estadual da Bahia, Suênio Campos de Lucena, em 2 de fevereiro de 1999 no flat onde o escritor mantinha seu escritório, no bairro carioca do Leblon.

Concorda que boa parte da sua literatura é feita de anti-heróis?

Dias Gomes – Há heróis e anti-heróis. Geralmente o personagem principal é o povo, que sempre oscila entre ser herói e anti-herói.

Ao contrário da literatura contemporânea, o senhor constrói sua obra a partir de personagens-chave, emblemáticos, marcantes – Odorico Paraguaçu, Branca Dias, Zé do Burro, Roque Santeiro... É intencional?

Dias Gomes – Não. É uma característica de autor. São os personagens que surgem na minha mente... Não há um propósito de criar esses personagens emblemáticos. Eles se criam por si. A criação de um personagem é uma coisa muito complexa, não é uma equação matemática. Parte de uma idéia, de uma inspiração; o personagem vai vindo, criando corpo, expondo suas idéias... Não controlo isso porque ele não foi pensado matematicamente. Entra emoção, memória, sua visão de mundo. Através do personagem você quer dizer alguma coisa, mas você não cria um personagem para isso. Ele é que diz.

A maioria dos seus personagens é engolida pelo poder, desamparada.

Dias Gomes – Esse conflito entre o indivíduo e poder, essa luta pela liberdade é uma constante, realmente você pode achar isso, principalmente na minha literatura dramática, porque é uma situação que vivo. Estou sempre em conflito com o poder, as limitações, a censura, com todo tipo de coerção e cerceamento e com a falsa noção de liberdade permanente em nosso sistema, que é a liberdade do regime capitalista. Você pode casar com quem quiser contanto que case com a Maria. Esse tema aparece várias vezes na minha dramaturgia e os personagens que simbolizam esse conflito são realmente personagens que acabam sendo emblemáticos.

Há ainda o elemento cômico ou tragicômico.

Dias Gomes – É uma visão de mundo de alguém que vê a vida como uma piada de mau gosto. Acho que a vida não passa de uma grande sacanagem de Deus [*risos*], se é que Ele existe. As pessoas lutam, sofrem, passam o diabo e tudo para no fim acabar do mesmo jeito? [*risos*]. Você nasce sabendo que vai morrer, nasce e começa a morrer... Isso é uma grande sacanagem, brincadeira de mau gosto. Toda tragédia no fim é cômica ou tragicômica. Vai tratar de uma enorme tragédia e no fim você sabe que é cômico.

Alguma vez foi tachado de folclórico à Jorge Amado?

Dias Gomes – Essa crítica nunca me atingiu. Não é que tenha alguma tendência a folclorizar, mas tenho uma compreensão da dramaturgia brasileira que leva às nossas raízes. Acho que uma dramaturgia brasileira só pode nascer da própria realidade do país, então buscando essas tradições você encontra temas, inspiração e elementos para construir uma dramaturgia autêntica. Sempre me voltei para isso. Desde as minhas primeiras peças na quase adolescência tinha a visão de que uma

dramaturgia nacional só pode nascer de temas nacionais e quanto mais nacionais eles forem mais universais serão. Isso é uma maneira de pensar. Daí você ver uma presença de Brasil muito grande e pode, às vezes, encontrar uma sustentação folclórica, mas que não me interessa em si folclorizar as coisas, ao contrário, fujo disto. Quando toco nisso é de uma maneira sempre a fundamentar as coisas, nunca a extrair daí algo mais transcendente.

Vê proximidade entre o seu teatro e o de Ariano Suassuna?

Dias Gomes – Não vejo essa proximidade. Vocês pegam o Nordeste como uma coisa só. Parece que tanto faz nascer na Paraíba, em Pernambuco ou na Bahia. Em matéria de pensamento não vejo nenhuma proximidade. Talvez haja proximidade nos temas, na tipificação dos personagens, por pertencermos a uma mesma região, mas não penso parecido como ele e nem temos a mesma visão do teatro.

Já falou que seu teatro é genuinamente popular e farsesco?

Dias Gomes – Farsesco, não; político-popular, sim. Popular na forma porque todo teatro, para mim, é popular. Não existe teatro apolítico. Mesmo quando ele pretende não ser, ele o é. Quando você se omite, toma posição contra ou a favor de alguma coisa. Não existe uma posição neutra em relação à vida. Ou se está de um lado ou do outro, então meu teatro é de posição, não há dúvida nenhuma. Mas, como já disse, todo teatro é político. Mesmo se você faz um teatro escapista está favorecendo alguma corrente. Se não escreve a favor dos opressores, mesmo que não esteja escrevendo a favor dos oprimidos, estará favorecendo os opressores. Se me deparo na rua com uma briga entre um gigante e um anão e não tomo parte estarei a favor do gigante.

O chamado teatro besteiro faz isso?

Dias Gomes – Não. O besteiro é uma besteira. É um teatro de ocasião, de uma fase muito ruim da nossa dramaturgia, do nosso tempo de decadência. Não temos hoje grandes movimentos. O que caracteriza o teatro brasileiro hoje é a falta de rumo, de perspectiva.

Acha que já acabou o tempo de classificar teatro de esquerda ou não?

Dias Gomes – Sim. Isso é uma bobagem, embora não tenha acabado a esquerda e a direita porque no dia em que acabarem teremos a justiça social. É bobagem dizer que não existe mais esquerda; o que não existe é um posicionamento nítido, a bipolaridade do mundo. Dizer que não existe é uma bobagem como dizer que o socialismo está morto. O sonho de uma sociedade igualitária, mais justa vai continuar, a despeito do fracasso de uma tentativa que justamente fracassou por ter em si a traição a esses ideais. É um sonho de liberdade do homem, que foi traído porque na base da experiência socialista estava a supressão dessa mesma liberdade, uma contradição em si. Não foi o capitalismo que derrotou o socialismo. Ele se derrotou por si porque se corrompeu, se corroe através de uma noção falsa do que era o socialismo.

Recentemente houve uma retomada das peças de Nelson Rodrigues.

Dias Gomes – É também uma característica da falta de rumo do teatro. De repente, o Nelson morre e as pessoas o descobrem. Fez muito pouco sucesso em vida e depois de morto virou gênio. Então montam o Nelson Rodrigues adoidado, uma enxurrada, até prejudicando uma visão nítida da sua obra. Isso resulta do vazio em que estamos.

Ele tinha uma frase famosa: “O teatro brasileiro precisou de 400 anos para passar de Shakespeare a Dias Gomes”.

Dias Gomes – Ele tinha uma pinimba comigo. Nem sei porque. Troquei com ele umas três ou quatro palavras. Aliás, ele brigou com todos os autores que surgiram na década de 60 e foram bem-sucedidos.

Com o dramaturgo Oduvaldo Viana Filho também.

Dias Gomes – Isso. O Vianinha, eu, Guarnieri. Nelson Rodrigues tinha uma grande frustração por não ganhar prêmios. Ele passou a vida toda sem ganhar um prêmio; só recebeu quando estava perto da morte, no regime militar. Viviam nos gozando porque nós ganhávamos prêmios. Essa frase é de uma crônica dele. Era muito engraçado, ri muito quando li. Tivemos uma certa polêmica, fabricada um pouco pela imprensa.

Quando escrevi *Campeões do Mundo*, um repórter d’*O Globo* me entrevistou e falei da minha longa carreira, desde os anos 40. Após a entrevista, ele disse: “Você é todo o teatro brasileiro!”. Eu disse, é, realmente sou. Ele botou essa frase no jornal com manchete como eu tendo dito. Um repórter pegou e levou pro Nelson. Ele ficou “puto da vida” e aí deu uma entrevista me esculhambando, dizendo que eu tinha começado imitando Juraci Camargo. Depois, veio o repórter a mim. Disse que era melhor imitar Juraci Camargo do que ser o Tennessee Williams [escritor e dramaturgo norte-americano] de Madureira [risos], mas era uma coisa fabricada pela imprensa. Nesse momento lançava *Campeões do Mundo* e o produtor gostou da polêmica, que acabava promovendo a peça. Não foi nada sério.

Preferia Flávio Rangel em vez de Anselmo Duarte para dirigir *O Pagador de Promessas*?

Dias Gomes – Não é bem assim. A peça obteve enorme sucesso quando foi encenada no TBC (Teatro Brasileiro de Comédia). Flávio me falou de seu anseio por fazer um filme. Disse a ele que arranjasse os meios que fariamos o filme. Tinha, então, um compromisso moral com ele. Lutou muito para conseguir dinheiro para fazer o filme, mas não conseguiu. Um dia veio a mim com o Anselmo, falando que tinha um produtor. Resisti bastante a princípio. O Anselmo me preocupava, vinha das chanchadas da Atlântida, tinha feito um filme elogiado, mas era o seu segundo filme e isso me dava muita insegurança. Exigi no contrato que o Flávio participasse da produção como diretor-artístico, mas o próprio Flávio depois desistiu disso.

Começou na televisão em 1969 numa novela com o sugestivo nome de *Ponte dos Suspiros*?

Dias Gomes – Minha primeira passagem pela TV pouca gente conhece porque trabalhei com o nome de outras pessoas, desde

1953. Era diretor da Rádio Clube do Brasil, que era do Samuel Wainer, diretor da *Última Hora*. Naquele momento, o Carlos Lacerda fazia uma tremenda campanha contra o Samuel e o Getúlio Vargas. Foi aí que recebi um convite para ir a Moscou. Ninguém podia sair dizendo que ia para Moscou, era proibido. Passei antes na Inglaterra e quando estou em Moscou, o Lacerda, não sei como, descobriu uma foto minha depositando flores no túmulo de Lênin e publicou na primeira página da *Tribuna da Imprensa* a seguinte manchete “Diretor da Rádio Clube leva Flores para Stálin com o Dinheiro do Banco do Brasil” [risos]. Veja que situação: nem era para Stálin nem o dinheiro era do Banco do Brasil. Tomei emprestado de um agiota e levei um ano pagando.

Quando voltei, fui sumariamente demitido. Sofri uma espécie de marcatismo no Brasil – entrei para uma lista negra, ninguém me dava emprego. Ir a Moscou naquele tempo era mais fantástico do que ir à lua. Fiquei marcado, não conseguia emprego em rádio ou jornal. Nesse momento estava começando a TV Tupi e não tinha autores contratados, fornecia-se cachê. Comecei então a escrever os programas. Havia peças de uma hora, shows, policiais e comecei a escrever pedindo para as pessoas negociarem com a Tupi, veja só. Depois elas me davam o cachê. Isso parece um filme de Woody Allen em que ele é testa-de-ferro de três autores que estão na lista negra. Comigo era o contrário. Tinha três autores que eram os testas-de-ferro dos meus programas. Escrevia muito porque os cachês eram muito miseráveis, tinha de fazer vários programas para poder conseguir um salário para sobreviver. Os três autores eram minha esposa Janete, Moisés Veltman e Paulo de Oliveira. Vivi assim quase um ano. Essa foi minha primeira passagem pela TV e ninguém sabe.

Todo mundo pensa que entrei para a TV em 1969. Nesse ano, devido à ditadura, principalmente após o AI-5 de 68, quase todas as minhas peças foram proibidas. Proibiram *O Berço do Herói*, *A Revolução dos Beatos*, *Amor em Campo Minado*, *O Pagador de Promessas* passou cinco anos sem ser exibido. Vi então que tinha de arranjar outro meio de vida. Foi aí que a Globo me chamou para fazer novela. Era um desafio enfrentar um gênero subestimado, cercado de preconceitos, mas por outro lado seria uma incoerência política minha não aceitar. Já que era autor de uma geração que tinha proposto teatro político e popular, no sentido da platéia, algo que nunca conseguimos alcançar, a TV me oferecia essa platéia. Era uma incoerência virar as costas. Foi um desafio estimulante achar a linguagem.

Mas não há um abismo entre escrever para teatro e televisão?

Dias Gomes – São duas coisas completamente diferentes. Digo apenas que havia aquela platéia oferecida pela TV, que era o que ambicionávamos pro teatro. Não digo que a telenovela supriu essa falta; ela ocupou um espaço que deveria ter sido do teatro ou do cinema, que do mesmo modo não chegou lá, se elitizou, se hermetizou. Quanto à *Ponte dos Suspiros*, a produção já estava encaminhada e o elenco contratado. Era um folhetim italiano do século XIX. Sugeriram-me colocar um pseudônimo – não fui eu que, por preconceito, o fiz. O Boni me disse que não tinha nada a ver com o meu teatro e me sugeriu usar um pseudônimo. Meu

primeiro contrato com a Globo dizia que quando eu assinasse teria um aumento. Assinei então como Stela Calderón, nome sugerido pelo Walter Clark. Anos depois soube que ela existia, era uma escritora argentina [risos].

A época áurea da TV está ligada a sucessos seus, como *Saramandaia*, *O Espigão*, *Sinal de Alerta*, *Bandeira 2* e *Roque Santeiro*. O que houve de lá para cá?

Dias Gomes – Já nos anos 70 eu previa essa crise. Quando propus à Globo que fundasse uma casa de criação eu fundamentava minha proposta na previsão de uma crise de criatividade muito grande e que a Globo precisava se preparar para isso, buscar novos formatos, novas temáticas. Era uma proposta generosa, talvez inteligente demais para ser aceita. Teve apenas dois anos de vida. Essa crise já começa nos anos 80. É universal e em todos os gêneros. Qual foi o grande dramaturgo, o pintor que surgiu? Vá ao Museu de Arte Moderna de Nova York e veja obras que são um horror. Uma arte de empulhação, de charlatões que surgem a torto e a direito se aproveitando desse grande vazio. A telenovela não podia escapar disso, é um problema de fim de época, de fim de século.

***Roque Santeiro*, além de um estrondoso sucesso, rendeu também um desentendimento seu com o escritor Aguinaldo Silva.**

Dias Gomes – Ciúmeira dele, mais nada. Era colaborador, foi chamado, depois a Globo o afastou e ele não gostou, ficou magoado. Nada mais que isso.

Chegou a colaborar com os textos de Janete Clair?

Dias Gomes – Fomos casados durante 33 anos. É evidente que trocávamos muitas idéias, apesar dos nossos estilos serem completamente diferentes. Opinamos sobre nossos trabalhos durante toda a vida juntos.

A minissérie *Decadência* foi responsável por um polêmico embate travado entre a TV Record e a Globo?

Dias Gomes – Segundo o bispo Edir Macedo sim [risos]. A Igreja Universal tentou me processar, mas não conseguiu. Na época, recebi uma carta precatória que, segundo o arrazoado da igreja, dizia que a minissérie foi responsável por enormes danos causados a ele e procura demonstrar que procurei retratar na figura do D. Mariel o bispo Edir Macedo. Parece que o bispo tem obsessão em querer ser o D. Mariel. Já cansei de dizer que ele não é, mas ele repete, sou eu, sou eu, sou eu. Ele devia se achar parecido com o Edson Celulari. Insistia dizer que é, mas já disse que não. Como já disse, a criação de um personagem é algo muito complexo. Nenhum personagem de ficção é alguém. É sempre o pedacinho de muita gente. São memórias vivenciadas, leituras, um pouco de pesquisa, adicionando a isso um pouco de si. De toda essa colcha de retalhos nasce a personagem. Sempre alguém vai se identificar com um personagem da sua categoria. Se crio um médico, qualquer médico vai achar ponto de identificação com ele porque todo médico tem clientes, consultório... A ação desse personagem vai ter de passar por essas coisas, mas isso não quer dizer que seja ele.

Uma versão diz que você teria recebido uma encomenda de Roberto Marinho para alimentar o duelo da Globo com a Record [risos].

Dias Gomes – Isso é ridículo. Primeiro que o doutor Roberto não faria nenhuma encomenda ao Dias Gomes. Se ele tivesse de encomendar alguma coisa a alguém seria alguém mais próximo, que espelhasse melhor suas idéias, com todo o respeito. Essa história da Globo ter duelado com a Record foi um negócio de Davi e Golias por que o que a Record incomoda? Se a Globo tem suas preocupações deve ser com a TV do Silvio Santos, com a Bandeirantes, emissoras que têm alguma audiência, embora muito menos que a Globo. A Record não tem nenhuma. Ninguém vê. Você pega o Ibope, só tem tracinhos. Por que a Globo iria se preocupar com a Record? Isso desmoraliza o argumento e quanto a eu ter recebido uma encomenda da Igreja católica... Escrevi tantas peças contra a Igreja, seria totalmente absurdo. Sou autor de *O Pagador de Promessas*, *O Santo Inquérito*, peças que questionam a Igreja católica. Seria o último autor do mundo que eles teriam pensado, não?

Gilberto Braga afirma que a vida do roteirista é isolada, cansativa.

Dias Gomes – Já foi pior. Nos tempos heróicos da TV, quando entrei, era terrível. A Globo só tinha dois autores contratados – eu e a Janete. Terminava uma novela na sexta, começava outra na segunda. Não tinha autores para nos substituir. Janete fez cinco novelas emendando uma na outra, sem descansar. Uma dessas novelas tinha 320 capítulos, que era *Irmãos Coragem*. Fiz três seguidas (*Ponte dos Suspiros*, *Verão Vermelho* e *Assim na Terra como no Céu*) e só a partir de 72 é que a Globo contratou autores para alternar conosco. Daí em diante passou a vigorar um regime mais humano. Durante muito tempo os autores escreveram sozinhos, sem colaboradores, o que é terrível. Você tinha de fazer tudo. Ficava enjaulado, enclausurado em casa, escrevendo durante nove meses, sem poder ir ao teatro, ao cinema e detestando a visita dos amigos mais queridos. Estava sempre olhando pro relógio – o melhor caminho para o infarto. Por isso deixei de fazer novela, algo desgastante e que não me satisfazia totalmente pelo sistema de trabalho. Não é um trabalho que eu possa burilar. Passam dois, três anos eles me pegam, me imprensam e me convencem a fazer mais uma e eu digo novamente que é a última. Podendo fugir, fujo. Não tenho nada contra telenovela. Só acho que os outros devem fazer, eu não.

O que faz quando não está escrevendo?

Dias Gomes – Sempre estou. Esse não estar escrevendo são algumas horas do dia. Tenho o hábito de escrever, uma necessidade de escrever diariamente. Se não tiver um trabalho objetivo para escrever, invento algo, uma carta. Vou ao teatro, vejo filmes, leio bastante e também faço um pouco de exercícios.

Qual o seu personagem preferido?

Dias Gomes – Não tenho. Seria uma injustiça com os outros personagens escolher um. Vários me deram muitas alegrias, outros nem tanto. É como filho. Você não pode escolher um. Os outros é que têm de gostar.

